

FONDATION POUR
L'INNOVATION
POLITIQUE
fondapol.org

LIBERDADES: O DESAFIO DO SÉCULO

Uma pesquisa planetária sobre
a democracia em 55 países

Sob direção de Dominique Reynié

2022



 Community
of Democracies

 KONRAD
ADENAUER
STIFTUNG

 言論
NPO
The Genron NPO

 ng | Fundación
Nuevas.
Generaciones

 república
do amanhã



LIBERDADES: O DESAFIO DO SÉCULO

Uma pesquisa planetária sobre
a democracia em 55 países

Sob direção de Dominique Reynié

2022



LIBERDADES: O DESAFIO DO SÉCULO

Uma pesquisa global realizada em 55 países

DIREÇÃO

Dominique REYNIÉ, diretor geral da Fondation pour l'innovation politique

EDITOR-CHEFE

Victor DELAGE

REDAÇÃO

Abdellah BOUHEND, Margot COCQUET, Victor DELAGE, Léa GHILINI, Katherine HAMILTON, Camille JAFFIOL, Dominique REYNIÉ, Mathilde TCHOUNIKINE

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Fondation pour l'innovation politique:

Abdellah BOUHEND, Margot COCQUET, Victor DELAGE, Anne FLAMBERT, Léa GHILINI, Élisabeth GRANDJEAN, Madeleine HAMEL, Katherine HAMILTON, Camille JAFFIOL, Léo PRINCIPAIS, Dominique REYNIÉ, Mathilde TCHOUNIKINE

International Republican Institute:

Thibault MUZERGUES, Jan SUROTCHAK

Community of Democracies:

Patricia GALDAMEZ, Thomas GARRETT, Joanna ŁOZIŃSKA

Konrad-Adenauer-Stiftung:

Hedwig HARDION, Caroline KANTER, Clara KUBLER, Dimitri MAUCHIEN, Nele WISSMANN

Genron NPO:

Yasushi KUDO, Yuho NISHIMURA, Seiko WATANABE

Fundación Nuevas Generaciones:

Lorenzo AGÜERO, Julián OBIGLIO, María Anne QUIROGA

República do Amanhã:

Octavio de BARROS, Thomás de BARROS, Vasco CALDEIRA, Anthony TAÏEB, Renée ZICMAN

VERSÃO BRASILEIRA - TRADUÇÃO

Instituto Dialética: Vitor ROCHA, João Paulo Lima SILVA FILHO, Anthony TAÏEB

FORMATAÇÃO E REALIZAÇÃO

Julien RÉMY

A pesquisa foi realizada pelo Instituto IPSOS

Brice TEINTURIER (diretor geral adjunto)



No departamento político e de opinião:

Federico VACAS (diretor-adjunto do departamento), Alice TÉTAZ (diretora de pesquisas), Salomé QUÉTIER- PARENT (pesquisadora sênior)

IMPRESSÃO

GALAXY Imprimeurs

PUBLICAÇÃO

Janeiro de 2022

FONDATION POUR
L'INNOVATION
POLITIQUE
fondapol.org

FONDATION POUR L'INNOVATION POLITIQUE

Criada em 2004, a Fondation pour l'innovation politique inscreve-se numa perspectiva liberal, progressista e europeia. Suas ações têm dois objetivos. O primeiro é contribuir para um debate pluralista e fundamentado. O segundo, inspirar a tomada de decisões por parte do poder público.

Reconhecida como de utilidade pública, a Fondation disponibiliza gratuitamente todo seu trabalho no site fondapol.org. Além disso, a plataforma data.fondapol.org oferece a possibilidade de consultar todos os dados coletados no decorrer das pesquisas. As bases de dados podem ser utilizadas em conformidade com a política governamental de transparência de dados públicos. Por fim, por se tratar de pesquisas internacionais, os dados de pesquisas como Liberdades: o desafio do século ficam disponíveis nas 45 línguas do questionário, aplicado em 55 países.

A Fondation concentra parte da sua atividade em desafios que considera estratégicos. Assim, o grupo de trabalho “Anthropotechnie” examina e promove pesquisas que exploram novos territórios, abertos pelo aperfeiçoamento humano, pela clonagem reprodutiva, pelo hibridismo homem-máquina, pela engenharia e manipulação genéticas - contribuindo desta maneira para a reflexão e o debate sobre o transumanismo. “Anthropotechnie” disponibiliza artigos que tratam das questões éticas, filosóficas e políticas colocadas pela expansão das inovações tecnológicas no campo da melhoria do corpo humano e das suas capacidades.

A Fondation pour l'innovation politique é independente e não é subsidiada por nenhum partido político. Os seus recursos são públicos e privados.





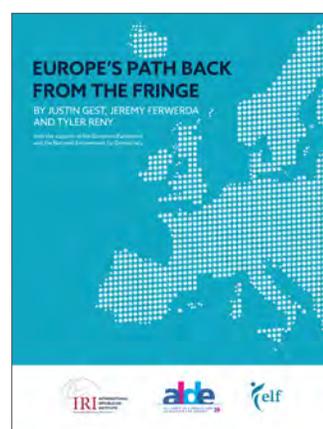
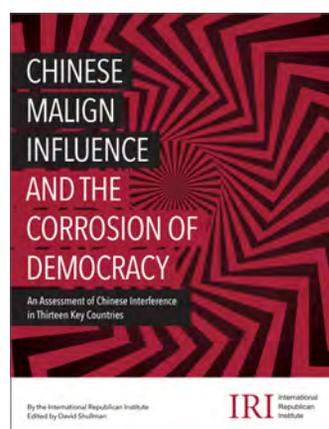
INTERNATIONAL REPUBLICAN INSTITUTE

A missão do International Republican Institute (IRI) é promover a democracia no mundo. O IRI associa populações e governos, dá assistência a líderes políticos em ações que impactem a vida dos cidadãos e incentiva os povos a se envolverem no processo político.

O IRI coopera com organizações e povos ao redor do mundo para ajudar os cidadãos a construir sociedades democráticas, abertas, responsáveis, transparentes e fortes. A cooperação é essencial para o sucesso da sua missão de mudar rapidamente o cenário internacional. Como organização, o IRI se adapta e pode responder rapidamente a situações críticas e muitas vezes perigosas.

Há mais de trinta anos, o International Republican Institute vem ajudando a fortalecer a democracia através de workshops realizados por especialistas voluntários de todo o mundo sobre pluralismo político, práticas de governança democrática, empoderamento das mulheres, desenvolvimento da sociedade civil, empoderamento dos jovens, fortalecimento dos processos eleitorais e pesquisas de opinião. A pesquisa e os dados qualitativos e quantitativos sobre a opinião pública são os pontos centrais da abordagem do IRI. Seus dados garantem que as necessidades dos cidadãos sejam colocadas no centro do debate político e orientem os objetivos de seus projetos.

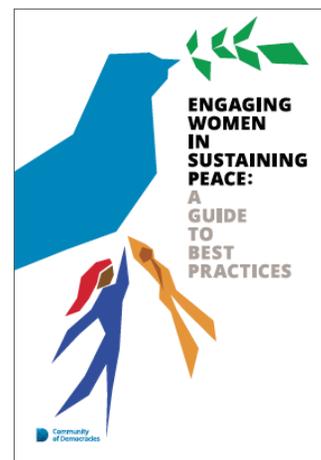
O IRI é um instituto apolítico e não governamental financiado por subsídios do Departamento de Estado dos EUA, da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional, da Fundação Americana Nacional para a Democracia, de fundações europeias e agências humanitárias dos países ocidentais. Menos de 1% do financiamento do IRI provém de doadores privados. O IRI não recebe doações do Partido Republicano ou de qualquer outra entidade política dos EUA.



COMMUNITY OF DEMOCRACIES

A Community of Democracies é uma aliança intergovernamental que funciona a nível mundial, composta pelos Estados membros do Conselho de Governantes e que defende a adesão às normas e valores democráticos comuns definidos no Pacto de Varsóvia. A Community of Democracies está comprometida em adotar medidas articuladas para promover e proteger as liberdades democráticas, reforçar as instituições democráticas e expandir a participação política.

Por meio do Pacto de Varsóvia e das declarações ministeriais subsequentes, os Estados-membros têm com frequência reafirmado seu compromisso com valores democráticos fundamentais, com destaque à parceria com a sociedade civil, ao diálogo e aprendizado entre pares, à defesa de normas democráticas, à colaboração internacional, ao pluralismo, à educação cívica, ao suporte para as democracias emergentes e à prosperidade econômica como fundamento da democracia.



KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG

A Konrad-Adenauer-Stiftung (KAS), uma fundação política próxima da União Democrata-Cristã da Alemanha (CDU), se compromete a nível nacional e internacional pela paz, liberdade e justiça. Estão no centro de suas preocupações a consolidação da democracia, a promoção da unificação Europeia, a intensificação das relações transatlânticas e a cooperação na política de desenvolvimento.

Todos os anos, a KAS divulga sua experiência através de centenas de publicações apresentadas em várias línguas e apoia 3.000 bolsistas. Com sede em Berlim e Sankt Augustin, a KAS também está representada em mais de 120 países. Em 2020, organizou mais de 4 mil eventos em todo o mundo, que contaram com a presença de quase 800 mil pessoas.

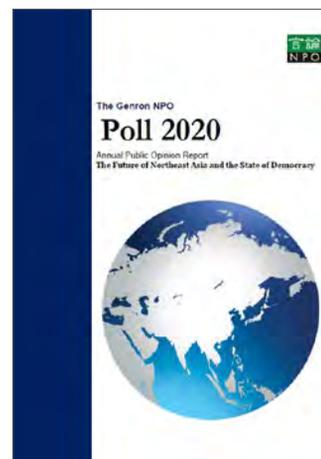
A KAS abriu uma representação na França em 1980. Seu principal objetivo é contribuir para a intensificação do diálogo entre a França e a Alemanha e, ao fazê-lo, incentivar o aprofundamento do processo de integração europeia. Para alcançar este objetivo a KAS França elabora várias notas e boletins informativos sobre a situação política, econômica e social dos dois países. Além disso, a KAS organiza regularmente eventos para um público seletivo de especialistas, tanto na França como na Alemanha.



GENRON NPO

A Genron NPO é um think tank independente e sem fins lucrativos sediado no Japão. Fundada em 2001 por Yasushi Kudo, ex-editor chefe do jornal político Japãoês Ronso Toyo Keizai, a Genron NPO é a única organização no país a oferecer debate político responsável. Seu objetivo é fortalecer a democracia Japonesa. É a única organização a analisar, em toda eleição geral, as políticas implementadas e a avaliar os manifestos dos partidos. Ela também acolheu muitos debates políticos de alto nível, sempre compartilhando publicamente as informações discutidas, permitindo assim que os cidadãos façam seu próprio julgamento sobre o governo e as políticas implementadas.

Na Ásia, a Genron NPO organizou uma série de iniciativas diplomáticas de tipo “Track II” que tiveram certa influência na situação no Nordeste Asiático, com destaque para a Conferência de Paz na Ásia, um diálogo multilateral entre Japão, Estados Unidos, China e Coreia do Sul sobre programas de segurança na região. Para além do Nordeste Asiático, Genron NPO se esforça para facilitar as ações coletivas responsáveis no sentido de enfrentar os desafios transfronteiriços. Ademais, criou a Conferência de Tóquio, a primeira plataforma de debate no Japão, abordando a agenda global com os parceiros de grupos de estudos dos países democráticos que partilham das mesmas ideias.

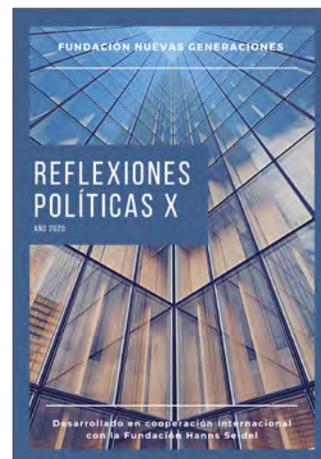


FUNDACIÓN NUEVAS GENERACIONES



A Fundación Nuevas Generaciones é um think tank político não partidário dedicado ao estudo e projeto de políticas públicas. A fundação trabalha com uma visão global da realidade e combina conhecimentos técnicos e acadêmicos com a experiência de agentes de campo, trabalhadores e empregadores. Seus membros provêm do setor privado, do mundo político ou ocupam posições públicas, legislativas ou executivas. Muitos deles também desempenham um papel importante em partidos ou grupos políticos.

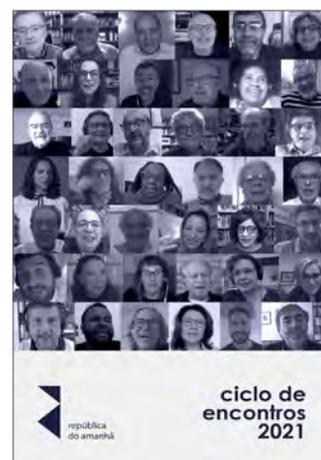
Com seus projetos, a Fundación Nuevas Generaciones procura desenvolver e promover propostas políticas que gerem e fomentem o crescimento sustentável. Para isso, ela trabalha com os vários níveis de governo e estuda as melhores experiências locais e internacionais. Ao mesmo tempo, presta especial atenção às relações humanas e ao desenvolvimento de conexões que permitam assegurar a continuidade dos projetos empreendidos. É também por isso que um dos seus principais objetivos é assegurar que as suas iniciativas e ações tenham consequências políticas reais e mensuráveis.



REPÚBLICA DO AMANHÃ



A República do Amanhã é uma associação sem fins lucrativos que promove o debate sobre os grandes desafios da sociedade face à mudança de paradigma tecnológico gerada pela revolução digital e cognitiva. A República do Amanhã atua apoiando, organizando e participando de debates, seminários, publicações e estudos, bem como através de uma produção audiovisual voltada à difusão de conhecimento e reflexão. O think tank, fundado e dirigido pelo economista brasileiro Octavio de Barros, tem atualmente cerca de 150 membros associados, principalmente intelectuais, artistas, líderes empresariais, economistas, cientistas, cientistas políticos e professores que acreditam na abordagem sistêmica e interdisciplinar. Diante da significativa subestimação dos impactos positivos e negativos das transformações em curso, a República do Amanhã entende que é fundamental identificar os valores que animam e animarão as sociedades contemporâneas. Um dos principais desafios associados a esta iniciativa reside na inovação institucional em vários níveis, destinada a evitar os riscos de ruptura do tecido social num mundo em que a inovação tecnológica é constante e onipresente.



SUMÁRIO

LIBERDADES: O DESAFIO DO SÉCULO	11
por Dominique Reynié	
METODOLOGIA DA PESQUISA	14
I. DE QUEM AS DEMOCRACIAS TÊM MEDO	16
1. A China preocupa o mundo democrático	17
O continente americano face à ambição Chinasa	19
Na Ásia-Pacífico, a percepção sobre a China é negativa.....	20
A China divide o continente europeu	20
2. A Rússia, vista como pouco influente, continua a ser temida pelos seus vizinhos	22
3. A Turquia desorienta os europeus	23
4. Os Estados Unidos continuam a ser a potência dominante	26
Os Estados Unidos são percebidos como a potência mais influente	26
O mundo anglófono vê os Estados Unidos como uma potência tranquilizadora, com exceção do Canadá.....	27
A adesão à OTAN não é suficiente para tranquilizar os Estados Unidos.....	30
5. A população teme o retorno da guerra	32
II. DO QUE AS DEMOCRACIAS TÊM MEDO	34
1. A diversidade cultural é vista como uma fonte de incerteza	35
Criminalidade e terrorismo lideram os medos em relação a segurança.....	35
Os conflitos interculturais	35
O islamismo e a ameaça terrorista	35
2. Ainda seremos capazes de “resolver pacificamente as divergências”?	38
Sociedades democráticas minadas pelo medo	38
... e desconfiança de não mais “poder resolver pacificamente as divergências”	38
Metade dos entrevistados (47%) quer ter o direito de possuir uma arma de fogo para se defender.....	39
3. A preocupação com o risco de rebaixamento econômico	41
4. As manipulações de informação e as interferências estrangeiras	43

III. NUM MUNDO DEMOCRÁTICO FRAGILIZADO, O APEGO À UNIÃO EUROPEIA GANHA FORÇA	46
1. A opinião pública e o conceito europeu	47
O apoio ao euro contém o impulso populista	48
Os europeus confiam mais nas instituições europeias do que nas nacionais	49
2. Os Balcãs ocidentais: entre as aspirações europeias e o cansaço	52
O desejo de adesão à União Europeia é variado	52
Uma região cobijada por potências autoritárias.....	52
3. O desejo de um exército europeu ganha força	53
A maioria dos europeus (55%) são a favor da criação de um exército comum.....	54
As populações mais favoráveis a um exército europeu habitam regiões atravessadas por tensões geopolíticas.....	54
4. Brexit: contrastes no julgamento de uma decisão histórica	55
IV. O IDEAL DEMOCRÁTICO RESISTE	58
1. Uma ampla aprovação da democracia representativa	59
2. Uma crítica democrática de como a democracia funciona	62
Para metade dos entrevistados, a democracia não funciona bem em seus países	62
A corrupção é vista como a principal ameaça à democracia	64
3. A eficácia do voto posta em questão	66
Um terço dos entrevistados questiona a utilidade do voto	66
A transparência do processo eleitoral suscita dúvidas.....	66
Existe um apoio significativo à idéia de condicionar o direito de voto às competências	68
Praticamente metade das pessoas com menos de 35 anos (46%) acreditam que o processo eleitoral em seu país não é transparente.....	68
4. A política e os meios de comunicação social: a dupla crise de representação	70
5. Liberdade de opinião e pluralismo no centro da democracia	73
Mais de metade dos entrevistados (57%) são a favor da pena de morte	73
O direito ao aborto é questionado.....	75
O Estado deve dar mais liberdade às empresas.....	78
6. Diante da Covid-19, os cidadãos reivindicam seu compromisso com a liberdade	80
Apenas uma minoria de indivíduos está disposta a reduzir suas liberdades em troca de uma maior eficiência.....	80
O compromisso com a liberdade é quase unânime.....	82



LIBERDADES: O DESAFIO DO SÉCULO

Dominique Reynié, professor na universidade Sciences Po,
diretor geral da Fondation pour l'innovation politique

“Eu acredito que tudo ainda está em questão, que tudo ainda está para ser salvo, que nada é definitivamente adquirido, e que nunca haverá descanso na terra para as pessoas de boa vontade.”

Raymond Aron, entrevista com Georges Sufert,
transmissão *Um certo olhar*, ORTF, 7 de dezembro de 1969

As democracias se encontram em uma situação perigosa exatamente no momento em que, ironicamente, completam trinta anos do marco de seu triunfo, a queda do Muro de Berlim. Em uma entrevista na primavera de 2020, o homem que viria a ser presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, lembra que a democracia não só parou de se desenvolver, mas está recuando: “Hoje a democracia está sob mais pressão do que jamais esteve desde a década de 1930.” De acordo com a Freedom House, dos 41 países regularmente classificados como “livres” de 1985 a 2005, 22 registraram reduções significativas na liberdade nos últimos cinco anos.¹ Este processo de regressão não poupa nem mesmo as regiões com democracias mais sólidas. Mesmo na União Europeia, governos eleitos contestam o estado de direito reivindicando uma “democracia iliberal”².

É significativo que o ano de 2021 tenha chegado ao fim com uma “cúpula das democracias”, anunciada pelo presidente Joe Biden na entrevista citada anteriormente. Durante seu discurso de abertura, proferido em 9 de dezembro de 2021 a representantes de 110 países, Biden julga que “a democracia enfrenta desafios graves e complicados”. Mostrando-se bastante preocupado, ele se referiu às tendências nos esforços democráticos que “parecem estar indo na direção errada”, considerando que “estamos hoje em um ponto de inflexão”. E acrescenta: “vamos permitir que esta tendência continue à custa dos direitos humanos e da democracia? A democracia não é resultado do acaso. Devemos renová-la a cada geração. Do meu ponto de vista, este é o verdadeiro desafio do nosso tempo.” Quando toma a palavra como parte desta cúpula, o presidente francês Emmanuel Macron junta-se ao presidente dos Estados Unidos nesta preocupação: “você nos reuniram para discutir o único modelo político que nos permite defender esses direitos e liberdades: a democracia”, considerando a luta “mais necessária do que nunca”.

Fruto do triunfo da democracia, a globalização amplia os regimes autoritários

As atuais tensões entre o mundo democrático e os regimes autoritários fazem lembrar a Guerra Fria. A China reivindica a superioridade de seu modelo assim como a União Soviética fez no passado. Da mesma forma que a Rússia de Stalin apresentou a “democracia popular” como uma verdadeira democracia, como um contraponto à democracia representativa, a China de Xi Jin Ping afirma realizar uma democracia genuína na construção de uma “democracia socialista com características Chinas” que Pequim opõe à “democracia de estilo americano”. Ao chamar seu modelo de “democracia global”, a China não proclama sua eficácia apenas para os Chineses, como também diz que a vê como um modelo para o mundo.

No entanto, há pelo menos uma grande diferença entre o nosso tempo e o da Guerra Fria. Diferença esta que reside no fato de a maioria dos regimes autoritários não rejeitar a economia capitalista nem mesmo a globalização. A nova economia e as inovações que a acompanham não só já não desestabilizam regimes hostis às liberdades, como também os enriquecem e reforçam o seu poder. O melhor exemplo é fornecido pela própria China, cuja ascensão como potência foi acelerada por sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 11 de dezembro de 2001.

A globalização fornece aos regimes autoritários importantes recursos econômicos, e também provê novas formas de influenciar o mundo e desestabilizar as sociedades liberais. Para a China, a Rússia ou a Turquia, está mais fácil do que nunca interferir nos assuntos internos dos outros países, - especialmente daqueles com regimes democráticos que são por natureza mais abertos, uma vez que se baseiam no princípio da publicidade, ou até mesmo da transparência - de espioná-los para perturbar o funcionamento de seus serviços públicos através de pirataria informática, de perturbar o debate público pela produção em massa de informações falsas, apoiando os movimentos de protesto, apoiando reivindicações separatistas, parasitando as campanhas eleitorais com o objetivo de influenciar o resultado, mas também, seguramente,

1. “Today, democracy is under more pressure than at any time since the 1930s. Freedom House has reported that of the 41 countries consistently ranked ‘free’ from 1985 to 2005, 22 have registered net declines in freedom over the last five years” (Joseph R. Biden, Jr., “Why America Must Lead Again. Rescuing U.S. Foreign Policy After Trump”, *foreignaffairs.com*, março-abril de 2020, www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-01-23/why-america-must-lead-again).

2. Ver em Yves Bertoncini e Dominique Reynié, “The illiberal challenge in the European Union”, em András Sajó, Renáta Uitz e Stephen Holmes (dir.), *Routledge Handbook of Illiberalism*, Routledge, 2021, p. 822-839.

de enfraquecer a democracia aos olhos dos seus próprios cidadãos. E desacreditá-la sob o olhar do resto do mundo, para indicar que uma página está virando, que o tempo é agora o de um mundo nas mãos de poderes autoritários, que o ciclo histórico da liberdade terminou.

Assim, embora a globalização tenha nascido do colapso do comunismo e enquanto marca do triunfo da democracia, a sua implantação não levou a uma contínua expansão do liberalismo político. Ao contrário, a globalização parece ameaçar o mundo democrático depois de tê-lo consagrado. Por conta de seus numerosos efeitos nas sociedades desenvolvidas - desindustrialização, metropolização, desmaterialização da atividade profissional, desclassificação social, formação de fortunas gigantescas - a globalização favorece movimentos populistas e discursos autoritários.

Para as ditaduras, o desafio do século é duplo: por um lado, trata-se de questionar o papel dos estados democráticos e dos princípios que regulam a ordem do mundo; por outro lado, é uma questão de reduzir o lugar ocupado por regimes baseados nos direitos e liberdades individuais, o que desperta em qualquer lugar ideias de emancipação. Como aponta Daniel Twining, presidente do International Republican Institute (IRI): “os autocratas atacam sistemas abertos em parte para impedir a atração natural do seu próprio povo pela liberdade.” Os autocratas das grandes potências da China e da Rússia consideram a subversão da prática democrática como um elemento central de suas ambições geopolíticas; as nações livres não deveriam considerar a proteção e a promoção da democracia como parte de si mesmas?³”

Uma nova crise histórica da liberdade

À medida que se desenrola, o século XXI parece preso a múltiplos jogos de força que agem no sentido de uma redução das liberdades adquiridas. No campo da saúde, o aparecimento da pandemia causada pela Covid-19, que veio de Wuhan no final de 2019, impõe a todo o mundo uma dolorosa e dispendiosa provação. A pandemia obriga nossos países a introduzir medidas restritivas, como o confinamento e as estratégias de saúde baseadas numa obrigação de vacinação, de fato ou de direito, que alimentam em uma parte minoritária mas hiperativa da sociedade o tema da “ditadura da saúde”.

Na área da segurança, para lidar com o terrorismo, em particular o terrorismo islâmico, que não saiu da cena mundial desde a tragédia de 11 de setembro de 2001⁴, as sociedades democráticas se transformaram. Este terrorismo gera uma cultura de suspeita e vigilância. O medo de um possível ataque faz com que regras de emergência sejam aceitas e sua inclusão na legislação nacional, normalizada. O medo do terrorismo e do islamismo aumenta os populistas nos contingentes eleitorais.

Ao mesmo tempo, a liberdade de opinião está sendo questionada em sociedades cada vez mais democráticas e multiculturais. A incompreensão mútua, a desconfiança, e até mesmo a hostilidade, corroem o vínculo social. As rivalidades interculturais transformam-se em conflitos de valor quando as diferenças dizem respeito a liberdades fundamentais, como a de opinião e a de imprensa. Exemplos disto vão desde as tragédias causadas pelas reações violentas à publicação de *Versos Satânicos* de Salman Rushdie, em 1988, às charges dinamarquesas, em 2008, ou o drama do atentado contra Charlie Hebdo, em 2015. Este terrorismo assume a forma de uma guerra interna contra os valores da sociedade liberal, por exemplo, como nos ataques de 13 de novembro de 2015 na França, na região parisiense do Bataclan, ou no atentado de Nice, de 14 de julho de 2016. Nunca, depois da década de 1930, o conflito de identidades e religiões, o populismo, o autoritarismo, o racismo e o antissemitismo prejudicaram tanto as sociedades democráticas como agora.

Sem a liberdade de debater e publicar, nada resta do modelo democrático. Ela condiciona a possibilidade, a legitimidade, mas também a eficácia da democracia, porque é a liberdade que permite à inteligência humana alcançar sua força total. Mas o nosso século é também o do surgimento de um novo espaço público, transnacional e digital. Desta vez, a causa da perturbação não é externa às democracias, nem estrangeira, nem mesmo hostil aos valores liberais. Trata-se de inovações tecnológicas notáveis, desenvolvidas por empresas e cujo desempenho resulta do uso das liberdades. No entanto, se elas fazem progressos extraordinários na inclusão do maior número de pessoas no espaço de mídia pública, as plataformas digitais, as Big Tech, adquirem um poder preocupante. O que acontece às democracias se as leis derivadas de assembleias eleitas são impotentes para regular as liberdades? O que acontece às democracias se o poder de garantir essas liberdades é transferido - de forma sorrateira - dos parlamentos para as mãos de empresas que gozam de uma posição de monopólio?

Por último, é necessário estar consciente das implicações para as sociedades liberais do fato de a liberdade de opinião já nem sequer ser poupada lá onde ela deve estar assegurada, isto é, na universidade. A escola e a universidade têm a responsabilidade de preparar as gerações que farão o mundo de amanhã. Por conseguinte, o declínio da liberdade acadêmica contribui bastante para turvar o futuro das liberdades. A universidade perderá a sua razão de ser se não reagir contra a mortífera espiral de intolerância, de censura e de violência. Da mesma forma que, inevitavelmente, o declínio da liberdade dentro da universidade ocasionará a decadência de seu conhecimento e de seus meios. O que está em jogo é também a nossa capacidade de formar elites competentes, responsáveis, inventivas e liberais, sem as quais os estados democráticos perderão a vantagem de poder que sempre tiveram sobre os Estados autoritários.

3. “Autocratas estão atacando sistemas abertos em parte para impedir a atração natural do seu próprio povo pela liberdade” Great-power authoritarians in China and Russia view subverting democratic practice as central to their geopolitical ambitions; should not free nations see protecting and promoting democracy as part of ours? (Daniel Twining, “How Biden can beat the great-power authoritarians in China and Russia”, thehill.com, 8 de dezembro de 2021).

4. Dominique Reynié (dir.), *Les Attentats islamistes dans le monde 1979-2021*, *Islamist Terrorist Attacks in the World 1979-2021*, Fondation pour l'innovation politique, setembro de 2021 (www.fondapol.org/etude/les-attentats-islamistes-dans-le-monde-1979-2021/) e (www.fondapol.org/en/study/islamist-terrorist-attacks-in-the-world-1979-2021/).

As liberdades no século XXI: defendê-las e expandi-las

Neste contexto já muito difícil, o mundo enfrenta também o aquecimento global, um dos maiores desafios do século. Assume-se aqui a hipótese segundo a qual a eficácia da mobilização contra o aquecimento global depende muito do modelo democrático, pela ação que exerce sobre os governantes. E, como aponta ainda Daniel Twining:

“Instituições democráticas responsivas e responsáveis serão essenciais para resolver os grandes desafios do mundo, da mudança climática à justiça social, passando pela prosperidade inclusiva. Os autocratas que usurpam os direitos do seu povo à vida e à liberdade, que são os mais básicos, não serão parceiros dignos de confiança para garantir o bem comum da humanidade⁵” O sucesso da luta contra o aquecimento global dependerá, portanto, não só da força do modelo democrático, mas também de sua difusão global. O mundo democrático também parece querer ser reconhecido por seu firme compromisso contra o aquecimento global. Sua determinação é tal que parece necessário apelar à prudência e assegurar que esta luta seja conduzida com discernimento, ou seja, integrando os seus efeitos psicológicos, políticos, econômicos e sociais. Caso mal conduzida, dogmática ou autoritária, a luta contra o aquecimento global contribuirá para enfraquecer o regime democrático e o apoio da sociedade, em particular aquele das pessoas mais pobres e das classes médias.

Se é necessário defender o clima, é também imprescindível defender as nossas liberdades. Isto significa mobilizar recursos significativos para lutar contra a ignorância e contra a desinformação. Não haverá um regime democrático se não formos capazes de proporcionar ao maior número possível de pessoas uma educação e informação de qualidade.

A liberdade desaparecerá se não conseguirmos conter a desigualdade e combater a corrupção que tanto preocupa os nossos concidadãos, como salientam os resultados do nosso estudo.

Finalmente, a liberdade desaparecerá se abdicarmos da prosperidade e do poder. Defender as liberdades significa também defender as condições do crescimento econômico e da inovação científica e técnica. O mundo democrático deve fomentar os recursos necessários para manter o progresso social e humano que é a sua razão de ser e que reforça sua legitimidade. Mas o mundo democrático também tem que zelar pelo desenvolvimento de seu poder, incluindo o militar. Neste século XXI, no entanto, pode ser preocupante comparar os gigantescos esforços financeiros planejados para a transição ecológica com os baixos investimentos para garantir a prosperidade e a capacidade das sociedades democráticas de garantir a sua segurança em um mundo que é, obviamente, mais perigoso, em um momento em que a China ameaça Taiwan, a Rússia ameaça a Ucrânia, e a Turquia empurra o Azerbaijão para a guerra contra a Armênia, ameaça o Chipre e coloca pressão sobre a Grécia, um mundo onde a teocracia Iraniana está prestes a possuir armas atômicas.

Diante destes grandes desafios, as sociedades democráticas conservam um valor importante, ecoado pelos resultados do nosso estudo. Os cidadãos entrevistados afirmam seu compromisso com as liberdades e a democracia. Mesmo quando exprimem um juízo negativo, os nossos dados mostram que, na maioria das vezes, suas críticas dizem respeito mais a como a democracia funciona no seu país do que a própria ideia democrática. A liberdade não é cultural. Ela é uma aspiração humana. Em nós está a força capaz de assegurar o desenvolvimento da democracia no século XXI.

Este trabalho resulta de uma estreita cooperação entre a *Fondation pour l'Innovation politique* (Fondapol), o *International Republican Institute* (IRI), a *Community of Democracies* (CoD), *Konrad-Adenauer-Stiftung* (KAS), *Genron NPO*, *Fundación Nuevas Generaciones* (NG) e a *República do Amanhã*.

Após a nossa pesquisa *Para onde vai a democracia?*, realizado em 2016 em 27 países, e depois *Democracias sob tensão* (2018, em 42 países), então aqui está *Liberdades: o desafio do século*, a nossa nova pesquisa realizada em 55 países.

5. “Responsive and accountable democratic institutions will be essential to solving the world’s toughest challenges – from climate change to social justice to inclusive prosperity. Authoritarians who usurp their people’s most basic rights to life and liberty are not going to be trustworthy partners in attending to the common good of humankind” (*ibid.*).

METODOLOGIA DA PESQUISA

A *Fondation pour l'innovation politique* (França), o *International Republican Institute* (Estados Unidos), a *Community of Democracies* (organização intergovernamental), o *Konrad-Adenauer-Stiftung* (Alemanha), a *Genron NPO* (Japão), a *Fundación Nuevas Generaciones* (Argentina) e a *República do Amanhã* (Brasil) uniram forças para conceber uma vasta pesquisa internacional, realizada em 55 países e cujos resultados são publicados abaixo, sob o título: *Liberdades: o desafio do século*. A análise dos resultados está à disposição do público, disponível gratuitamente nos respectivos sites da internet dos sete think tanks parceiros. ¹ Seis versões estão disponíveis: em francês, inglês, espanhol, árabe, português e Japãoês.

Este trabalho² tem como base um questionário elaborado em conjunto pelas equipes dos *think tanks* envolvidos. Foi aplicado pela Ipsos, um dos principais institutos de pesquisa, a partir de uma amostra produzida a nível nacional para cada um dos 55 países estudados. A escala da investigação não tem precedentes. A pesquisa tornou possível integrar, além dos 27 Estados-membros da União Europeia, os Balcãs Ocidentais (Albânia, Bósnia e Herzegovina, Kosovo, Macedônia do Norte, Montenegro, Sérvia), de outros países que não são membros da União Europeia (Bielorrússia, Geórgia, Moldávia, Noruega, Suíça, Ucrânia), ou que a deixaram (Reino Unido), e, finalmente, Austrália, Brasil, Canadá, Coreia do Sul, Estados Unidos, Índia, Indonésia, Israel, Japão, Líbano, México, Nigéria, Nova Zelândia, Filipinas e Tunísia.

55 países, 45 línguas, 47.408 pessoas entrevistadas

Um total de 47.408 pessoas foram entrevistadas. O estudo foi realizado com base em amostras representativas a nível nacional da população com idade igual ou superior a 18 anos. O método de quotas foi utilizado para as categorias sexo, idade, ocupação, região e concentração populacional para garantir uma boa representatividade das amostras. Os resultados obtidos têm em conta o peso demográfico de cada país. O tamanho das amostras foi de cerca de 1.000 pessoas em países com mais de 8 milhões de habitantes, cerca de 600 pessoas para aqueles com 5 a 8 milhões de habitantes e cerca de 500 pessoas para os países com menos de 5 milhões de habitantes. Para alguns países (Albânia, Bulgária, Croácia, Estônia, Letônia, Lituânia, Macedônia do Norte, Sérvia, Eslováquia e Eslovênia), o tamanho da amostra foi aumentado para 800 pessoas, apesar de uma população de menos de 8 milhões de habitantes, a fim de garantir uma melhor representatividade dos resultados.

As 39 perguntas que os participantes da pesquisa *Liberdades: o desafio do século* foram convidados a responder estão disponíveis nos sites dos parceiros na internet. O questionário foi aplicado em cada uma das 45 línguas nacionais³ em todos os 55 países. A coleta de dados foi realizada durante um intervalo de cinco semanas (entre 9 de julho e 10 de agosto

de 2021, antes da queda de Cabul), com exceção da Indonésia e das Filipinas, onde os questionários foram aplicados entre 23 e 30 de junho de 2021. Esta coleta aconteceu em um momento em que a crise de Covid-19 ainda estava presente, mas em graus diferentes nos países.

As entrevistas foram realizadas por questionário online autoadministrado, com exceção de 10 países onde a forma presencial foi escolhida e executada em estrita conformidade com as regras de saúde em vigor: Albânia, Bósnia e Herzegovina⁴, Chipre, Geórgia, Índia, Kosovo, Malta, Moldávia, Montenegro e Macedônia do Norte.

39 perguntas

Para a maioria das perguntas, pedimos aos entrevistados para responderem dentro de uma escala com quatro graus de intensidade, apresentados como “muito bom”, “bastante bom”, “bastante mau”, “muito mau” para avaliar, por exemplo, um nível de satisfação, de confiança ou de otimismo. Neste documento, por razões de conveniência e legibilidade, geralmente apresentamos e comentamos os resultados totalizando as respostas “muito bom” e “bastante bom” e situando-as em oposição com as “bastante mau” e “muito mau”.

Em alguns casos, foi solicitado aos entrevistados que escolhessem entre duas opções. Por exemplo, na pergunta: “Qual das duas propostas a seguir se aproxima mais do que você pensa?”, as respostas propostas para a escolha do entrevistado foram “globalização é uma oportunidade” ou “globalização é uma ameaça”.

Algumas perguntas também ofereceram três respostas possíveis. Por exemplo, para a pergunta sobre o benefício para o país de pertencer à OTAN, os entrevistados poderiam responder que era “positivo”, “negativo” ou “nem positivo, nem negativo”.

Em caso de ausência de resposta, os entrevistados foram instados a responder, com a seguinte mensagem: “por favor, tente responder à pergunta. No entanto, se não tiver opinião sobre esta questão, poderá passar para a seguinte clicando no botão “próxima pergunta” (a opção não-resposta variou entre 0% e 2% tanto no online quanto no presencial).

1. fondapol.org, iri.org, community-democracies.org, kas.de, genron-npo.net, nuevasgeneraciones.com.ar/sitio/ e republicadoamanha.org.

2. Esta publicação é uma análise escrita pela *Fondation pour l'innovation politique*. O *International Republican Institute*, a *Community of Democracies*, o *Konrad-Adenauer-Stiftung*, o *Genron NPO*, a *Fundación Nuevas Generaciones* e a *República do Amanhã* ajudaram-na a determinar o questionário, mas o texto que se segue é o resultado do trabalho da *Fondation*. Todas as opiniões expressas devem ser consideradas como as da equipe da *Fondation pour l'innovation politique* e não refletem necessariamente as opiniões e pontos de vista das organizações parceiras.

3. Albanês (Albânia e Macedônia do Norte), árabe (Líbano e Tunísia), bielorrusso, bósnio, búlgaro, croata, dinamarquês, holandês, inglês, estônio, finlandês, francês, georgiano, grego (Chipre), grego, hebraico, hindi, húngaro, indonésio, italiano, Japãoês, letão, lituano, luxemburguês, macedoniano, maltês, montenegrina, coreano, norueguês, filipino, polonês, português do Brasil, português de Portugal, romeno, russo, sérvio, eslovaco, esloveno, espanhol, sueco, tcheco, ucraniano.

4. Para a Bósnia e Herzegovina, metade das entrevistas foram realizadas online e a outra metade de forma presencial.

Por último, os resultados são apresentados por país ou por subconjuntos. Os resultados gerais são apresentados na categoria “Global”. O valor de cada um dos países foi ponderado de modo a levar em conta o seu peso demográfico em relação à totalidade. Com a ponderação, a Índia ocupa nos resultados 38,1% da amostragem. Devido a este peso demográfico, a média global (“Global”), se não especificada no documento, não inclui a Índia. Para uma dada questão, a média “Global” corresponde, portanto, ao resultado dos 54 países estudados (sem a Índia). Para uma determinada questão, a média “UE” corresponde ao resultado dos países membros da União Europeia, ou seja, vinte e sete países, cujo valor foi ponderado em função do respectivo peso demográfico. Também reagrupamos os países em dois subconjuntos “União da Europa Oriental”⁵ e “União da Europa Ocidental”⁶. Usamos uma média chamada “Balcãs Ocidentais”, que inclui os países dos Balcãs que não fazem parte da União Europeia: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Kosovo⁷, Macedônia do Norte, Montenegro e Sérvia.

As sete organizações fizeram uma escolha coletiva para usar, na medida do possível, o método on-line para administrar esta pesquisa. Em alguns países, especialmente em lugares onde a liberdade de expressão é limitada, a metodologia on-line foi a única solução para alcançar resultados confiáveis.

A metodologia on-line também tornou possível abranger mais países, incluindo alguns que normalmente não aparecem em pesquisas de opinião sobre a percepção das democracias pelos cidadãos. Acreditamos que esses países merecem ser incluídos nos resultados finais, embora, para alguns, as amostras possam estar sujeitas a determinadas reservas, o que, no interesse da transparência, gostaríamos de chamar a atenção do leitor.

As amostras realizadas de forma online na Bielorrússia, Indonésia, México, Nigéria e Filipinas representam populações mais urbanas, mais educadas ou mais ricas do que a população em geral. Os resultados da pesquisa nestes países devem, por conseguinte, ser considerados como refletindo mais a opinião dos segmentos mais “conectados” destas populações, mesmo que a ponderação aplicada aos dados permita corrigir algumas destas tendências da amostragem.

Além disso, gostaríamos de destacar algumas situações específicas em que a sub-representação ou sobre-representação de certos grupos era inevitável no estado atual das capacidades de pesquisa online:

- Nigéria: sub-representação de muçulmanos (15% na amostra, em comparação com 54% na população real de acordo com as últimas estimativas);
- Bielorrússia: sub-representação das pessoas mais idosas (o exemplo inclui 41% das pessoas com idade de 18 a 34, 40% das pessoas com idades entre 35 a 49 anos e 7% das pessoas com mais de 60 anos e mais, em comparação com 28%, 27% e 28%, respectivamente, na população em geral), viés parcialmente corrigido pela ponderação dos dados;
- Indonésia: sobre-representação de cristãos na amostra, ou seja, 17% dos cristãos e 77% muçulmanos, contra estimativas oficiais de 9% e 87%, respectivamente;
- Líbano: sobre-representação dos jovens (53% dos entrevistados pertencem ao grupo etário dos 18 aos 34 anos, em comparação com 38% da população real), viés parcialmente corrigido pela ponderação de dados;
- Israel: a pesquisa foi administrada apenas a pessoas que falavam hebraico.
- Tunísia: sobre-representação do grupo etário dos 18 aos 34 anos (60% contra 35% na população real) e sub-representação da população mais velha (6% dos 50 aos 59 anos e 3% dos 60 anos e mais na amostra, contra 16% e 19%, respectivamente, na população real), viés parcialmente corrigido por ponderação de dados.

Esperamos que a experiência adquirida na organização e realização desta pesquisa nestes países seja utilizada para corrigir os problemas de representatividade que temos encontrado em nossas amostras. Assim, pesquisas futuras poderão definir padrões ainda mais elevados nas metodologias de pesquisa online e off-line em nível global.

Por último, esperamos que a nossa investigação contribua para ajudar estes países, onde a liberdade é restringida, a progredir rumo à democratização.

Uma pesquisa internacional realizada por:

FONDATION POUR
L'INNOVATION
POLITIQUE
fondapol.org

Em cooperação com:



5. O subconjunto “União Europeia Oriental” comporta a Bulgária, a Croácia, a República Tcheca, a Estônia, a Hungria, a Letônia, a Lituânia, a Polônia, a Romênia, a Eslováquia e a Eslovênia.

6. O subconjunto “União Europeia Ocidental” comporta a Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Holanda, Portugal, Espanha e Suécia.

7. Esta designação não prejudica as posições relativas ao Estatuto do Kosovo e está em conformidade com a Resolução 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e com o parecer do Tribunal Internacional de Justiça sobre a declaração de Independência do Kosovo.

DE QUEM AS DEMOCRACIAS TÊM MEDO

As atuais tensões entre o mundo democrático e os regimes autoritários fazem lembrar a Guerra Fria. A China reivindica a superioridade de seu modelo, assim como a União Soviética fez no passado. A Rússia de Stalin apresentou a “democracia popular” como uma verdadeira democracia, como um contraponto à democracia representativa. A China de Xi Jin Ping afirma realizar uma democracia genuína na construção de uma “democracia socialista com características Chinasas” que Pequim opõe à “democracia de estilo americano”. Por fim, ao qualificar seu modelo como “democracia global”, a China não exalta sua eficácia apenas para os Chineses, ela também diz que o vê como um modelo para o mundo.

No entanto, há pelo menos uma grande diferença entre o nosso tempo e o da Guerra Fria. Diferença esta que reside no fato de a maioria dos regimes autoritários não rejeitar a economia capitalista nem mesmo a globalização. A nova economia e as inovações que a acompanham não só deixam de desestabilizar regimes hostis às liberdades, como também os enriquecem e reforçam o seu poder. O melhor exemplo é fornecido pela China, cuja ascensão como potência foi acelerada pela sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 11 de dezembro de 2001.

A globalização fornece aos regimes autoritários importantes recursos econômicos, mas também lhes fornece novas formas de influenciar o mundo e desestabilizar as sociedades liberais. Para a China, Rússia ou Turquia, está mais fácil do que nunca interferir nos assuntos internos dos países, em especial dos países com regimes democráticos, que são, por natureza, mais abertos, pois eles são baseados no princípio da publicidade e da transparência. Fácil de espioná-los para perturbar o funcionamento de seus serviços públicos através de pirataria informática, de perturbar o debate público pela produção em massa de informações falsas, de apoiar movimentos de protesto estimulando demandas separatistas e parasitar campanhas eleitorais com objetivo de influenciar o resultado, mas também, certamente, para enfraquecer a democracia aos olhos de seus próprios cidadãos. E desacreditá-la sob o olhar do resto do mundo para indicar que uma página está virando, que o tempo de agora é o de um mundo nas mãos de poderes autoritários, que o ciclo histórico da liberdade chegou ao fim.

1. A China preocupa o mundo democrático	17
O continente americano face à ambição Chinasa	19
Na Ásia-Pacífico, a percepção sobre a China é negativa	20
A China divide o continente europeu	20
2. A Rússia, vista como pouco influente, continua a ser temida pelos seus vizinhos	22
3. A Turquia desorienta os europeus	23
4. Os Estados Unidos continuam a ser a potência dominante	26
Os Estados Unidos são percebidos como a potência mais influente	26
O mundo anglófono vê os Estados Unidos como uma potência tranquilizadora, com exceção do Canadá.....	27
A adesão à OTAN não é suficiente para tranquilizar os Estados Unidos.....	30
5. A população teme o retorno da guerra	32

1. A China preocupa o mundo democrático

Como parte da nossa investigação, procuramos conhecer a avaliação de países autoritários. Fizemos a seguinte pergunta: “para [China; Rússia; Turquia], diga se sua atitude na cena internacional o(a) preocupa, o(a) tranquiliza, ou nem uma coisa nem outra.” 60% dos entrevistados consideram a atitude da China na cena internacional “preocupante”, 52% sentem o mesmo em relação à Rússia e 37% em relação à Turquia. Quase um quarto dos entrevistados (22%) consideram que a atitude da China não é “nem preocupante, nem tranquilizadora” e 18% consideram-na “tranquilizadora”.

Na Índia, cujos resultados não são incluídos no cálculo da média global dos países, devido ao seu peso demográfico, a preocupação com a atitude da China é compartilhada por 43% dos entrevistados (12% se dizem tranquilos, 17% “nem uma coisa nem outra” e 28% não exprime opinião). Em nossa pesquisa de 2018, realizada em 42 países ¹, a reputação da China era menos alvo de atenção. Aos olhos daquele público, ela aparecia sendo de menor preocupação, atrás da Rússia e dos Estados Unidos. ².

A maioria dos cidadãos receia o poder chinês (em %)

Pergunta: “Para [a China], diga se a sua atitude na cena internacional o(a) preocupa, o(a) tranquiliza, ou nem uma coisa nem outra”

Base: conjunto da amostra



© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

A China assume, e até afirma ostensivamente, o seu modelo que combina uma organização estatal totalitária, uma economia capitalista e uma sociedade de controle de alta tecnologia. Diante do exterior, sua estratégia de *soft power* mobilizando a imagem de uma grande civilização aos olhos das grandes potências deste mundo, permitiu aumentar sua influência sem imediatamente causar sérias preocupações. Agora, porém, a política de poder de Pequim já não pode ser dissimulada³. O desejo da China de redefinir as regras da globalização em seu benefício, seus planos de expansão geopolítica, evidenciados pela repressão brutal de Hong Kong⁴, a proliferação de

comportamentos agressivos contra Taiwan e, de um modo mais geral, em toda a Ásia-Pacífico, é agora percebida pela opinião pública como uma ameaça. Além disso, se a crise de saúde da Covid-19 foi capaz de favorecer os interesses de Pequim, desestabilizando o mundo ocidental, em geral, e os Estados Unidos, em particular, a China é agora suspeita de ter impedido missões de busca de evidências sobre a origem do vírus. É também acusada de ocultar algumas das informações, tanto sobre a gravidade da pandemia dentro das suas fronteiras como sobre a sua velocidade de disseminação para o resto do mundo.

O medo da China aumentou acentuadamente entre 2018 e 2021

Em 2018, entre os entrevistados dos 42 países da pesquisa *Democracias sob tensão*, metade (49%) disse que estava preocupada com a atitude da China na cena internacional. Em 2021, este receio aumentou acentuadamente entre estes 42 países, aumentando para 65% dos respondentes.

1. Em 2018, os 42 países do estudo *Democracias sob tensão* foram os seguintes: Albânia, Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Bulgária, Canadá, Croácia, Chipre, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Romênia, Sérvia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça, Ucrânia, Reino Unido, Estados Unidos.

2. No entanto, se a União Europeia é o poder considerado menos preocupante pelos entrevistados, não é uma entidade comparável a um Estado-Nação tradicional.

3. Sobre este assunto, ver Paul Charon e Jean-Baptiste Jeangène Vilmer, *Les Opérations d'influence chinoises. Un moment machiavélien*, Institut de recherche stratégique de l'École militaire (Irssem), 2e édition, octobre 2021 (<https://drive.google.com/file/d/1WgJ6WXkzwmUjzVs4Dj6OOh4jg0TK6Rr1/view>).

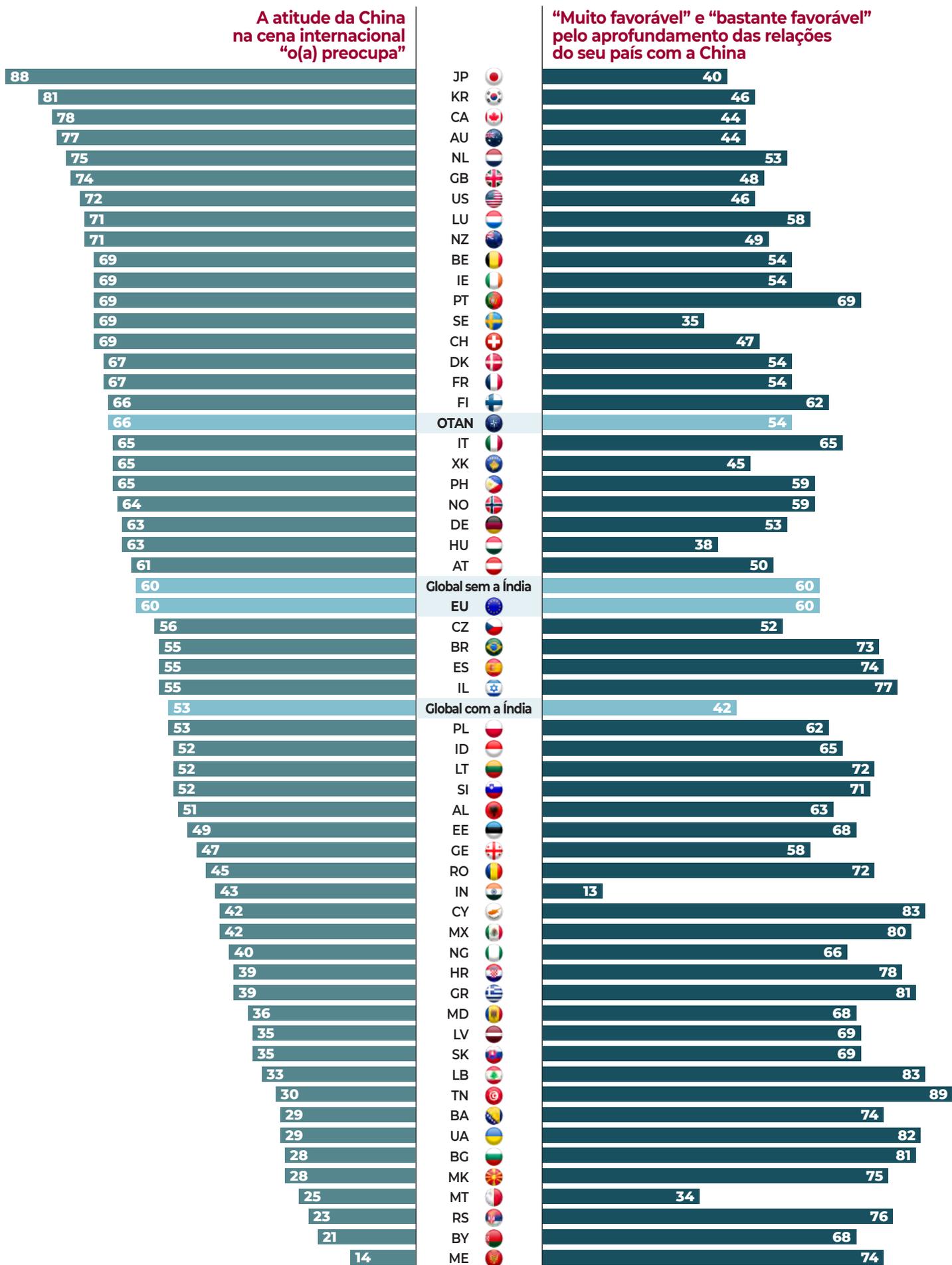
4. Ver Jean-Pierre Cabestan e Laurence Daziano, *Hongkong: la seconde rétrocession*, Fondation pour l'innovation politique, juillet 2020 (www.fondapol.org/etude/hongkong-la-seconde-retrocession/). Esta nota também está disponível em inglês, *Hong Kong: The Second Handover* (www.fondapol.org/en/study/hong-kong-the-second-handover/); em chinês tradicional, *香港: 二次回歸* (www.fondapol.org/app/uploads/2020/10/hongkong-the-second-handover-Chinese-version-traditional-characters.pdf); em chinês simplificado, *香港: 二次回归* (www.fondapol.org/app/uploads/2020/10/175-cabestan-daziano-hongkong-ch-simplifie-2020-10-16-w.pdf).

O desejo de aprofundar as relações com a China está em tensão com o medo que ela inspira (em %)

Perguntas: “Para [a China], diga se a sua atitude na cena internacional o(a) preocupa, o(a) tranquiliza, ou nem uma coisa nem outra”; “Em que medida está a favor ou contra o aprofundamento das relações do seu país com a China?”

Respostas: “preocupa-me”; “muito favorável” e “bastante favorável”

Base: conjunto da amostra



O continente americano diante da ambição Chinesa

A preocupação com a China está atingindo níveis sem precedentes entre as populações canadense (78%), americana (72%) e brasileira (55%), ao passo que a perspectiva de aprofundar as relações causa discrepâncias de opiniões nos países do continente americano. Enquanto a maioria dos canadenses (56%) e americanos (54%) se opõem ao aprofundamento dessas relações, o mesmo não acontece com os brasileiros. Pelo contrário, registra-se um maior apoio a este

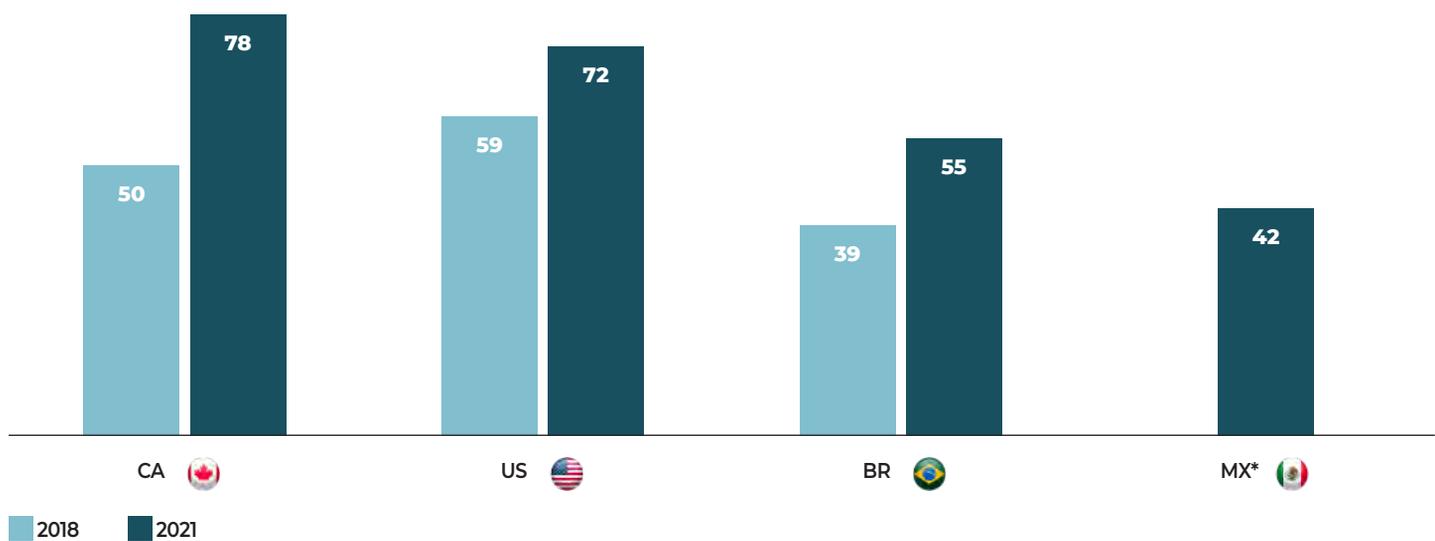
aprofundamento (73%). No México, a preocupação é menos generalizada (42%) e a maioria dos mexicanos (80%) quer ver seu país aprofundar suas relações com a China. É preciso lembrar que Pequim, de Hu Jintao a Xi Jinping, multiplicou acordos de parceria estratégica, tornando-se assim o primeiro parceiro econômico do Brasil ⁵ e o segundo do México, atrás dos Estados Unidos, e que a parcela das trocas com a China no comércio mexicano aumenta enquanto diminui com os Estados Unidos ⁶.

No continente americano, a China preocupa cada vez mais (em %)

Pergunta: “Para [a China], diga se a sua atitude na cena internacional o(a) preocupa, o(a) tranquiliza, ou nem uma coisa nem outra”

Resposta: “preocupa-me”

Base: Brasil, Canadá, Estados Unidos, México



* O México não fez parte do nosso painel em 2018.

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

Líbano, Tunísia e Nigéria: regimes frágeis favorecem o aprofundamento das relações com a China

Uma medida da influência crescente da China é o número de governos que estão dispostos a entrar em parcerias econômicas. No Líbano, Pequim está trabalhando para construir a infraestrutura do país e, acima de tudo, para implantar a “estrada árabe” que liga Beirute a Damasco¹. De seu lado, a Tunísia, no meio de uma crise econômica e política, juntou-se à iniciativa “Novas Rotas da Seda” em 2018, oferecendo à China oportunidades de cooperação² e perspectivas de influência no continente africano. Finalmente, a Nigéria, o país mais populoso da África, tornou-se um novo eldorado para as empresas Chinasas, num movimento de aumento do investimento paralelo ao declínio do investimento Ocidental³.

1. Ver Anchal Vohra, “China Wants to Be Lebanon’s Savior”, *foreignpolicy.com*, 9 juillet 2020 (<https://foreignpolicy.com/2020/07/09/china-wants-to-be-lebanons-savior/>).

2. David Sacks, “Countries in China’s Belt and Road Initiative: Who’s In and Who’s Out”, Council on Foreign Relations, 24 mars 2021 (www.cfr.org/blog/countries-chinas-belt-and-road-initiative-whos-and-whos-out).

3. Voir Oluwatosin Adeshokan, “Why Is China Looking to Establish Banks in Nigeria?”, *thediplomat.com*, 13 octobre 2021 (<https://thediplomat.com/2021/10/why-is-china-looking-to-establish-banks-in-nigeria/>).

5. Ver Emilie Sweigart e Gabriel Cohen, “Brazil’s Evolving Relationship with China”, *americasquarterly.org*, 19 octobre 2021 (www.americasquarterly.org/article/brazils-evolving-relationship-with-china).

6. Ver Amb. Martha Bárcena Coqui, “Why Mexico’s Relationship with China Is So Complicated”, *americasquarterly.org*, 28 septembre 2021 (<https://americasquarterly.org/article/why-mexicos-relationship-with-china-is-so-complicated>).

Na Ásia-Pacífico, o foco na China é negativo

Na região Ásia-Pacífico, a preocupação é elevada entre os filipinos (65%) e os indonésios (52%). No entanto, tanto a população filipina (59%) quanto a indonésia (65%) querem aprofundar as relações de seus países com a China. Além disso, a Indonésia e a China assinaram um acordo em setembro de 2020 para liquidar as suas transações comerciais nas respectivas moedas nacionais, emancipando-se do dólar ou de qualquer outra moeda.⁷

A China é ainda mais preocupante para os neozelandeses (71%), australianos (77%) e sul-coreanos (81%). O mesmo acontece no Japão, onde, em 2021, o medo é quase unânime

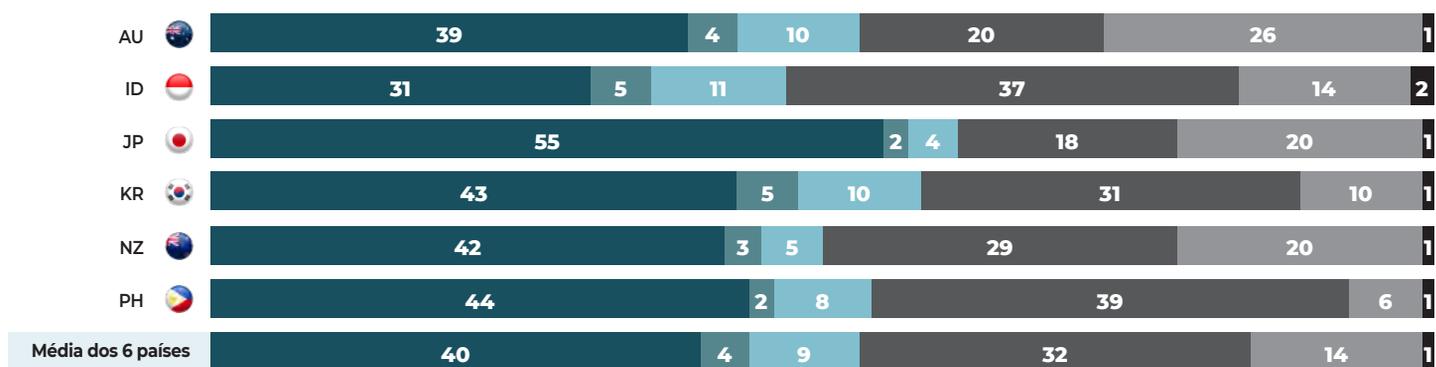
(88%), permanecendo no nível de 2018 (91%). A intensificação da presença militar de Pequim no Mar do Sul da China está agitando toda a área, levando a um agravamento das percepções⁸. Os neozelandeses (51%), os sul-coreanos (54%), os australianos (56%) e os Japoneses (60%) são agora hostis ao aprofundamento das relações com a China.

Se por um lado o medo é relativamente menos difundido na Índia (43%), por outro, três quartos dos indianos (72%) dizem que se opõem ao aprofundamento das relações com seu vizinho. Percepções paralelas aos persistentes conflitos territoriais entre os dois gigantes asiáticos.

O povo da Ásia-Pacífico prefere investimentos de países democráticos em vez da China (em %)

Pergunta: “Que fonte de investimento estrangeiro privilegiaria mais no seu país? Em primeiro lugar?”

Base: Austrália, Indonésia, Japão, Nova Zelândia, Filipinas, Coreia do Sul



- “Investimento oriundo dos Estados Unidos, da União Europeia, da Austrália e/ou do Japão”
- “Investimento oriundo da China”
- “Investimento oriundo do Sudeste Asiático”
- “Todas as fontes de investimento estrangeiro são bem-vindas no meu país”
- “Prefiro não ter investimentos estrangeiros no meu país”
- Não exprime opinião

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

A China divide o continente Europeu

Entre os europeus (UE), a preocupação com a atitude da China aumenta fortemente e diz respeito a 60% dos entrevistados, 20 pontos a mais do que em 2018 (40%). Os gregos estão entre os menos preocupados (39%), embora este sentimento esteja aumentando em comparação a 2018 (29%). Os dois países não deixaram de se aproximar cada vez mais desde a crise financeira de 2008.

A China tem a ambição de fazer do porto grego de Pireu um dos maiores da Europa, mas também uma das interfaces

logísticas essenciais das “Novas Rotas da Seda”⁹. O presidente chinês Xi Jinping já falou sobre isso em 2019: “queremos fortalecer o papel de transbordo do porto do Pireu e aumentar ainda mais a capacidade de ligação rápida mar-terra entre a China e a Europa”¹⁰.

Na Europa Oriental a percepção é de contraste. A quem a China menos preocupa são os búlgaros, os letões, os eslovacos e os croatas. Mas o medo domina na Lituânia, Eslovênia, República Tcheca, Hungria e Polônia.

7. Muhammad Zulfikar Rakhmat, *Indonesia and China inked a deal to promote the use of the Yuan and Rupiah. The political and economic implications are huge*, theconversation.com, 14 de outubro de 2020 (<https://theconversation.com/indonesia-and-china-inked-a-deal-to-promote-the-use-of-the-yuan-and-rupiah-the-political-and-economic-implications-are-huge-147493>).

8. *North Korean nuclear issue and US-China conflict greatest risks to peace in Northeast Asia in 2021*, The Genron NPO, 2 mars 2021 (www.genron-npo.net/en/opinion_polls/archives/5570.html).

9. *A World Safe for the Party. China's Authoritarian Influence and the Democratic Response. Country Case Studies from Nepal, Kenya, Montenegro, Panama, Georgia and Greece*, International Republican Institute, 2021, p. 54-60 (www.iri.org/sites/default/files/bridge-ii_fullreport-r7-021221.pdf).

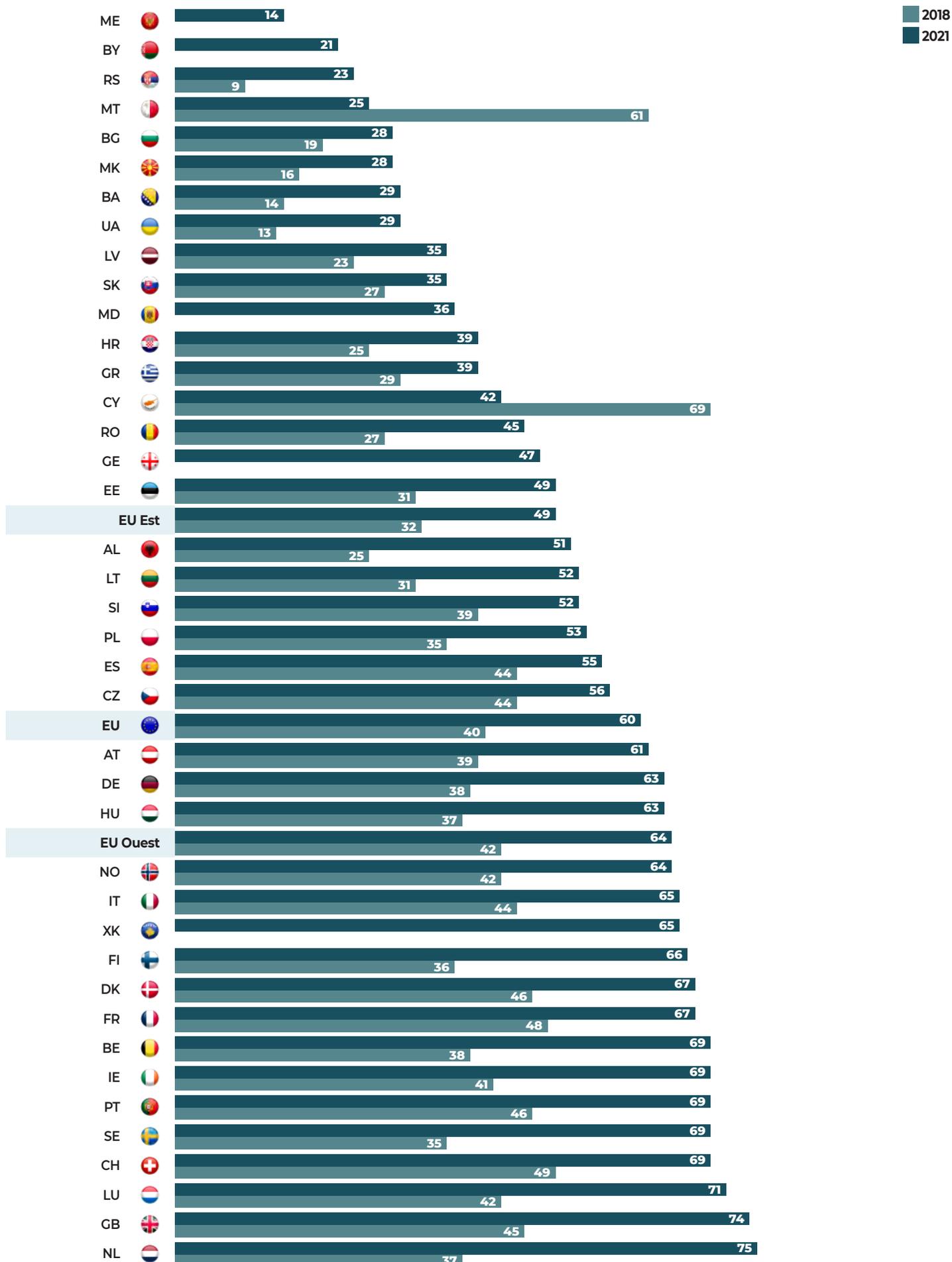
10. *We want to strengthen Piraeus' transshipment role and further boost the throughput capacity of China's fast sea-land link with Europe* (citado in Silvia Amaro, *China bought most of Greece's main port and now it wants to make it the biggest in Europe*, cnbc.com, 15 de novembro de 2019 (www.cnbc.com/2019/11/15/china-wants-to-turn-greece-piraeus-port-into-europe-biggest.html)).

Na Europa, a atitude Chinesa é preocupante (em %)

Pergunta: “Para [a China], diga se a sua atitude na cena internacional o(a) preocupa, o(a) tranquiliza, ou nem uma coisa nem outra”

Resposta: “preocupa-me”

Base: países do continente europeu



Nos Balcãs Ocidentais, um terço (33%) dos entrevistados receia a atitude da China, o que equivale ao percentual que a considera tranquilizadora (34%). Os kosovares constituem uma exceção (65% consideram a China preocupante). A iniciativa “17 + 1”, criada em 2012, deu frutos ¹¹. A Europa Oriental é uma área-chave para o projeto das “Novas Rotas da Seda” lançado em 2013. Os investimentos Chineses, tais como os

aplicados para a construção de uma ferrovia que liga Belgrado a Budapeste, parecem convencer essas populações: nos países do leste da União Europeia, a opinião dos entrevistados é mais favorável (64%) a um aprofundamento das relações com a China do que nos países ocidentais (59%). Nos Balcãs Ocidentais, a expectativa de estreitar os laços comerciais com Pequim é ainda mais partilhada (70%).

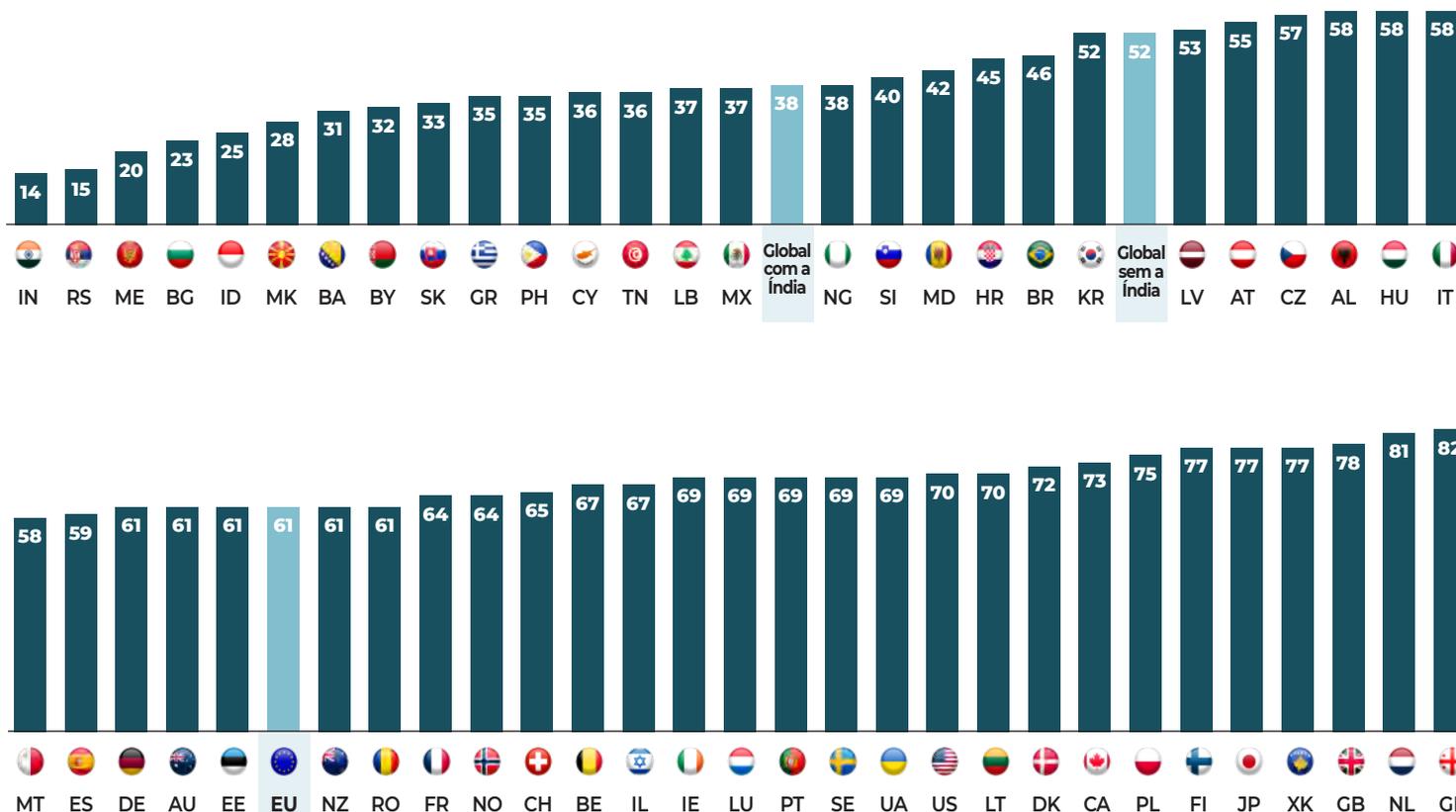
2. A Rússia, considerada como tendo pouca influência, continua a ser temida por seus vizinhos

No mundo democrático, é a Europa que mais teme a Rússia (em %)

Pergunta: “Para [a Rússia], diga se a sua atitude na cena internacional o(a) preocupa, o(a) tranquiliza ou nem uma coisa nem outra”

Resposta: “preocupa-me”

Base: conjunto da amostra



© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

11. O “17+ 1” ou “16 + 1” é um fórum iniciado por Pequim para estender sua influência econômica e política na Europa fora do quadro institucional e formal da União Europeia, e para prosseguir seu projeto de investimento emblemático, conhecido como “Nova Rota da Soja” (Belt And Road Initiative). A iniciativa “17 + 1” inclui a Albânia, a Bósnia e Herzegovina, a Bulgária, a Croácia, a República Tcheca, a Estônia, a Grécia, a Hungria, a Letônia, o Montenegro, a Macedônia Do Norte, a Polônia, a Romênia, a Sérvia, a Eslováquia e a Eslovênia. A Lituânia abandonou a iniciativa “17 + 1” em março de 2021.

A Rússia tornou-se um país economicamente fraco e sofre um rápido envelhecimento demográfico. Dos entrevistados, apenas uma pequena minoria (4%) identifica a Rússia como a potência mais influente. Mas isso não impede uma maioria (52%) de temer sua atitude na cena internacional. Evidentemente, o medo maior entre os georgianos e ucranianos, mas também entre os holandeses, britânicos, finlandeses, dinamarqueses e suecos. A interferência russa nos assuntos nacionais é um dos fatores explicativos: a Holanda e o Reino Unido denunciaram ciberataques lançados por Moscou, especialmente durante campanhas eleitorais ¹².

No entanto, o nível de preocupação não aumentou entre 2018 e 2021. Até diminuiu significativamente, mantendo-se a um índice elevado, em países particularmente sensíveis à pressão russa. A preocupação com a Rússia é compartilhada por 61% dos estonianos (correspondendo a uma queda de 19 pontos em relação ao número de 2018), por 53% dos

letões (decréscimo de 13 pontos) e por 70% dos lituanos (diminuição de 4 pontos).

Na Europa, a Grécia é uma exceção, uma vez que apenas um terço dos entrevistados afirma que a Rússia preocupa. Em 2015, os dois países assinaram um acordo como parte do Turkish Stream, um importante gasoduto através da Grécia e Turquia para conectar a Rússia à Europa ¹³. Lançada em 2017, a construção resultou em uma inauguração em 2020.

Nos países da OTAN, a atitude da Rússia preocupa os respondentes (66%), especialmente no Reino Unido, Canadá e EUA. Os entrevistados que consideram “positivo” o fato de seu país ser membro da OTAN também têm mais probabilidades de manifestar a sua preocupação com a Rússia (73%) quando comparados àqueles que consideram esta adesão como fato “negativo” (54%).

Na Ásia-Pacífico, a Rússia preocupa uma maioria de sul-coreanos, australianos, neozelandeses e três quartos dos Japoneses.

3. A Turquia desorienta os europeus

No mundo democrático, a Turquia é a potência autoritária que menos preocupa a opinião dos países: 37% dos respondentes dizem estar preocupados com a atitude da Turquia na cena internacional. Apenas 19% consideram que ela tem uma postura tranquilizadora. A avaliação pública parece em suspensão: quase metade (44%) considera a atitude turca como “nem preocupante, nem tranquilizadora”.

Por outro lado, na União Europeia, a Turquia (63%) é a potência que mais preocupa, à frente da Rússia (61%) e da China (60%). Em alguns Estados-Membros, a opinião pública está particularmente preocupada: os holandeses (78%), os luxemburgueses (76%), os alemães (74%), os austríacos (73%), os belgas (72%), os franceses (71%) e os italianos (70%). Ressalta-se que estes países estão localizados na Europa Ocidental e, na maioria das vezes, incluem fortes comunidades turcas. No coração da Europa mediterrânea, as disputas territoriais que opõem Chipre e Grécia à Ancara, em relação à partilha do Chipre desde 1974 e, mais recentemente, aos direitos de exploração de petróleo e gás no Mediterrâneo ¹⁴,

explicam que os cipriotas (95%) e os gregos (85%) sejam os mais propensos a achar a Turquia preocupante.

Fora desta zona euro-mediterrânea, há menos preocupação com a Turquia. Este sentimento diz respeito a 38% dos americanos, 36% dos australianos e canadenses, 34% dos Japoneses, 32% dos sul-coreanos e neozelandeses.

Em média, metade da opinião pública dos países membros da OTAN (50%) receia a atitude da Turquia. A percentagem sobe para 58% quando olhamos para a média da OTAN sem os Estados Unidos, o que confirma que são sobretudo os europeus que estão preocupados com a posição da Turquia na cena internacional. O país, que celebra o 70º aniversário de sua adesão à Aliança Atlântica em 2022, vem atizando tensões por vários anos, particularmente ao comprar da Rússia um sistema de defesa incompatível com os da Aliança Atlântica ¹⁵, ao lançar ofensivas no norte da Síria ou quando os seus barcos enfrentam navios gregos, no Mediterrâneo oriental, ou franceses, ao largo da Costa Líbia ¹⁶.

12. *Russia cyber-plots: US, UK and Netherlands allege hacking*, bbc.com, 4 de outubro de 2018 (www.bbc.com/news/world-europe-45746837).

13. Simone Tagliapietra e Georg Zachmann, *Will natural gas cooperation with Russia save the Greek economy?*, bruegel.org, 20 de abril de 2015 (www.bruegel.org/2015/04/will-natural-gas-cooperation-with-russia-save-the-greek-economy/).

14. Tuvan Gumrukcu, *Turkey says sent Cypriot vessel away from its continental shelf*, reuters.com, 4 de outubro de 2021 (www.reuters.com/world/europe/turkey-says-sent-cypriot-vessel-away-its-continental-shelf-2021-10-04/).

15. Humeyra Pamuk, *Erdogan says Turkey plans to buy more Russian defense systems*, reuters.com, 27 de setembro de 2021 (www.reuters.com/world/middle-east/turkeys-erdogan-says-intends-buy-another-russian-s-400-defence-system-cbs-news-2021-09-26/).

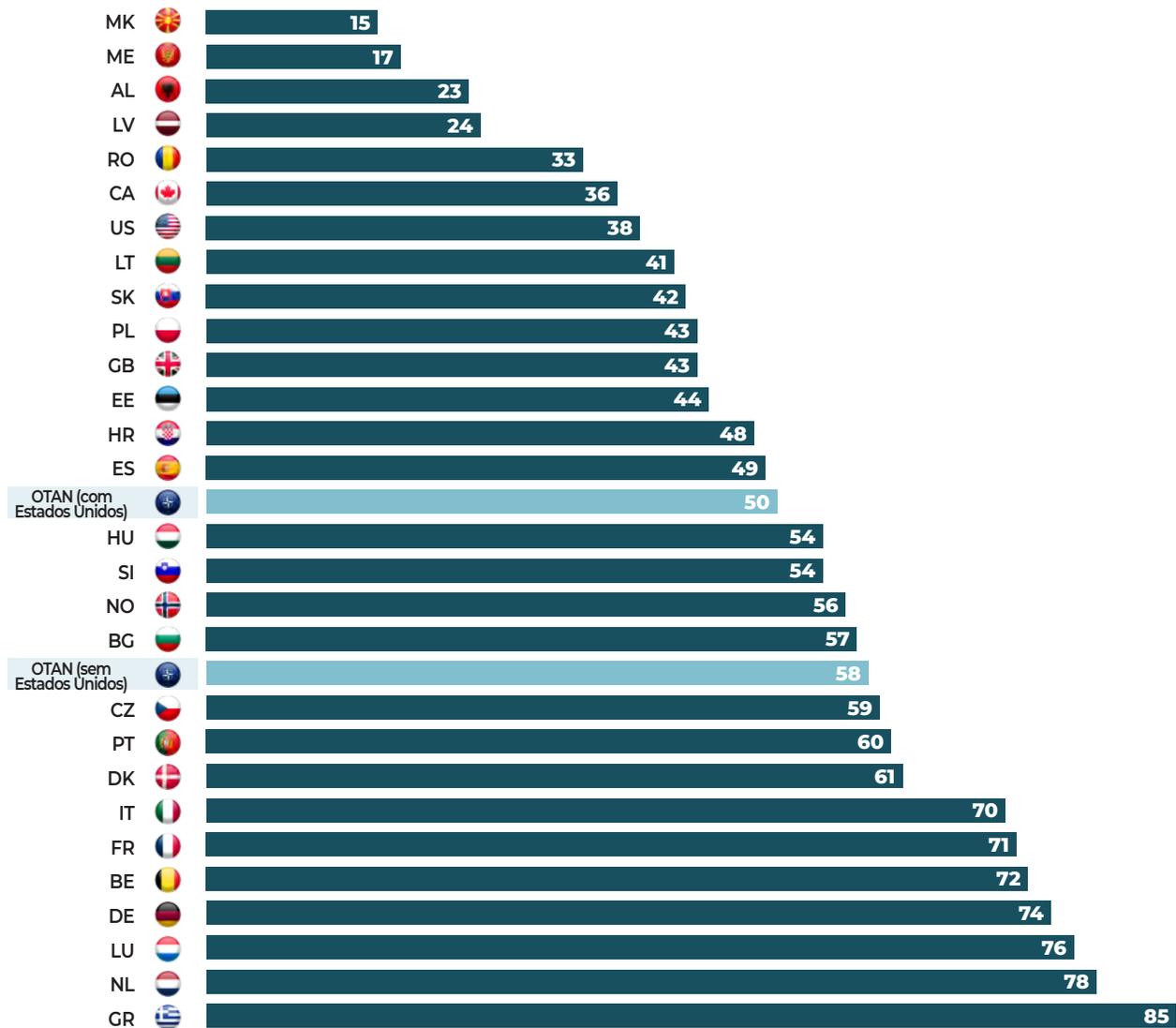
16. Steven Erlanger, *Turkish Aggression Is NATO's 'Elephant in the Room'*, nytimes.com, 3 de agosto de 2020 (www.nytimes.com/2020/08/03/world/europe/turkey-nato.html).

Turquia, o país membro da OTAN que preocupa os Europeus e a região mediterrânica (em %)

Pergunta: “Para [a Turquia], diga se a sua atitude na cena internacional o(a) preocupa, o(a) tranquiliza ou nem uma coisa nem outra”

Resposta: “preocupa-me”

Base: países membros da OTAN



© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

Nota-se que a questão da imigração afeta a percepção da Turquia, mesmo quando o Presidente Recep Tayyip Erdogan mantém a pressão sobre as fronteiras da União Europeia: quase três quartos (70%) dos entrevistados na União Europeia

que consideram a imigração uma das maiores ameaças à sua democracia consideram preocupante a atitude da Turquia (contra 50% no total).

Opinião israelita e a Turquia

Dois terços (67%) dos israelitas consideram preocupante a atitude da Turquia. O presidente Erdoğan multiplicou as suas posições agressivas em relação ao Estado judeu depois das tensões que surgiram entre Israel e a Palestina em maio de 2021,¹ pouco antes da aplicação de nossa pesquisa. Em uma declaração de 12 de Maio de 2021, Erdoğan anunciou que “a comunidade internacional deve ensinar uma lição forte e dissuasiva ao Estado de Israel”.² Os laços com o Estado judeu nem sempre foram tão tensos. Em 1949, a Turquia foi o primeiro País de maioria muçulmana a reconhecer o estado de Israel, antes de cortar laços em 2010. O partido AKP está agora defendendo um projeto Islamo-nacionalista que rompe com a doutrina kemalista.³

1. Richard Allen Greene e Oren Liebermann, *Tensions between Israel and Palestinians are sky-high. Here's what you need to know*, cnn.com, 16 de maio de 2021 (<https://edition.cnn.com/2021/05/12/middleeast/israel-palestinian-explainer-intl-cmd/index.html>).

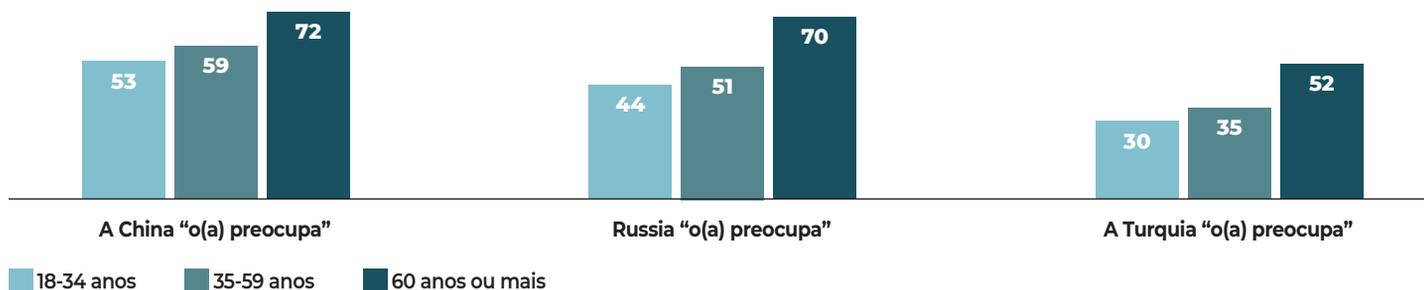
2. President Erdoğan, President Putin of Russia talk over phone, Presidency of the Republic of Türkiye, Directorate of Communications, iletisim.gov.tr, 12 de maio de 2021 (www.iletisim.gov.tr/ENGLISH/haberler/detay/president-erdogan-president-putin-of-russia-talk-over-phone12052021).

3. Omar Babakhouya, *La Diplomatie turque au Moyen-Orient à l'ère AKP. Quel arbitrage entre idéologie e pragmatisme?*, L'Harmattan, 2020.

As gerações mais jovens têm menos medo das potências autoritárias (em %)

Pergunta: “Para [China, Rússia, Turquia], diga se a sua atitude na cena internacional o(a) preocupa, o(a) tranquiliza ou nem uma coisa nem outra”

Base: conjunto da amostra

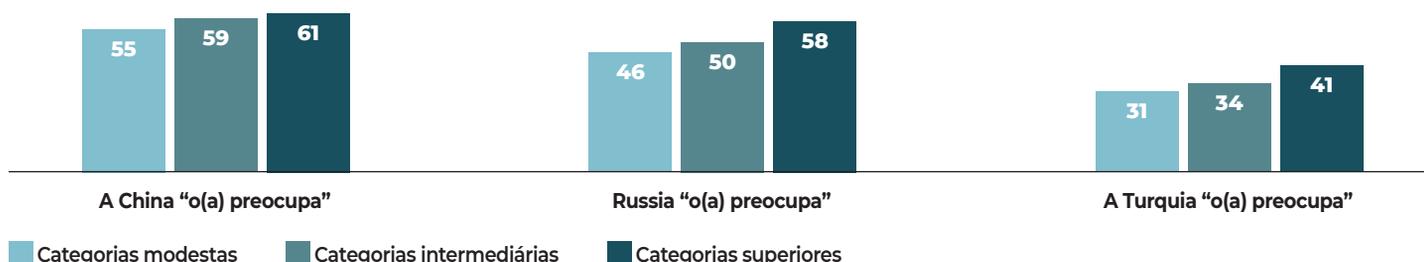


© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

A preocupação com os regimes autoritários é tanto mais acentuada quanto maior for o nível social (em %)

Pergunta: “Para [China, Rússia, Turquia], diga se a sua atitude na cena internacional o(a) preocupa, o(a) tranquiliza ou nem uma coisa nem outra”

Base: conjunto da amostra



© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

A preocupação com as potências autoritárias varia de acordo com as preocupações dos respondentes (em %)

Pergunta: “Pour [A China ; A Rússia ; A Turquia], dites si son attitude sur la scène internationale o(a) preocupa, O(a) tranquiliza, ou Nem uma coisa nem outra”

Base: conjunto da amostra

	A China “o(a) preocupa”	Rússia “o(a) preocupa”	A Turquia “o(a) preocupa”
Qual das seguintes opiniões corresponde melhor ao seu ponto de vista?			
“Não me importaria de ter menos liberdades se isso tornasse o governo mais eficiente”	55	44	32
“Mesmo que isso tornasse o governo mais eficiente, não aceitaria ter menos liberdades”	62	57	39
“A OTAN é uma aliança militar composta por países europeus, Turquia, Estados Unidos e Canadá. Acha que o fato do seu país pertencer à OTAN é...”*			
“Positivo”	72	73	52
“Nem positivo nem negativo”	58	56	44
“Negativo”	59	54	58
“Para cada um, por favor, diga se este modo de governar o país é / seria muito bom, bastante bom, bastante mau, muito mau: ter na liderança”			
“Muito bom” e “bastante bom”	52	44	32
“Bastante mau” e “muito mau”	63	57	39
“Para todos, por favor, digam se este modo de governar o país é / seria muito bom, bastante bom, bastante mau ou muito mau: que o exército”			
“Muito bom” e “bastante bom”	52	41	29
“Bastante mau” e “muito mau”	62	57	39

* Para esta questão, a base são as populações dos países membros da OTAN.

Esquema de leitura: 72% dos entrevistados que pensam que a sua adesão à OTAN é uma coisa boa estão preocupados com a atitude da China na cena internacional.

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

4. Os Estados Unidos continuam sendo a potência dominante

Os Estados Unidos são vistos como a potência mais influente

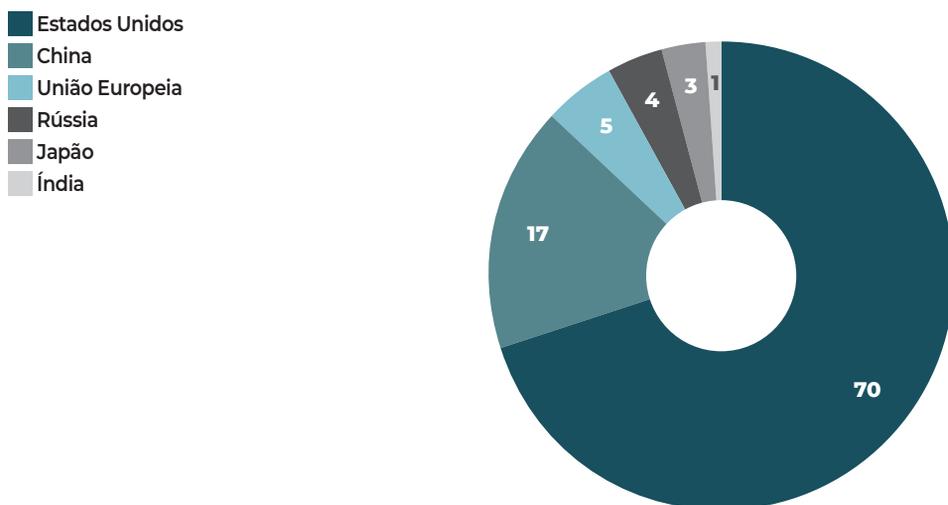
avaliação que fazem de sua própria democracia. Esta avaliação baseia-se na apreciação do seu funcionamento e na avaliação da utilidade do voto. De maneira que os entrevistados que acreditam que a democracia funciona mal em seus países, são com mais frequência os que consideram preocupante a

atitude dos Estados Unidos na cena internacional. Inversamente, aqueles que pensam que a sua democracia está funcionando bem estão mais preocupados com a China, a Rússia ou a Turquia. A mesma relação aparece entre as pessoas que consideram que “votar não tem grande utilidade, pois os políticos não levam em conta a vontade do povo”.

Para a opinião pública, os Estados Unidos são a potência mais influente (em %)

Pergunta: “Entre as seguintes potências [China, Estados Unidos, Índia, Japão, Rússia, União Europeia], qual deles você acha que tem a maior influência do mundo? Em primeiro lugar?”

Base: conjunto da amostra



© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

Os entrevistados que criticam o funcionamento da democracia no seu país têm menos medo de regimes autoritários (em %)

Base: conjunto da amostra

	No meu país, a democracia funciona “muito bem” e “bastante bem”	No meu país, a democracia funciona “bastante mal” e “muito mal”	“É útil votar porque é através de eleições que podemos evoluir as coisas”	“A votação é de pouco uso, os políticos não têm em conta o a vontade do povo”
A China “o(a) preocupa”	62	57	61	56
Rússia “o(a) preocupa”	56	49	54	47
A Turquia “o(a) preocupa”	38	35	38	34
Os Estados Unidos “o(a) preocupa”	30	37	32	38
A União Europeia “o(a) preocupa”	18	22	19	23

Esquema de leitura: entre os entrevistados que consideram que “votar não tem grande utilidade, os políticos não consideram a opinião do povo”, 38% dizem que estão preocupados com a atitude dos Estados Unidos na cena internacional.

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

Em comparação com nossa pesquisa internacional anterior, a imagem dos Estados Unidos melhorou significativamente: em 2018, mais da metade dos entrevistados (56%) estavam preocupados com a potência americana¹⁷. Alguns discursos e decisões da administração Trump sobre a política externa e comercial podem ter alimentado o sentimento de um excesso de perturbações em um mundo já incerto, especialmente porque elas vinham do líder do mundo democrático¹⁸. Estas percepções podem ser vistas dentro da própria sociedade americana: embora quase um terço dos americanos (30%) ainda considerem preocupante a atitude de seu país para com o mundo, este resultado está em queda de 13 pontos em relação a 2018 (43%). A mesma tendência é observada em outros países do continente americano: 41% dos canadenses e 39% dos brasileiros consideram a atitude dos Estados Unidos como preocupante, em comparação com 76% e 53%, respectivamente, em 2018. No continente, os mexicanos são mais numerosos (46%) a ter uma percepção preocupada com os Estados Unidos. No entanto, como o México aparece pela primeira vez em nossa pesquisa, não temos nenhum elemento de comparação com 2018.

A relação especial que Israel tem com os Estados Unidos reflete-se nos resultados: em 2021, mais da metade (56%) dos israelenses dizem que estão tranquilos em relação aos americanos.

O mesmo se aplica a outros países amigos dos Estados Unidos, incluindo as Filipinas, com quem têm aliança histórica e assinaram um tratado de assistência militar em 1951. Mais uma vez, a maioria dos filipinos (59%) dizem que estão tranquilos com a atitude dos americanos na cena internacional, enquanto enfrentam a política agressiva de Pequim no mar da China.

Na União Europeia, a deterioração da imagem dos Estados Unidos observada em 2018 foi invertida em 2021. Enquanto os europeus foram 63% a pensar o poder americano como preocupante em 2018, eles são 31% em 2021.

Na virada do século XX para o XXI, a intervenção da OTAN nos Balcãs Ocidentais deixou marcas nas mentes das pessoas. A pesquisa mostra uma opinião dividida sobre a intervenção a favor do Kosovo durante a guerra de 1999: os kosovares (87%) e os albaneses (65%) são os mais numerosos a julgar os Estados Unidos como tranquilizadores. Por outro lado, os sérvios (61%) e uma parte significativa dos bósnios (37%) consideram a atitude americana preocupante. Os bombardeios da OTAN liderados pelos EUA sobre alvos sérvios durante as guerras iugoslavas podem explicar a desconfiança da Sérvia, e também da Bósnia, que tem uma grande população sérvia.

Relação Especial: britânicos mais tranquilos em 2021

Em 2017 e 2018, 16% dos britânicos disseram que ficaram tranquilos com a atitude dos Estados Unidos na cena internacional. Em 2021, o número mais do que duplicou (36%). Esta garantia sentida pelos britânicos provavelmente só será mais óbvia agora que eles concluíram uma aliança militar com a Austrália e os Estados Unidos para combater a China (AUKUS).

O mundo anglófono vê os Estados Unidos como um potência tranquilizadora, com exceção do Canadá

Nos países membros da AUKUS (Austrália, Reino Unido e Estados Unidos), aliança militar de estrutura tripartite tornada pública em setembro de 2021 e formada para contrapor a potência chinesa, a atitude dos Estados Unidos é considerada mais tranquilizadora em 2021 (36% para os britânicos, e 39% para os australianos) do que era em 2018 (16% para os britânicos, e 20% para os australianos). Este é também o caso dos neozelandeses, que faziam parte da ANZUS (Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos), antecedente da AUKUS: 15% em 2018, em comparação aos 29% de hoje. Pequim se torna

uma preocupação para estes países anglófonos. Os vizinhos canadenses, porém, parecem recuar: 41% estão preocupados com a atitude dos EUA na cena internacional, o que pode em parte ser explicado pelas tensões comerciais. O acordo Canadá-Estados Unidos-México (USMCA), que substituiu o Acordo de Livre Comércio norte-americano (NAFTA) desde julho de 2020, está na origem de um impasse comercial. Se o NAFTA propôs um modelo de integração e normalização de um mercado comum norte-americano inspirado pela União Europeia, o USMCA se assenta mais na cooperação e provoca graves tensões no que diz respeito à proteção de certas áreas estratégicas dos países signatários (podemos mencionar os veículos elétricos) que estes países estão prontos a defender com unhas e dentes¹⁹.

A União Europeia, uma influência decorrente do *soft power*

A União Europeia não pode ser considerada uma “potência” comparável à China, à Rússia ou aos Estados Unidos, porque não é um estado. Ao organizar uma estreita cooperação entre 27 países que continuam a ser soberanos, a União Europeia exerce uma influência que é prioritariamente decorrente do *soft power*, com o seu mercado interno, seu modelo jurídico e seu normativismo. A União Europeia não concebe a utilização de *hard power*¹. É esta União Europeia em particular que é considerada “tranquilizadora” por quase metade da opinião (44%), enquanto 20% dos respondentes a consideram preocupante e um terço (36%) “nem tranquilizadora nem preocupante”.

1. Ver Andrew Moravcsik, “Why Europe Wins”, *foreignpolicy.com*, 24 septembre 2020 (<https://foreignpolicy.com/2020/09/24/euroskeptic-europe-covid-19-trump-russia-migration>).

17. Se compararmos os dados para 2018 e 2021, com os mesmos 42 países (sem Bielorrússia, Coreia do Sul, Geórgia, Índia, Indonésia, Kosovo, Líbano, México, Moldávia, Montenegro, Nigéria, Filipinas, Tunísia), a melhora na imagem dos Estados Unidos é ainda mais importante: 56% dos entrevistados estavam preocupados em 2018, em comparação com um terço (33%) em 2021.

18. John Glaser, Christopher A. Preble e A. Trevor Thrall, *Fuel to Fire. How Trump Made America's Broken Foreign Policy Even Worse (and How We Can Recover)*, Cato Institute, 2019.

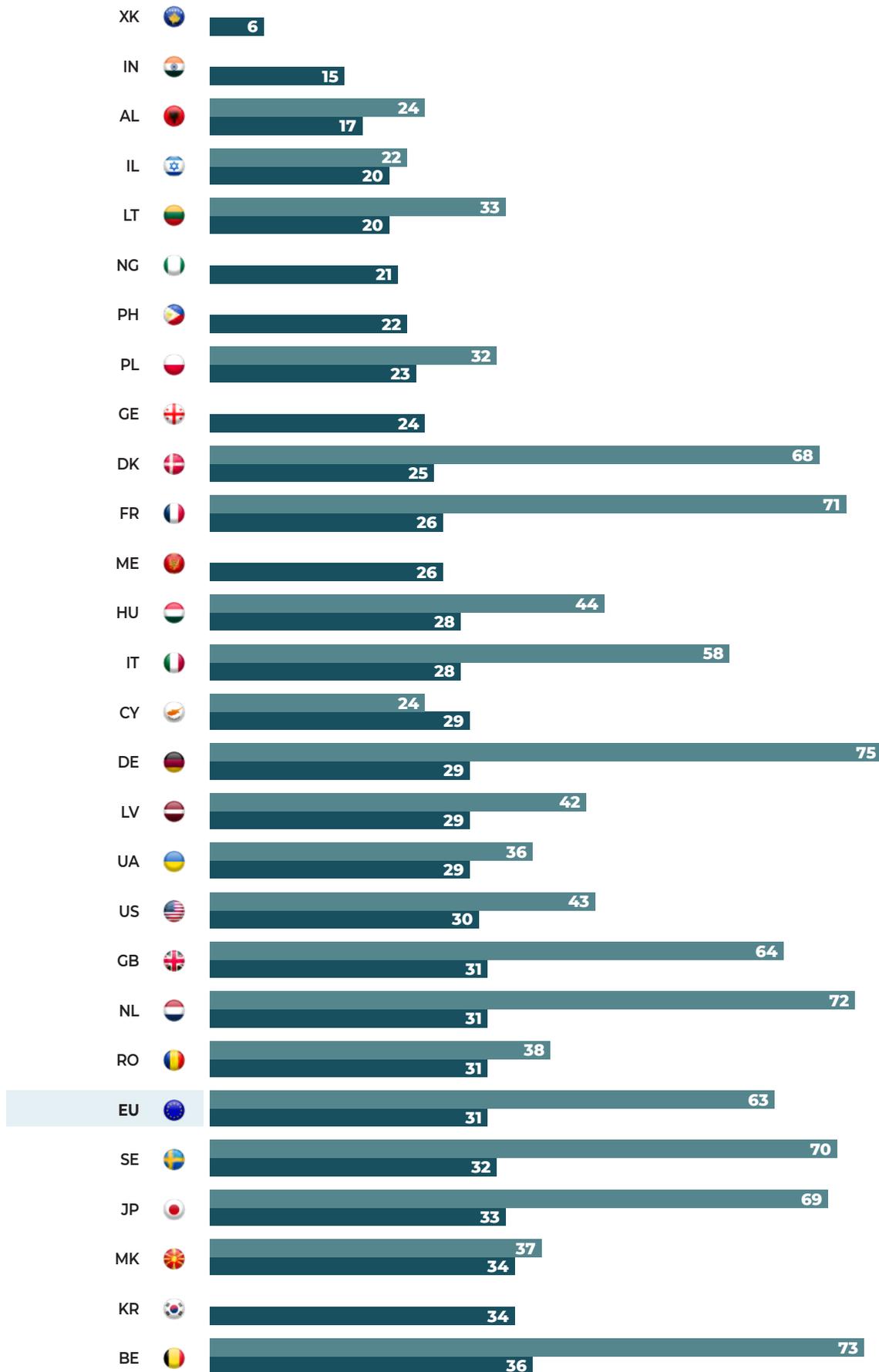
19. Steve Scherer, Dave Graham, *Tensions over cars, protectionism loom at North American leaders summit*, *reuters.com*, 18 de novembro 2021 (www.reuters.com/technology/biden-face-push-back-ev-rules-first-three-amigos-summit-5-years-2021-11-17/).

Em 2021, o poder americano preocupa menos do que em 2018 (em %)

Pergunta: “Para [os Estados Unidos], digam se a sua atitude na cena internacional o(a) preocupa, o(a) tranquiliza ou nem uma coisa nem outra”

Resposta: “preocupa-me”

Base: conjunto da amostra



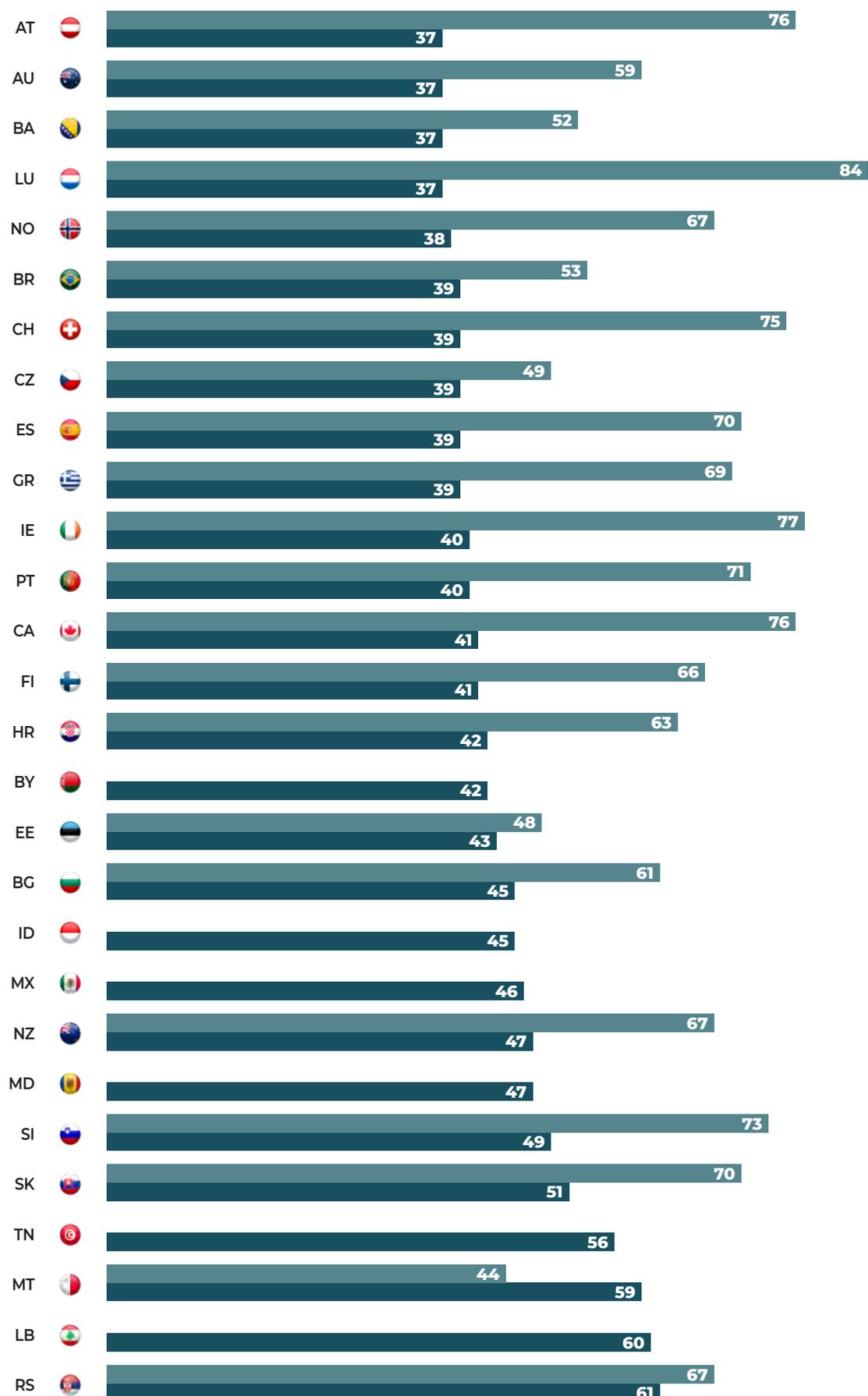
■ 2018 ■ 2021

Em 2021, o poder americano preocupa menos do que em 2018 (em %) - segue

Pergunta: “Para [os Estados Unidos], digam se a sua atitude na cena internacional o(a) preocupa, o(a) tranquiliza ou nem uma coisa nem outra”

Resposta: “preocupa-me”

Base: conjunto da amostra



■ 2018 ■ 2021

A adesão à OTAN não é suficiente para tranquilizar os Estados Unidos

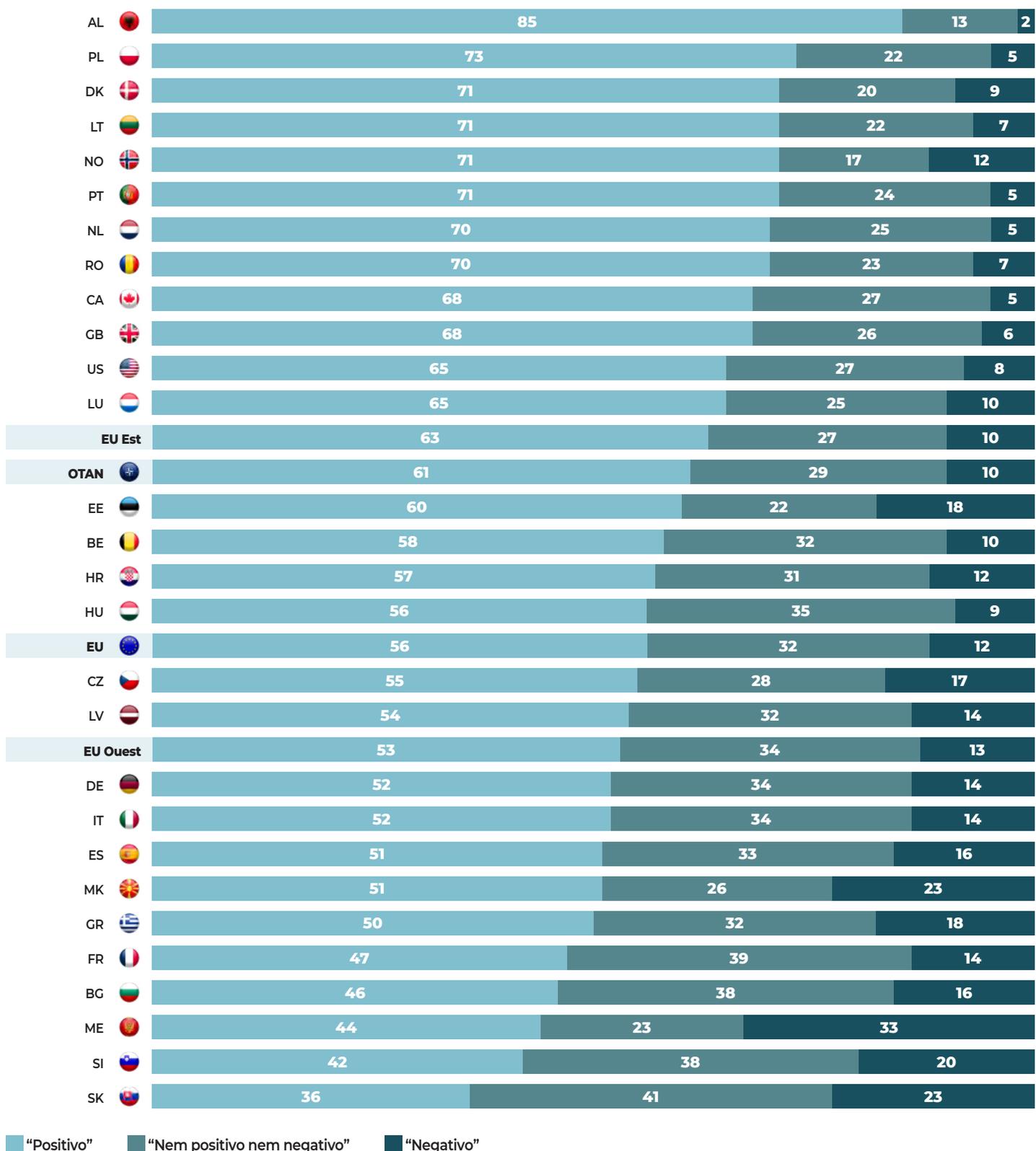
Dois terços dos americanos (65%) veem o seu pertencimento à OTAN como algo “positivo”. Já nos outros países que são membros desta aliança, com a exclusão da opinião americana, apenas um terço dos entrevistados (32%) consideram a atitude dos Estados Unidos “tranquilizadora”. Esse percentual é equivalente

à proporção que considera a mesma atitude “preocupante” (32%), enquanto 36% a consideram “nem tranquilizadora nem preocupante”. Na Europa Oriental, o apego à aliança é mais forte (63%) do que na Europa Ocidental (53%). O apoio à OTAN é ainda maior nos países dos Balcãs Ocidentais (67%) que são membros da organização internacional: Albânia, Macedônia do Norte e Montenegro.

Na União Europeia, os países do Leste apoiam a adesão à OTAN mais do que os países ocidentais (em %)

Pergunta: “A OTAN é uma aliança militar composta por países europeus, a Turquia, os Estados Unidos e o Canadá. Acha que o fato do seu país pertencer à OTAN é:”

Base: Países membros da OTAN



■ “Positivo” ■ “Nem positivo nem negativo” ■ “Negativo”

Medo das potências autoritárias e julgamento sobre a adesão à OTAN (em %)

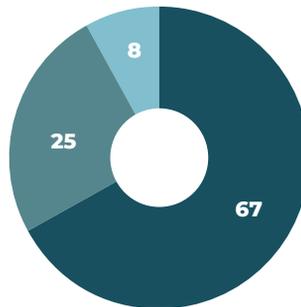
Perguntas: “Para [China, Rússia, Turquia] diga se sua atitude na cena internacional o(a) preocupa, o(a) tranquiliza ou nem uma coisa nem outra”; “a OTAN é uma aliança militar composta por países europeus, Turquia, Estados Unidos e Canadá. Acha que o fato do seu país pertencer à OTAN é: positivo, negativo, nem positivo nem negativo?”

Base: países membros da OTAN

A China “preocupa-me”



A Rússia “preocupa-me”



A Turquia “preocupa-me”



- A adesão do seu país à OTAN é “positiva”
- A adesão do seu país à OTAN não é “nem positiva nem negativa”
- A adesão do seu país à OTAN é “negativa”

Esquema de leitura: dos que dizem estar preocupados com a atitude da China na cena internacional, dois terços (66%) pensam que a adesão de seu país à OTAN é “positiva”.

© Fondation pour l’innovation politique - Janeiro 2022

Os Estados Unidos, berço da democracia no mundo, estão enfraquecidos

Depois da presidência de Donald Trump e seguindo a chegada de Joe Biden à Casa Branca, dois terços dos americanos (67%) consideram que sua democracia está funcionando bem. Este número relativamente alto parece ser um sinal de recuperação, depois que a legitimidade da eleição de Biden foi fortemente desafiada por alguns dos apoiadores do presidente derrotado, ao ponto de invadirem o Capitólio em 6 de janeiro de 2021. A participação recorde nas eleições de 3 de novembro de 2020, com mais de 158 milhões de eleitores¹ (um pouco mais de 136 milhões em 2016)², pode também ser vista como a marca de uma democracia que vai bem de saúde. Mas os resultados de nossa pesquisa mostram a persistência de importantes divisões dentro da sociedade, que se destacam entre os países estudados.

Nos Estados Unidos, as mulheres, os residentes de pequenas cidades, os mais pobres e as classes médias são os mais críticos com a sua democracia (em %)

Pergunta: “No seu país, você diria que a democracia funciona...”

Base: Estados Unidos

		No meu país, a democracia funciona “bastante mal” e “muito mal”
Sexo	Mulheres	41
	Homens	24
Categoria de aglomeração	Cidades com menos de 15.000 habitantes	40
	Cidades com mais de 500.000 habitantes	25
Categorias socioprofissionais	Categorias modestas	41
	Categorias intermediárias	48
	Categorias superiores	19
Opinião sobre a maneira com que o agregado familiar passa até o final do mês	Com bastante dificuldade	51
	Com bastante facilidade	23

© Fondation pour l’innovation politique - Janeiro 2022

1. Federal Election Commission, *Official 2020 Presidential General Election Results*, 11 de março de 2020, p. 8 (www.fec.gov/resources/cms-content/documents/2020presgeresults.pdf).

2. Federal Election Commission, Washington, *Federal Elections 2016. Election results for the U.S. President, the U.S. Senate and the U.S. House of Representatives*, dezembro de 2017, p. 10 (www.fec.gov/resources/cms-content/documents/federalelections2016.pdf).

5. A apreensão com o retorno da guerra

Diante das atuais tensões geopolíticas, incluindo a rivalidade sino-americana, uma parte significativa dos entrevistados da pesquisa teme o retorno da guerra²⁰. Assim, a possibilidade de “uma nova guerra mundial irromper nos próximos anos” é considerada “provável” por metade dos entrevistados (50%). As populações que mais acreditam num novo conflito global são a indonésia (66%), a mexicana (60%), a americana (59%), a libanesa (58%), a australiana (57%), a ucraniana (55%), a cipriota e a croata (54%).

Apesar dos conflitos do mundo, o irenismo dos europeus (UE) é confirmado: apenas 38% dos europeus entrevistados acreditam que uma nova guerra mundial é provável nos próximos anos.

Embora expostos geograficamente a um poder com histórico beligerante, alguns países parecem estar ainda menos preocupados. É o caso da Estônia e da Finlândia, da Alemanha e da Holanda. Por outro lado, o medo de uma guerra mundial faz sentido a metade dos gregos e húngaros, bem como a maioria dos romenos e eslovenos. O irenismo dos europeus também é encontrado, mais amplamente, entre os ocidentais. Assim, nos países membros da OTAN, metade dos entrevistados (46%) consideram provável uma nova guerra mundial nos próximos anos se incluirmos no cálculo desta média a opinião americana (59%). Mas o número cai para 38% se excluirmos os Estados Unidos.

La guerre au XXI^e siècle

“O ataque terrorista aos Estados Unidos por Osama Bin Laden¹ o ataque com gás no metrô de Tóquio por seguidores da seita Aum e o caos criado por Morris Jr. e seus iguais na Internet, onde o grau de destruição é em nada inferior à de uma guerra, representam uma meia-guerra, uma quase-guerra, uma sub-guerra, em suma, a forma embrionária de um novo tipo de guerra. Seja qual for o nome dado a estas novas formas de confrontação, elas não podem tornar-nos mais otimistas do que no passado, porque não temos razões de ser otimistas. Isto deve-se ao fato de a diminuição das funções da guerra no sentido estrito não significar em absoluto que a guerra já não exista, porque não será completamente abolida, nem mesmo na chamada era pós-moderna, pós-industrial. Ela apenas reaparecerá de outro modo na sociedade humana de uma forma mais complexa, mais extensa, mais oculta e mais sutil. Como Lord Byron disse no poema onde chora a morte de Shelley: “nada aconteceu, uma vez a água do mar mudou e é isso.” A guerra, que sofreu a transformação da tecnologia moderna e do sistema de mercado, será feita de formas ainda mais atípicas. Isto é, enquanto assistimos a uma diminuição relativa da violência militar, ao mesmo tempo assistimos a um aumento da violência política, econômica e técnica. Além disso, independentemente da forma que a violência assuma, a guerra é guerra, e mesmo que a sua aparência tenha mudado, ela sempre obedecerá aos mesmos princípios.”

Qiao Liang e Wang Xiangsui, écrit le 17 janvier 1999, in *La Guerre hors limites* [2006], traduit du chinois par Hervé Denès, Rivages poche, 2021, p. 30-31.

1. Ainda não se tratava dos ataques de 11 de setembro de 2001.

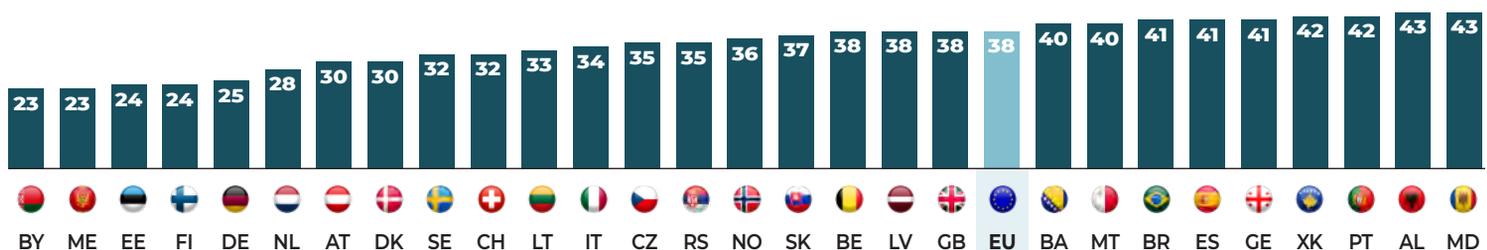
As sociedades democráticas se iludem a si mesmas?

A perspectiva de uma nova guerra mundial (em %)

Pergunta: “Você acha que é muito provável, bastante provável, bastante improvável ou muito improvável que uma nova guerra mundial rebente nos próximos anos?”

Respostas: “muito provável” e “bastante provável”

Base: conjunto da amostra



© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

20. Ver Thibault Muzergues, *Europe champ de Bataille. De la guerre impossible à une paix improbable*, Le Bord de l'eau, 2021.

Aqueles que pensam que uma nova Guerra Mundial é provável (em %)

Pergunta: “Você acha que é muito provável, bastante provável, bastante improvável ou muito improvável que uma nova guerra mundial rebente nos próximos anos?”

Base: conjunto da amostra

		“Muito provável” e “bastante provável” que uma nova guerra mundial rebente	“Bastante improvável” e “muito improvável” que uma nova guerra mundial rebente
	Global	50	50
Sexo	Homens	47	53
	Mulheres	52	48
Idade	18-34 anos	59	41
	35-59 anos	48	52
	60 anos ou mais	37	63
Categorias socioprofissionais	Executivo	57	43
	Profissões intelectuais ou científicas	48	52
	Profissões intermédias assalariadas	50	50
	Pequenos empresários	49	51
	Trabalhadores especializados	49	51
	Operários especializados	54	46
	Pessoal dos serviços e trabalhadores comerciais, trabalhadores pouco especializados e trabalhadores manuais	54	46
	Aposentados	37	63
	Desempregados	53	47
Autoposicionamento na escala esquerda-direita	Esquerda	43	57
	Centro	49	51
	Direita	53	47
Opinião sobre a globalização	A globalização é uma oportunidade	46	54
	A globalização é uma ameaça	57	43
“Dans mon pays, dans les années qui viennent...”	“Os cidadãos deixarão de ser capazes de resolver as suas discordâncias pacificamente e recorrerão mais frequentemente à violência”	63	37
	“Os cidadãos vão conseguir resolver pacificamente as suas divergências sem recorrer à violência”	39	61
“Sobre [a guerra], por favor, indique se você está muito preocupado, bastante preocupado, pouco preocupado, de todo preocupado”	“muito preocupado” e “bastante preocupado”	56	44
	“Não estou preocupado” e “não estou nada preocupado”	29	71

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

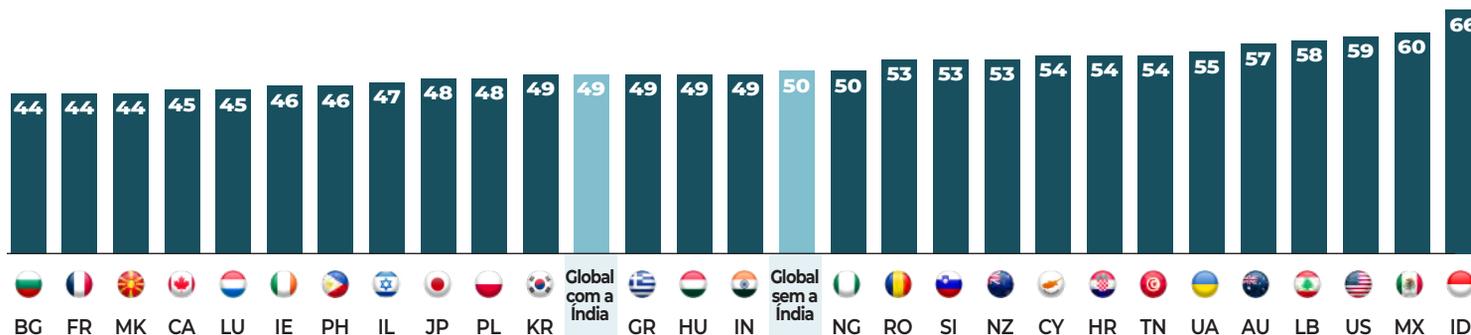
As sociedades democráticas se iludem a si mesmas?

A perspectiva de uma nova guerra mundial (em %) - segue

Pergunta: “Você acha que é muito provável, bastante provável, bastante improvável ou muito improvável que uma nova guerra mundial rebente nos próximos anos?”

Respostas: “muito provável” e “bastante provável”

Base: conjunto da amostra



© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

DO QUE AS DEMOCRACIAS TÊM MEDO

A liberdade de opinião vêm sendo desafiada em sociedades cada vez mais democráticas e multiculturais. A incompreensão mútua, a desconfiança, até a hostilidade, corroem o vínculo social. As rivalidades interculturais transformam-se em conflitos de valor quando as divergências dizem respeito a liberdades fundamentais, como a de opinião e a de imprensa. Exemplos disto vão desde as tragédias causadas pelas reações violentas à publicação de Versos Satânicos de Salman Rushdie, em 1988, às charges dinamarquesas, em 2008, ou o drama do atentado contra Charlie Hebdo, em 2015. Este terrorismo assume a forma de uma guerra interna contra os valores da sociedade liberal, por exemplo como nos atentados de 13 de novembro de 2015 na França, na região do teatro Bataclan, ou o de Nice, em 14 de julho de 2016. Nunca depois da década de 1930 o conflito de identidades e religiões, o populismo, o autoritarismo, o racismo e o antissemitismo prejudicaram tanto as sociedades democráticas como agora fazem.

Sem a liberdade de debater e publicar, nada resta do modelo democrático. Ela condiciona a possibilidade, a legitimidade, mas também a eficácia da democracia, porque é a liberdade que permite à inteligência humana alcançar sua força total. Mas o nosso século é também o do surgimento de um novo espaço público, transnacional e digital. Desta vez, a causa da perturbação não é externa às democracias, nem estrangeira, nem mesmo hostil aos valores liberais. Trata-se de inovações tecnológicas notáveis, desenvolvidas por empresas e cujo desempenho resulta do uso das liberdades. No entanto, se elas fazem progressos extraordinários na inclusão do maior número de pessoas no espaço de mídia pública, as plataformas digitais, as Big Tech, adquirem um poder preocupante. O que acontece às democracias se as leis derivadas de assembleias eleitas são impotentes para regular as liberdades? O que acontece às democracias se o poder de garantir essas liberdades é transferido - de forma sorrateira - dos parlamentos para as mãos de empresas que gozam de uma posição de monopólio?

1. A diversidade cultural é vista como uma fonte de incerteza	35
Criminalidade e terrorismo lideram os medos em relação a segurança	35
Os conflitos interculturais	35
O islamismo e a ameaça terrorista	35
2. Ainda seremos capazes de “resolver pacificamente as divergências”?	38
Sociedades democráticas minadas pelo medo	38
... e desconfiança de não mais “poder resolver pacificamente as divergências”	38
Metade dos entrevistados (47%) quer ter o direito de possuir uma arma de fogo para se defender	39
3. A preocupação com o risco de rebaixamento econômico	41
4. As manipulações de informação e as interferências estrangeiras	43

1. A diversidade cultural é vista como uma fonte de incerteza

O otimismo e o pessimismo estão numa relação de forças equilibrada. À pergunta: “Relativamente ao seu país, como acha que o mesmo será no futuro?“, mais de um terço dos respondentes (35%) acreditam que o seu país estará “menos bem do que atualmente”. São 36% respondendo que o país será “melhor do que atualmente” e 29% que irá “tão bem como atualmente”. Os franceses estão entre os menos otimistas: apenas 9% dizem que seu país será melhor no futuro, assim como os libaneses (10%), belgas (10%), finlandeses (12%) e japoneses (12%).

Criminalidade e terrorismo lideram os medos em relação a segurança

Entre as principais preocupações abordadas¹, a inquietação com as questões de segurança é amplamente partilhada. A maioria dos entrevistados diz temer a delinquência (89%), e com mais ênfase na Indonésia (96%), Albânia, Líbano e México (97%), Nigéria e Tunísia (98%).

Do mesmo modo, o medo do terrorismo é, em todo mundo, muito elevado (83%). Marcadores ainda maiores são registrados entre os moldavos e ucranianos (87%), búlgaros, franceses e israelenses (89%), indianos, libaneses e tunisianos (92%), indonésios (93%), filipinos (95%), georgianos e nigerianos (96%).

Os conflitos interculturais

O medo da imigração (63%) diz respeito a segmentos importantes da população entrevistada. A imigração é, sem dúvida, uma das figuras da globalização. É também nesta qualidade que ela orienta certas respostas. Assim, entre aqueles que consideram a globalização uma ameaça, a preocupação com a imigração é mais forte, atingindo 73%. O nível de preocupação com a imigração é menor entre aqueles que, pelo contrário, encaram a globalização como

uma oportunidade, mas mesmo assim continua a ser a maioria (58%). Da mesma forma, enquanto a preocupação com a imigração é mais prevalente em cidades com menos de 15.000 habitantes (67%), ela permanece elevada em cidades com mais de 500.000 habitantes (60%), que estão mais intimamente relacionadas com a globalização.

O islamismo e a ameaça terrorista

O islamismo é outra das preocupações difundidas (59%). O islamismo está associado a uma ameaça aos valores fundamentais das sociedades democráticas: liberdade de imprensa, liberdade de consciência, igualdade entre homens e mulheres, liberdade de orientação sexual, tolerância... O islamismo também é associado à ameaça terrorista. Pelo menos 48.035 ataques islâmicos ocorreram nos últimos quarenta anos, matando no mínimo 210.138 pessoas². Entre 1979 e 2000, 2.194 ataques e 6.817 mortes foram registradas (4,6% dos ataques islâmicos no período 1979-2021). Depois do 11 de Setembro, data que marca uma virada do terrorismo, contam-se 8.265 ataques e 38.186 mortes entre 2001 e 2012 (17,2% dos ataques islâmicos no período 1979-2021). Entre 2013 e 2021, com o advento do Estado Islâmico e do Boko Haram, contam-se 37.576 ataques e 165.135 mortes (78,2% dos ataques islâmicos no período 1979-2021).

Este aumento do poder do terrorismo islâmico contribui certamente para suscitar o medo do islamismo nas democracias. Este medo é mais elevado em Israel (86%), Chipre e França (84%), mas também é alto na Bulgária e na República Tcheca (82%), na Bélgica (78%), na Alemanha, na Áustria e na Eslováquia (76%). Nos países de maioria muçulmana, o medo do islamismo domina a opinião na Nigéria (69%), Tunísia (63%), Indonésia (60%) e Bósnia e Herzegovina (55%). A exceção é o Líbano (37%).

As democracias confrontadas à violência do terrorismo islâmico

“A violência terrorista atinge principalmente civis. As mortes por terrorismo instalam na mente das pessoas um sentimento insuportável de vulnerabilidade permanente. As populações do mundo democrático estão mais traumatizadas pela violência terrorista porque herdaram uma cultura irênica, consequência lógica do declínio da violência entre Estados. Mas as democracias também estão mais perturbadas porque representam uma ordem política branda, baseada na liberdade e nos Direitos Humanos. As democracias sentem-se invariavelmente desarmadas. O desejo de repressão, de controle, de vigilância, de expulsão e de fechamento das fronteiras é expresso abertamente. Uma cultura de insegurança que perpetua inevitáveis medidas antidemocráticas, às vezes destinadas a tranquilizar as pessoas tanto quanto a prevenir a brutalidade, se não mais.. Pela violência dos jihadistas, o Islã e os muçulmanos despertam receios irreprimíveis e crescentes. O medo do outro fratura as sociedades que acabam se opondo a si mesmas: desejo de resistir, xenofobia, conflito de identidade, autoritarismo.”

“Islamisme e populisme: une dialectique implacable”, in Dominique Reynié (dir.), *Les attentats islamistes dans le monde 1979-2021*, Fondation pour l’innovation politique, septembre 2021, p. 25.

1. As alterações climáticas, o desemprego, a crise econômica, os défices públicos e a dívida, o crime, o extremismo político, a guerra, a imigração, as desigualdades sociais, o islamismo, deixar de ser capaz de assegurar o financiamento da proteção social (aposentadoria, saúde...), a perda de poder de compra, o terrorismo.

2. Dominique Reynié (dir.), *Les attentats islamistes dans le monde 1979-2021*, *Islamist Terrorist Attacks in the World 1979-2021*, Fondation pour l’innovation politique, Setembro 2021 (www.fondapol.org/etude/les-attentats-islamistes-dans-le-monde-1979-2021/) e (www.fondapol.org/en/study/islamist-terrorist-attacks-in-the-world-1979-2021/). Para levar a cabo esta pesquisa, utilizamos três tipos de fontes: a coleta de informações sobre ataques terroristas via motores de busca, o cruzamento de bases de dados existentes, em especial a base de dados Global Terrorism Database (GTD) e o projeto *Armed Conflict and Event Data* (ACLED) e, por último, as pesquisas académicas.

Do que as democracias têm medo? (em %)

Pergunta: “Relativamente a cada um dos seguintes assuntos, diga se está muito preocupado, bastante preocupado, pouco preocupado ou de todo preocupado?”

Respostas: “muito preocupado” e “bastante preocupado”

Base: conjunto da amostra

	Aumento do custo de vida	Crise econômica	Desigualdades sociais	Desemprego	Dívida e déficit público	Deixar de poder financiar programas sociais (aposentadoria, saúde...)
AL	95	98	91	96	79	95
AT	87	80	86	76	74	82
AU	87	78	75	75	69	81
BA	92	90	87	93	77	84
BE	90	87	88	80	81	89
BG	94	94	89	89	87	86
BR	89	87	88	88	80	82
BY	89	87	71	76	83	67
CA	88	81	76	68	72	81
CH	79	72	84	70	65	79
CY	93	94	77	91	76	41
CZ	90	87	80	66	86	88
DE	83	72	84	62	70	74
DK	67	62	73	58	62	70
EE	86	81	82	74	63	82
ES	94	96	92	96	90	94
FI	80	75	76	82	74	87
FR	86	88	88	84	78	90
GB	81	80	75	70	66	84
GE	100	99	94	99	87	97
GR	93	95	90	95	90	91
HR	94	94	91	91	86	93
HU	95	91	90	85	85	91
ID	93	96	94	96	86	63
IE	87	82	80	75	74	81
IL	92	84	85	78	79	87
IN	96	94	84	96	88	88
IT	92	94	91	94	90	92
JP	85	88	86	77	85	87
KR	92	89	89	85	83	83
LB	96	97	95	97	94	95
LT	93	92	91	87	86	93
LU	84	77	88	74	73	79
LV	87	87	84	79	72	88
MD	94	92	78	89	85	93
ME	94	90	87	95	84	83
MK	94	93	91	94	81	85
MT	86	68	69	41	46	75
MX	93	95	90	95	84	85
NG	97	97	93	98	90	95
NL	85	73	86	62	60	81
NO	70	52	68	59	50	62
NZ	91	76	81	64	67	82
PH	94	96	88	95	89	94
PL	93	88	86	79	85	84
PT	93	94	94	92	89	90
RO	91	89	86	78	85	89
RS	93	87	91	88	77	90
SE	64	62	71	68	53	79
SI	90	86	89	84	83	89
SK	92	90	89	85	89	94
TN	98	96	96	98	94	94
UA	95	94	91	93	88	95
US	87	83	67	64	78	82
XK	95	93	88	95	73	85
EU	88	85	87	80	80	86
Global com a Índia	92	91	85	88	84	85
Global sem a Índia	90	89	85	84	82	83

Do que as democracias têm medo? (em %) - segue

Pergunta: “Relativamente a cada um dos seguintes assuntos, diga se está muito preocupado, bastante preocupado, pouco preocupado ou de todo preocupado?”

Respostas: “muito preocupado” e “bastante preocupado”

Base: conjunto da amostra

	Mudança climática	Islamismo	Delinquência	Imigração	Terrorismo	Guerra	Extremismo político
AL	82	48	97	78	86	82	80
AT	80	76	80	71	80	68	86
AU	72	62	80	57	73	68	71
BA	81	55	91	76	70	69	80
BE	82	78	89	75	83	66	83
BG	87	82	94	80	89	82	86
BR	78	47	84	43	72	64	83
BY	66	48	67	53	67	69	72
CA	79	47	74	40	69	54	76
CH	79	71	75	60	76	58	80
CY	92	84	95	83	79	82	74
CZ	79	82	86	80	79	69	81
DE	77	76	82	63	81	65	84
DK	76	71	73	69	70	53	70
EE	67	59	70	64	62	58	74
ES	87	62	87	66	71	64	91
FI	72	65	80	62	67	43	74
FR	86	84	92	73	89	66	81
GB	80	56	78	54	73	54	76
GE	87	55	95	80	96	99	79
GR	90	71	93	84	82	78	83
HR	88	69	86	76	79	73	81
HU	90	63	91	55	72	72	87
ID	87	60	96	70	93	90	92
IE	77	50	77	48	64	56	72
IL	76	86	92	63	89	82	88
IN	90	65	92	77	92	89	81
IT	91	65	92	68	80	69	82
JP	87	57	76	67	78	80	75
KR	92	63	87	46	65	70	88
LB	76	37	97	73	92	85	95
LT	85	70	93	80	86	87	82
LU	82	68	82	56	76	66	81
LV	70	60	82	66	72	75	72
MD	87	57	91	78	87	90	72
ME	63	36	93	65	56	40	72
MK	84	67	91	84	80	70	80
MT	87	37	80	85	64	42	62
MX	91	52	97	73	82	77	81
NG	77	69	98	67	96	93	91
NL	81	72	94	71	86	54	88
NO	63	60	70	55	61	42	70
NZ	73	44	82	49	63	52	73
PH	94	62	95	66	95	92	91
PL	85	70	86	68	83	81	86
PT	91	58	88	65	85	75	85
RO	87	63	89	64	79	75	78
RS	85	69	89	77	79	70	84
SE	73	68	87	67	75	47	74
SI	84	71	72	69	72	68	88
SK	86	76	90	80	85	85	89
TN	80	63	98	65	92	73	94
UA	83	55	95	64	87	94	84
US	69	49	85	63	79	69	84
XK	75	40	78	86	61	57	64
EU	84	72	88	68	81	68	83
Global com a Índia	85	62	90	68	86	80	83
Global sem a Índia	81	59	89	63	83	76	85

2. Ainda seremos capazes de “resolver pacificamente as divergências”?

As sociedades democráticas minadas pela desconfiança...

Em média, para dois terços (64%) dos entrevistados, “nunca se pode ter demasiado cuidado ao lidar com os outros”, enquanto 36% acreditam que “pode confiar na maioria das pessoas”. A desconfiança em relação aos outros é mais difundida entre as mulheres (68%) do que entre os homens (61%), mas também é mais forte entre as pessoas com menos de 35 (67%) do que entre as pessoas com 65 anos ou mais (59%), mais forte também nas classes trabalhadoras (71% entre o pessoal de serviços, os empregados comerciais e os trabalhadores pouco especializados) do que nas categorias superiores (53% entre os executivos das empresas).

Apenas os indonésios (63%) e os europeus do norte dizem confiar nos outros (57% dos finlandeses, 56% dos dinamarqueses, 55% dos holandeses e 52% dos noruegueses), com exceção dos suecos (45%).

... e o medo de não sermos mais capazes de resolver pacificamente as divergências”

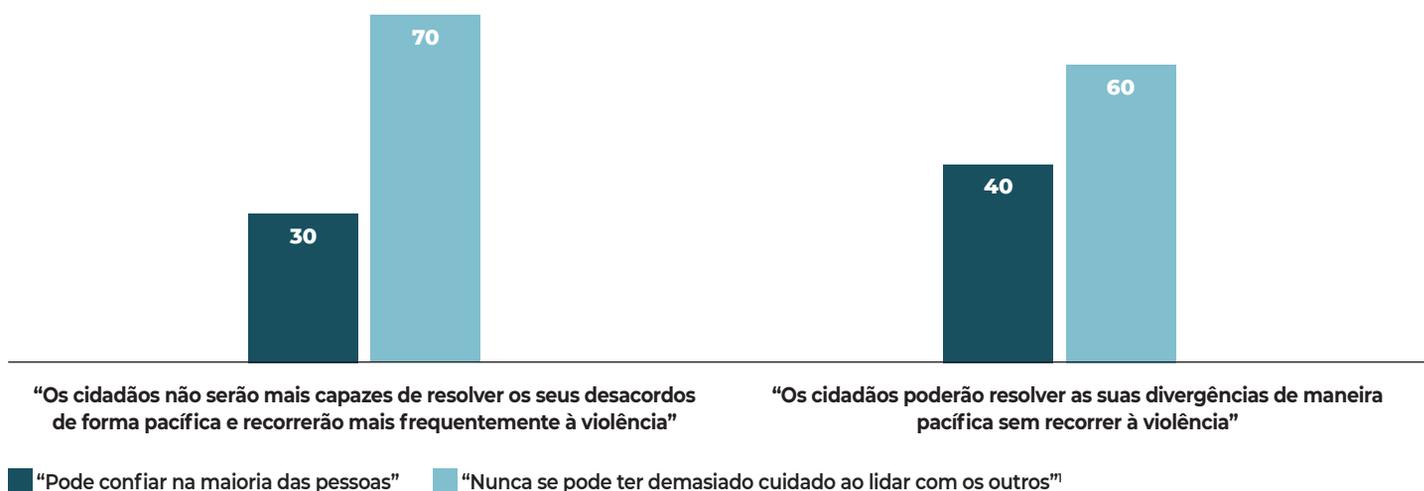
Enquanto uma maioria (56%) dos respondentes acredita que nos próximos anos os cidadãos “conseguirão resolver pacificamente as suas divergências sem recorrer à violência”, uma

minoridade relevante (44%) escolhe o item oposto (“os cidadãos não serão mais capazes de resolver seus desentendimentos pacificamente em seu país e irão mais frequentemente recorrer à violência”). Note-se que os libaneses (76%), os franceses (71%) e os belgas (61%), que estão entre os mais pessimistas sobre o futuro do seu país, são também os mais numerosos a pensar que as suas divergências levarão à violência. Por outro lado, onde a confiança interpessoal é mais prevalente, a ideia de que os cidadãos deixarão de ser capazes de resolver os seus desacordos pacificamente está em minoria: 29% dos noruegueses e dinamarqueses, 33% dos finlandeses e indonésios.

Em 6 de janeiro de 2021, o ataque ao Capitólio por apoiadores de Donald Trump, que interrompeu seriamente o processo de certificação dos resultados das eleições presidenciais americanas, testemunhou a fragilidade da maior democracia do mundo. A ideia de usar a violência para promover as opiniões não está ausente nas sociedades democráticas: uma em cada cinco pessoas (19%) acredita que “o uso da violência para defender as opiniões políticas pode ser justificado”. Na União Europeia, 17% dos respondentes concordam com esta ideia. Dos 55 países pesquisados, as maiores percentagens situam-se no Kosovo (43%), na Hungria (42%), na Índia (33%), no Líbano (31%) e na Moldávia (30%).

A desconfiança interpessoal é mais difundida entre aqueles que acreditam que “os cidadãos não serão mais capazes de resolver as suas divergências pacificamente e recorrerão mais frequentemente à violência” (em %)

Base: conjunto da amostra



Esquema de leitura: 70% dos entrevistados que pensam que “os cidadãos não serão mais capazes de resolver seus desentendimentos pacificamente e mais frequentemente recorrerão à violência” acreditam que “nunca se é demasiado cuidadoso ao lidar com os outros”.

Metade dos entrevistados (47%) quer o direito de possuir uma arma de fogo para autodefesa

Metade dos entrevistados (47%) são a favor do direito de “ter uma arma em casa para autodefesa”. Esta ideia é mais comum entre os homens (52%) do que entre as mulheres (43%). Também é mais comum entre os menores de 35 (52%) do que entre os mais velhos, os de 60 anos ou mais (40%). Claro, as grandes disparidades entre países ou grupos de países, também refletem um estado diferente do direito: por exemplo, enquanto um terço (32%) dos entrevistados na União Europeia querem o direito de possuir uma arma de fogo, a proporção sobe para 84% nos Estados Unidos, onde esse direito é garantido pela segunda Emenda da Constituição.

Apesar da legislação que proíbe a emissão de licenças de porte de arma, o direito de possuir uma arma de fogo é amplamente aprovado na Nigéria (76%). Mas esta opinião não pode ter o mesmo significado num país regulamentado pelo Estado de Direito e num país que luta contra a violência armada endêmica. Sendo um estado frágil, a Nigéria sofre particularmente com a circulação de armas no país, em particular devido à ação insurgente do Boko Haram desde 2009, com armas do Chade e da Líbia. Em 2018, o Centro Regional de paz e desarmamento das Nações Unidas estimou que “mais de 350 milhões de armas de pequeno porte e calibre (pistolas, fuzis de assalto, armas semi-automáticas...)” circulam na Nigéria³.

Na Sérvia, mais de dois terços (68%) dos entrevistados apoiam o direito de ter uma arma em casa para autodefesa. Após a queda da Iugoslávia, a maioria das armas usadas nas guerras da década de 1990, permaneceu em circulação, principalmente na Sérvia, o segundo país com mais armas de fogo per capita, atrás dos Estados Unidos⁴.

Na República Tcheca, o Senado aprovou, em julho de 2021, a inclusão na Constituição do direito de uso de armas para defender a si e aos outros em condições legais, em resposta à demanda da União Europeia pela regulação da aquisição e da posse de armas de fogo⁵. Dois terços (64%) dos tchecos apoiam o direito de possuir uma arma.

Assolado por múltiplas violências internas, o governo mexicano está lutando contra a proliferação de armas de fogo. Este país sofre muito com armas contrabandeadas por cartéis de drogas, especialmente dos Estados Unidos⁶. A maioria dos mexicanos (61%) quer o direito de possuir uma arma de fogo.

Finalmente, a sociedade brasileira está dividida neste ponto: 48% dos brasileiros pesquisados são a favor e 52% se opõem. Durante seu mandato, o presidente Jair Bolsonaro implementou várias medidas para facilitar o porte de armas de fogo, de acordo com sua promessa eleitoral. Em 2020, o país experimentou um aumento de 70% no número de armas em circulação⁷.

As novas gerações parecem estar se preparando para um mundo mais violento (em %)

Base: conjunto da amostra

	18-34 anos	35-59 anos	60 anos ou mais
Pergunta: “No seu país, acha que o uso da violência para defender as suas opiniões políticas pode ser justificado?” Respostas: “Sim, sem dúvidas” e “sim, bastante”	27	18	9
Pergunta: “Você apoia ou se opõe ao direito a ter uma arma de fogo em sua casa para autodefesa?” Respostas: “totalmente a favor” e “a favor”	52	46	40
Pergunta: “Acha que é muito provável, bastante provável, bastante improvável ou muito improvável que outra guerra mundial rebente nos próximos anos?” Respostas: “muito provável” e “bastante provável”	59	48	37
Pergunta: “Sobre a guerra, por favor, diga se está muito preocupado, bastante preocupado, pouco preocupado ou de todo preocupado?” Respostas: “muito preocupado” e “bastante preocupado”	80	75	70

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

3. *Banned weapons stoke deadly violence in Nigeria*, france24.com, 9 junho de 2018 (www.france24.com/en/20180609-banned-weapons-stoke-deadly-violence-nigeria).

4. Nemanja Rujevic, Serbia: *The land of guns*, Deutsche Welle, 29 dezembro de 2016 (www.dw.com/en/serbia-the-land-of-guns/a-36946878).

5. Ondřej Plevák, *Firearm ownership rights embedded into Czech constitution*, euractiv.com, 23 de julho de 2021 (www.euractiv.com/section/politics/short_news/firearm-ownership-rights-embedded-into-czech-constitution/).

6. U.S Government Accountability Office, *Firearms Trafficking. U.S. Efforts to Combat Firearms Trafficking to Mexico Have Improved, but Some Collaboration Challenges Remain*, janeiro de 2016 (www.gao.gov/assets/gao-16-223.pdf).

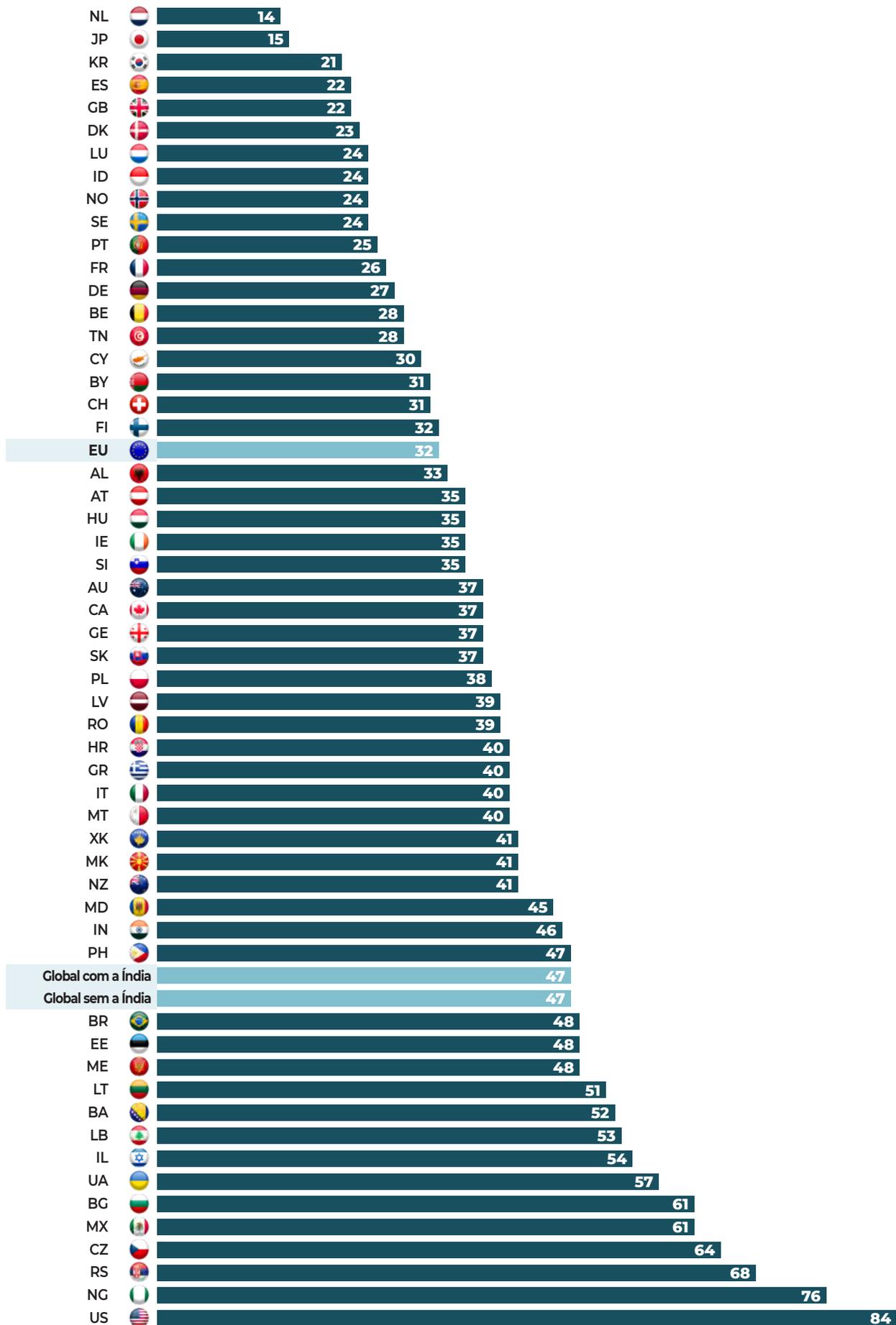
7. Katy Watson, *Jair Bolsonaro and guns: A US culture war raging in Brazil*, bbc.com, 15 de novembro de 2021 (www.bbc.com/news/world-latin-america-59246083).

É necessário ter o direito de ter uma arma em casa para se defender? (em %)

Pergunta: “É a favor ou contra o direito a ter uma arma de fogo em sua casa para autodefesa?”

Respostas: “totalmente a favor” e “a favor”

Base: conjunto da amostra



3. Preocupação com o risco de rebaixamento econômico

As sociedades democráticas temem mais os sofrimentos privados e imediatos do que uma terceira guerra mundial. Talvez esta seja uma das consequências da pandemia Covid-19, que parece ser capaz de ameaçar os progressos realizados em termos de desenvolvimento e que pode ter revelado uma fragilidade insuspeita dos sistemas de saúde. Além disso, pela primeira vez desde o final dos anos 90, a pobreza no

mundo começou a subir novamente. Inevitavelmente, essas perspectivas preocupam a opinião pública. No topo das preocupações, aparece o aumento do custo de vida (90%) seguido pela crise econômica (89%) e pela delinquência (89%). Em níveis semelhantes, os entrevistados receiam a desigualdade social (85%) e o desemprego (84%).

Economia: os países mais preocupados... (em %)

Pergunta: “Relativamente a cada um dos seguintes assuntos, diga se está “muito preocupado”, bastante preocupado, pouco preocupado ou de todo preocupado?”

Respostas: “muito preocupado” e “bastante preocupado”

Base: Geórgia, Índia, Líbano, Nigéria, Tunísia

	GE 	IN 	LB 	NG 	TN 
Aumento do custo de vida	100	96	96	97	98
A crise econômica	99	94	97	97	96
O desemprego	99	96	97	98	98
Os défices públicos e a dívida	87	88	94	90	94

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

... os países menos preocupados (em %)

Base: Dinamarca, Malta, Noruega, Suécia, Suíça

	CH 	DK 	MT 	NO 	SE 
Aumento do custo de vida	79	67	86	70	64
A crise econômica	72	62	68	52	62
O desemprego	70	58	41	59	68
Os défices públicos e a dívida	65	62	46	50	53

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

Pandemias e convulsões históricas

“Além de seu potencial como um agente seletivo atuando sobre fatores biológicos intrínsecos, a Peste Negra também pode ter moldado os padrões populacionais, alterando fortemente fatores exógenos que afetaram a saúde e a demografia. Documentos históricos do período após a Peste Negra indicam que o nível de vida melhorou após a epidemia, pelo menos em algumas partes da Europa, como a Inglaterra. Estas mudanças no nível de vida são, em grande parte, o resultado do despovoamento maciço causado pela Peste Negra, que inverteu as condições pré-epidêmicas de uma população que era excedentária em recursos. Após a Peste Negra, houve uma grave escassez de mão-de-obra, que pôs fim ao sistema medieval de servidão. Como resultado, os salários aumentaram drasticamente, enquanto os preços dos alimentos, bens e habitação caíram. Estas mudanças realizaram uma grande redistribuição da riqueza. Os salários reais atingiram níveis que não foram ultrapassados antes do século XIXo que permitiu melhorar a habitação e a nutrição das pessoas de todos os níveis sociais. Na Inglaterra, por exemplo, os preços dos cereais caíram acentuadamente após 1375 e permaneceram geralmente baixos durante quase um século e meio. Embora tenha levado vários anos para que os salários reais subissem na Inglaterra como resultado da Peste Negra, no final do século XIV, eles tinham subido acentuadamente para alcançar o seu pico no período medieval. No final do século XV, os salários reais eram pelo menos três vezes mais elevados do que eram no início do século XIV.”

Sharon N. DeWitte, “Mortality Risk and Survival in the Aftermath of the Medieval Black Death”, *PLOS One*, vol. 9, nº 5, mai 2014, p. 2

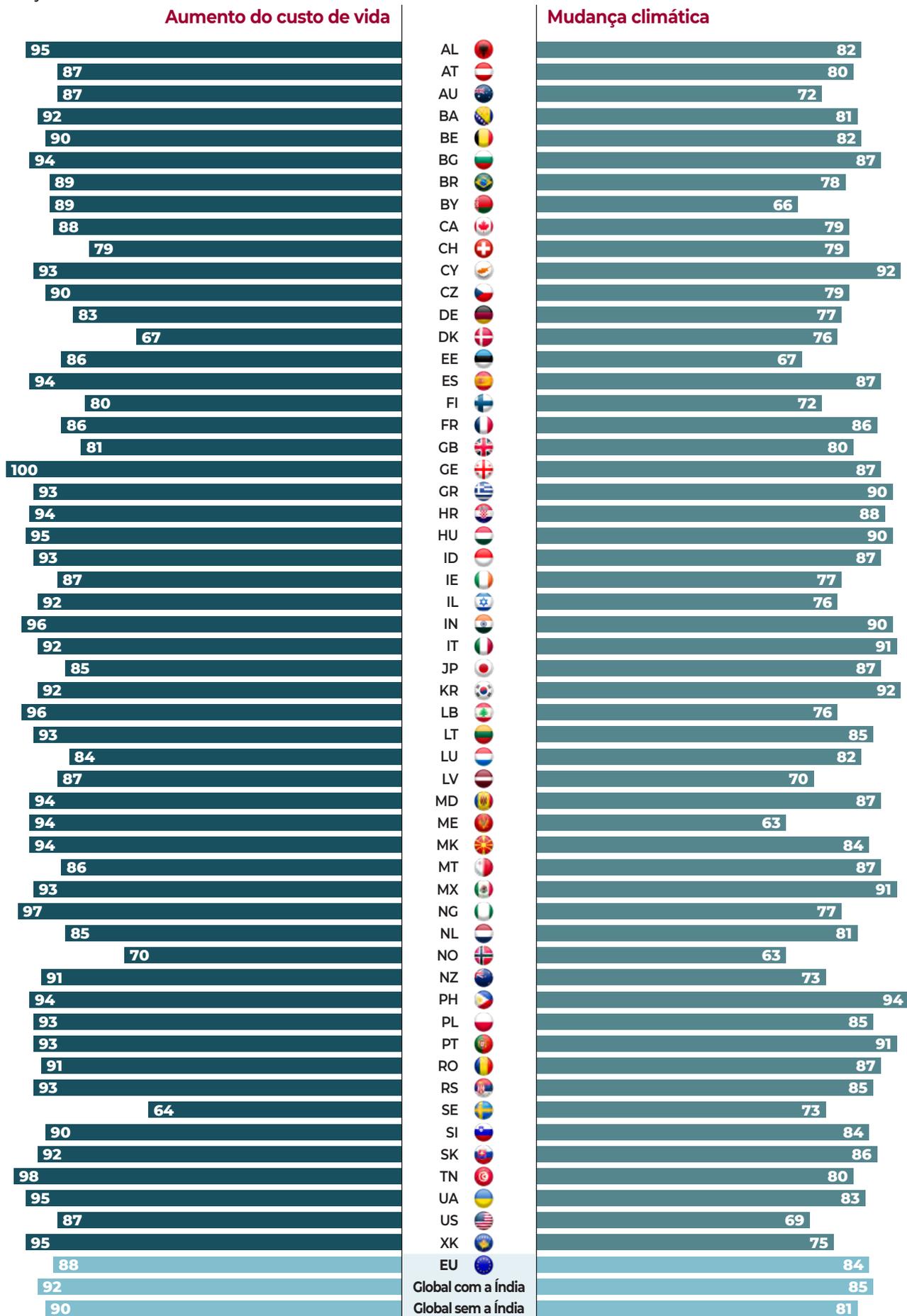
Traduction par la Fondation pour l'innovation politique.

Em geral, o aumento do custo de vida é mais preocupante do que as alterações climáticas (em %)

Pergunta: “Relativamente a cada um dos seguintes assuntos, diga se está muito preocupado, bastante preocupado, pouco preocupado ou de todo preocupado?”²

Respostas: “muito preocupado” e “bastante preocupado”

Base: conjunto da amostra



4. As manipulações de informação e as interferências estrangeiras

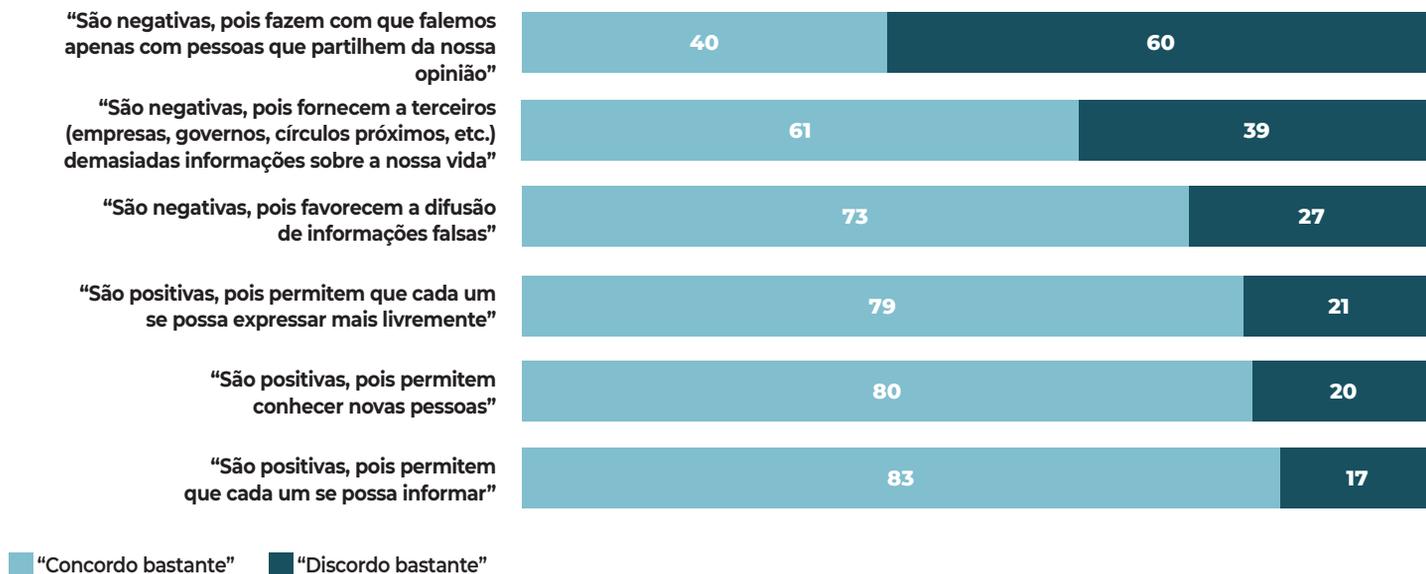
A ingenuidade das sociedades democráticas pode ser posta em perspectiva se observarmos que a maioria dos entrevistados (88%) concorda em denunciar a perturbação das campanhas eleitorais por potências estrangeiras utilizando a Internet e as redes sociais. Nos últimos anos, houve uma multiplicação de casos assim. Além da Rússia, da Turquia e do Irã, a China também trabalha para influenciar as eleições. As Filipinas foram alvo de uma campanha de desinformação e de influência levada a cabo por Pequim no Facebook em apoio à candidatura presidencial de Rodrigo Duterte em 2016. A China continuou a manipular a política filipina até o momento em que, em setembro de 2020, o Facebook removeu as redes que conduziam esta campanha de desinformação⁸. De todas as populações pesquisadas em nosso trabalho, os filipinos são os que estão mais preocupados com a interferência de potências estrangeiras em campanhas eleitorais (96%).

A emergência de um espaço público transnacional e digital é simultaneamente um recurso e um desafio para o mundo democrático. A nossa pesquisa mostra que o declínio do espaço midiático tradicional (imprensa, televisão e rádio) tem a sua origem numa expectativa frustrada de serviços e capacidades de informação e comunicação: acessibilidade, socialidade, amplitude da oferta, permanência da informação, preços, etc. Esta é a razão para o sucesso das redes sociais. Elas foram capazes de responder e satisfazer essa expectativa. É por isso que estão sujeitas a uma avaliação ambivalente da opinião pública. Elas tornam possível a interferência estrangeira nas campanhas eleitorais, mas também permitem uma forma de emancipação pública. Assim, por um lado, as redes sociais são percebidas desfavoravelmente por uma grande maioria que avalia que elas “são negativas, pois favorecem a difusão de informações falsas” (73%); por outro lado, há a percepção de que elas “são positivas, pois permitem que cada um se possa informar” (83%).

A ambivalência da opinião pública face às redes sociais (em %)

Pergunta: “Relativamente à Internet e às redes sociais, de um modo geral, o que acha das seguintes opiniões? A Internet e as redes sociais...”

Base: conjunto da amostra



Esquema de leitura: para a questão “sobre a Internet e as redes sociais, em geral, o que você acha das seguintes opiniões: a Internet e as redes sociais ...”, 61% dos respondentes “concordam bastante” com a ideia de que “são uma coisa negativa porque dão aos outros (empresas, governos, comitiva) demasiada informação sobre a nossa vida privada”.

© Fondation pour l’innovation politique - Janeiro 2022

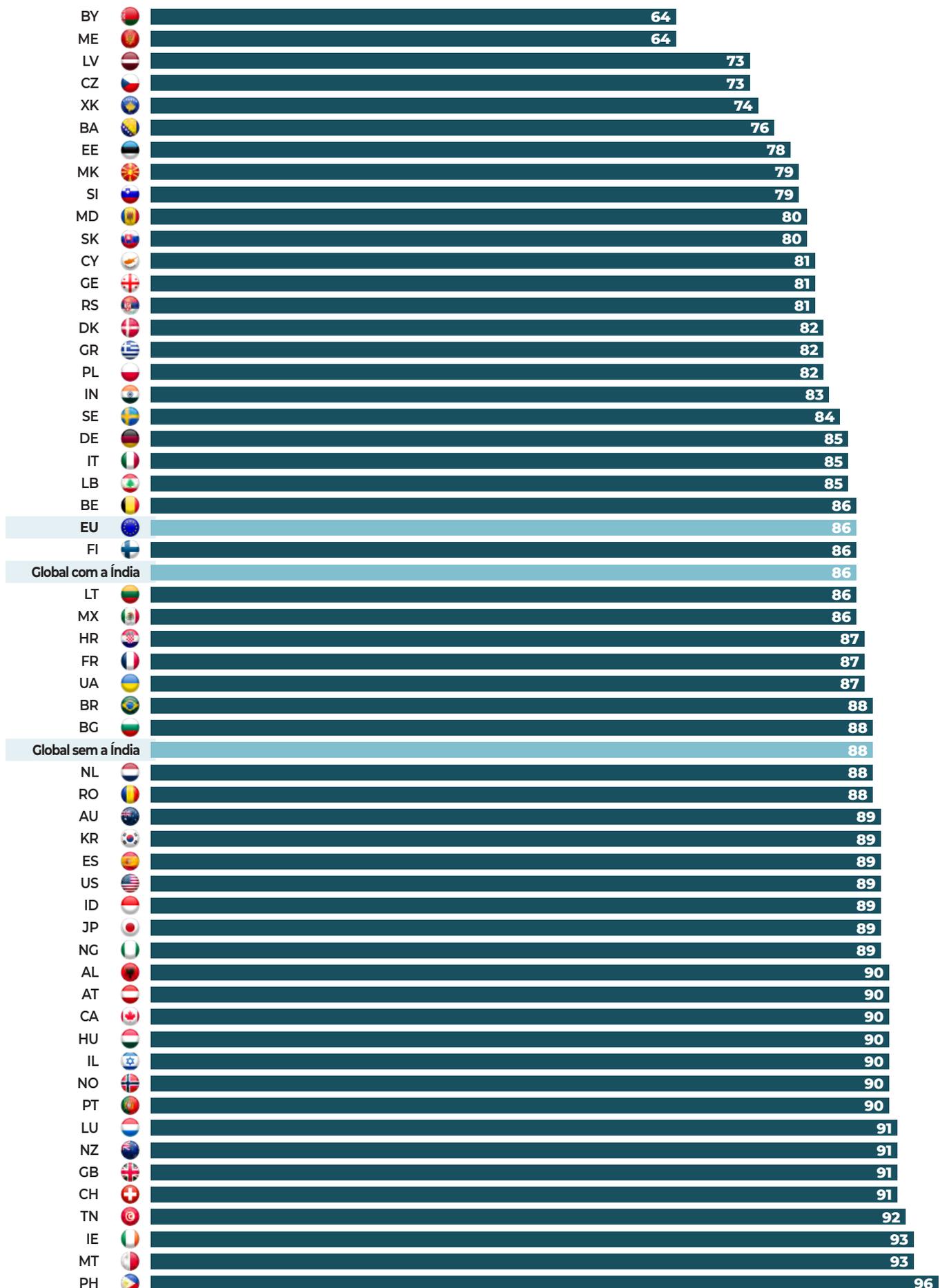
8. Gregory Winger, *China’s Disinformation Campaign in the Philippines*, thediplomat.com, 6 de outubro de 2020 (<https://thediplomat.com/2020/10/chinas-disinformation-campaign-in-the-philippines>).

O medo da interferência de potências estrangeiras nas campanhas eleitorais é enorme (em %)

Pergunta: “Nos últimos anos, determinadas potências estrangeiras foram acusadas de perturbar as campanhas eleitorais e eleições em determinados países através da Internet e das redes sociais, incluindo através da divulgação de notícias falsas. Na sua opinião, estas intervenções constituem uma ameaça à democracia?”

Respostas: “muito importante” e “bastante importante”

Base: conjunto da amostra



Em geral, três quartos dos respondentes (73%) acreditam que a Big Tech, ou GAFAM, tem muito poder quando se trata de informação e debate público, e que seus governos devem controlá-las mais. Embora a União Europeia não tenha um gigante da web, a maioria dos seus cidadãos (79%) também partilham esta opinião. Isso é mais evidente especialmente entre holandeses, luxemburgueses, belgas, irlandeses, espanhóis, finlandeses, alemães, austríacos ou mesmo franceses.

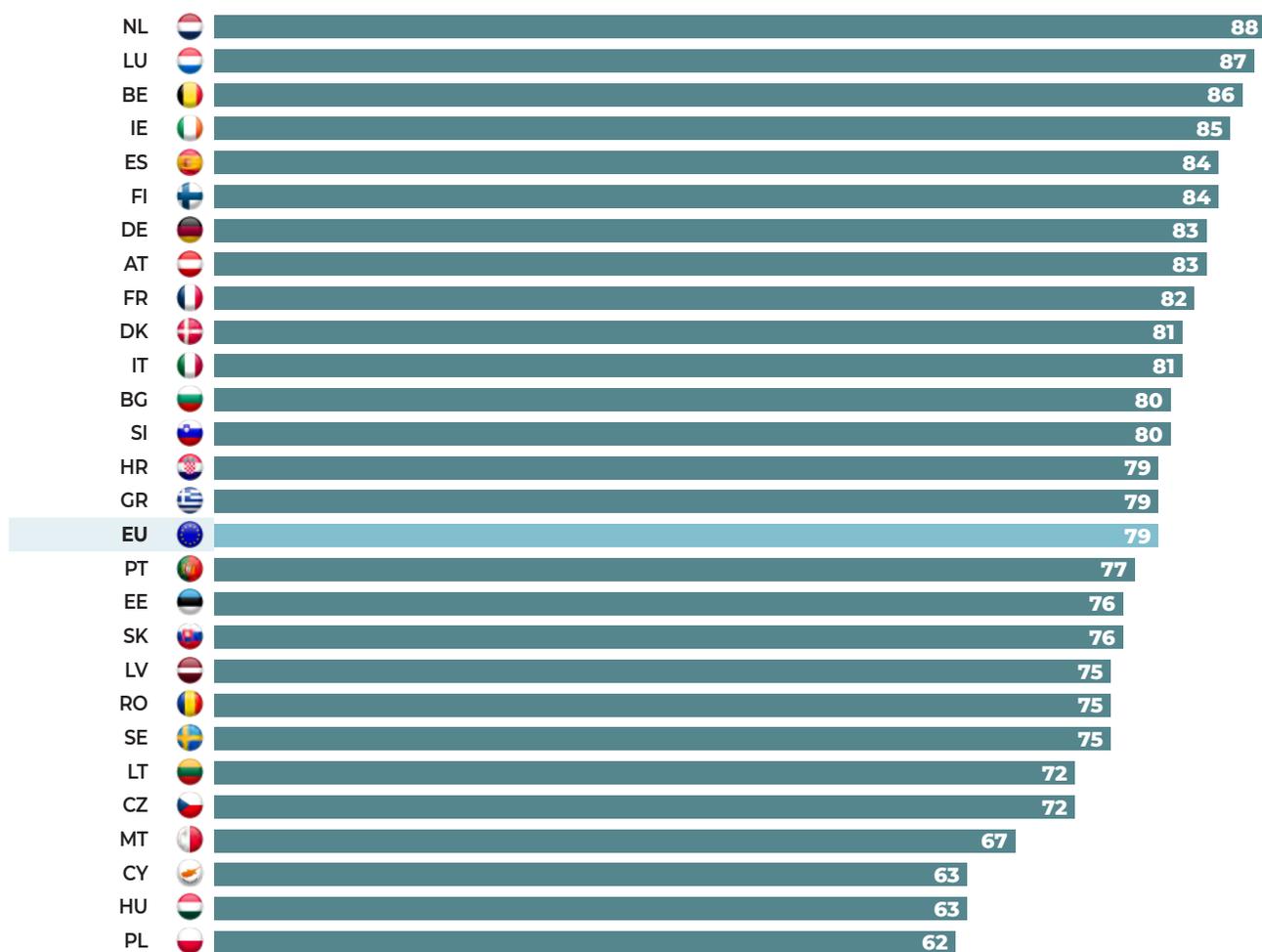
Mas a demanda por maior regulamentação também é muito difundida nos Estados Unidos (70%), lar das Big Tech, ou em países anglo-saxões, como Austrália (83%), Reino Unido (83%), Nova Zelândia (81%) ou Canadá (74%), com resultados próximos ou superiores à média global (73%). As sociedades democráticas não querem renunciar nem aos novos benefícios que o advento das redes sociais permite, nem ao imperativo da regulação pública.

Apegados às redes sociais, os europeus exigem mais regulamentação (em %)

Pergunta: “Concorda ou discorda com a seguinte afirmação: “As grandes empresas tecnológicas (Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft) têm demasiado poder na informação e no debate público, sendo que o nosso governo deveria ser capaz de as controlar mais?”

Respostas: “concordo plenamente” e “concordo bastante”

Base: Países da União Europeia



© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

Os irlandeses e os luxemburgueses são também a favor da regulamentação pública do GAFAM

É na Irlanda que o Facebook e o Google se estabeleceram e é em Luxemburgo que a Amazon tem a sua sede europeia. No entanto, a maioria dos luxemburgueses (87%) e irlandeses (85%) consideram que a grande tecnologia tem “demasiado poder na informação e no debate público e que o seu governo deve poder controlá- mais”, um nível muito superior à média global (73%) e mesmo à média dos países da União Europeia (79%).

NUM MUNDO DEMOCRÁTICO FRAGILIZADO, O APEGO À UNIÃO EUROPEIA GANHA FORÇA

As democracias se encontram em uma situação perigosa exatamente no momento em que, ironicamente, completam trinta anos do marco de seu triunfo, a queda do Muro de Berlim. De acordo com a Freedom House, dos 41 países regularmente classificados como “livres” de 1985 a 2005, 22 registraram reduções significativas na liberdade nos últimos cinco anos. 1. Este processo de regressão não poupa nem mesmo as regiões com democracias mais sólidas. Mesmo na União Europeia, governos eleitos contestam o estado de direito reivindicando uma “democracia iliberal”. O desaparecimento da União Europeia é um dos principais pontos programáticos reivindicados no discurso. No entanto, por definição de princípio, a União Europeia, enquanto ideia e instituição, é uma das respostas mais elaboradas que as nações conseguiram dar para redimensionar o seu poder. A acusação da União Europeia não ser democrática é paradoxal, uma vez que o projeto desta “união cada vez mais estreita” consiste precisamente em dimensionar o poder das nações democráticas em escala mundial. Assim, a eleição do Parlamento Europeu por sufrágio universal, desde 1979, ou a invenção da cidadania europeia, em 1992, delineiam uma política democrática pós-nacional. Na história da democracia, a União Europeia tornou-se a primeira organização política transnacional que envolve uma assembleia eleita por sufrágio universal, e continua a ser a única. Como é possível não ver neste empreendimento a única tentativa séria de regenerar a ideia democrática e de inscrever o seu modelo de governo com o consentimento dos governados num quadro compatível com a globalização?

1. A opinião pública e o conceito europeu	47
O apoio ao euro contém o impulso populista	48
Os europeus confiam mais nas instituições europeias do que nas nacionais	49
2. Os Balcãs ocidentais: entre as aspirações europeias e o cansaço	52
O desejo de adesão à União Europeia é variado	52
Uma região cobiçada por potências autoritárias	52
3. O desejo de um exército europeu ganha força	53
A maioria dos europeus (55%) são a favor da criação de um exército comum	54
As populações mais favoráveis a um exército europeu habitam regiões atravessadas por tensões geopolíticas	54
4. Brexit: contrastes no julgamento de uma decisão histórica	55

1. A opinião pública e o conceito europeu

A maioria dos europeus (UE) entrevistados (52%) consideram que a adesão do seu país à União Europeia é algo “positivo”. É um percentual de 3 pontos a mais em comparação com a nossa pesquisa de 2018 (49%) e de 7 pontos a mais em comparação com a de 2017¹(45%). Apenas uma minoria (18%) considera a adesão de seu país algo “negativo”. Uma terceira resposta (30%) diz que isso não é “nem positivo, nem negativo”.

Inicialmente questionada pela eficácia, a invenção de uma política comum de vacinação durante a crise do coronavírus não só preservou mas também reforçou o apego à União Europeia, bem como ao plano de recuperação histórica. Se, por vezes, a UE parece abstrata ou etérea, a crise da saúde tornou possível vê-la de uma forma diferente e, em última análise, com um julgamento mais favorável.

O apego à União Europeia em 2017, 2018 e 2021 (em %)

Pergunta: “De um modo geral, acha que o fato de o seu país pertencer à União Europeia é...”

Base: Países da União Europeia

	2017			2018			2021		
	“Positivo”	“Nem positivo, nem negativo”	“Negativo”	“Positivo”	“Nem positivo, nem negativo”	“Negativo”	“Positivo”	“Nem positivo, nem negativo”	“Negativo”
AT 	42	30	28	42	31	27	45	30	25
BE 	43	35	22	45	34	21	46	34	20
BG 	47	36	17	45	41	14	52	37	11
CY 	-	-	-	36	37	27	66	24	10
CZ 	20	39	41	34	35	31	33	36	31
DE 	51	30	19	52	29	19	47	32	21
DK 	48	29	23	53	25	22	55	26	19
EE 	52	36	12	59	31	10	60	31	9
ES 	49	31	20	56	28	16	64	26	10
FI 	57	29	14	52	27	21	52	28	20
FR 	38	37	25	42	35	23	43	35	22
GR 	34	36	30	44	30	26	51	32	17
HR 	30	51	19	37	45	18	48	36	16
HU 	51	39	10	57	31	12	61	31	8
IE 	-	-	-	74	16	10	75	14	11
IT 	33	33	34	36	33	31	49	30	21
LT 	62	30	8	61	30	9	60	29	11
LU 	-	-	-	77	18	5	70	23	7
LV 	40	44	16	51	38	11	44	37	19
MT 	-	-	-	61	30	9	60	28	12
NL 	43	34	23	48	35	17	52	30	18
PL 	63	27	10	63	27	10	63	27	10
PT 	65	21	14	72	20	8	79	16	5
RO 	54	32	14	58	30	12	59	27	14
SE 	37	32	31	53	28	19	43	33	24
SI 	-	-	-	36	43	21	57	34	9
SK 	41	42	17	43	40	17	47	34	19
EU 	45	33	22	49	31	20	52	30	18

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

1. Dominique Reynié (dir). *Democracias sob tensão, vol. I: “Os desafios” y vol. II: “Os países”, Fondation pour l'innovation politique/ International Republican Institute, 2019 (ambos os volumes podem ser baixados no site fondapol.org), e ID., *Où va la démocratie? Une enquête internationale de la Fondation pour l'innovation politique e What next for democracy? An international survey by the Fondation pour l'innovation politique*, Plon, 2017. Ao contrário das duas últimas medidas em 2018 e 2021, a média da União Europeia, em 2017, não contém dados de Chipre, Irlanda, Luxemburgo, Malta e Eslovênia, o peso demográfico desses países continua sendo menor sobre o conjunto da União Europeia. Além disso, as médias da União Europeia em 2017, 2018 e 2021 não incluem o Reino Unido devido ao referendo do Brexit em junho de 2016.*

O apoio ao euro contém o impulso populista

O apego à União Europeia tem também de ser medido em termos da relação que as pessoas têm com a moeda europeia. Os cidadãos vêem o euro como uma proteção dos seus ativos, os quais estariam em risco no caso de um regresso às moedas nacionais. O apoio ao euro baseia-se, portanto, num interesse bem compreendido. O discurso anti-euro, há muito adotado pelos populistas, é atualmente percebido como uma ameaça à herança material dos europeus. Isso permanecerá assim enquanto o euro se mantiver forte. Por exemplo, dois terços dos cidadãos da área do euro (64%)

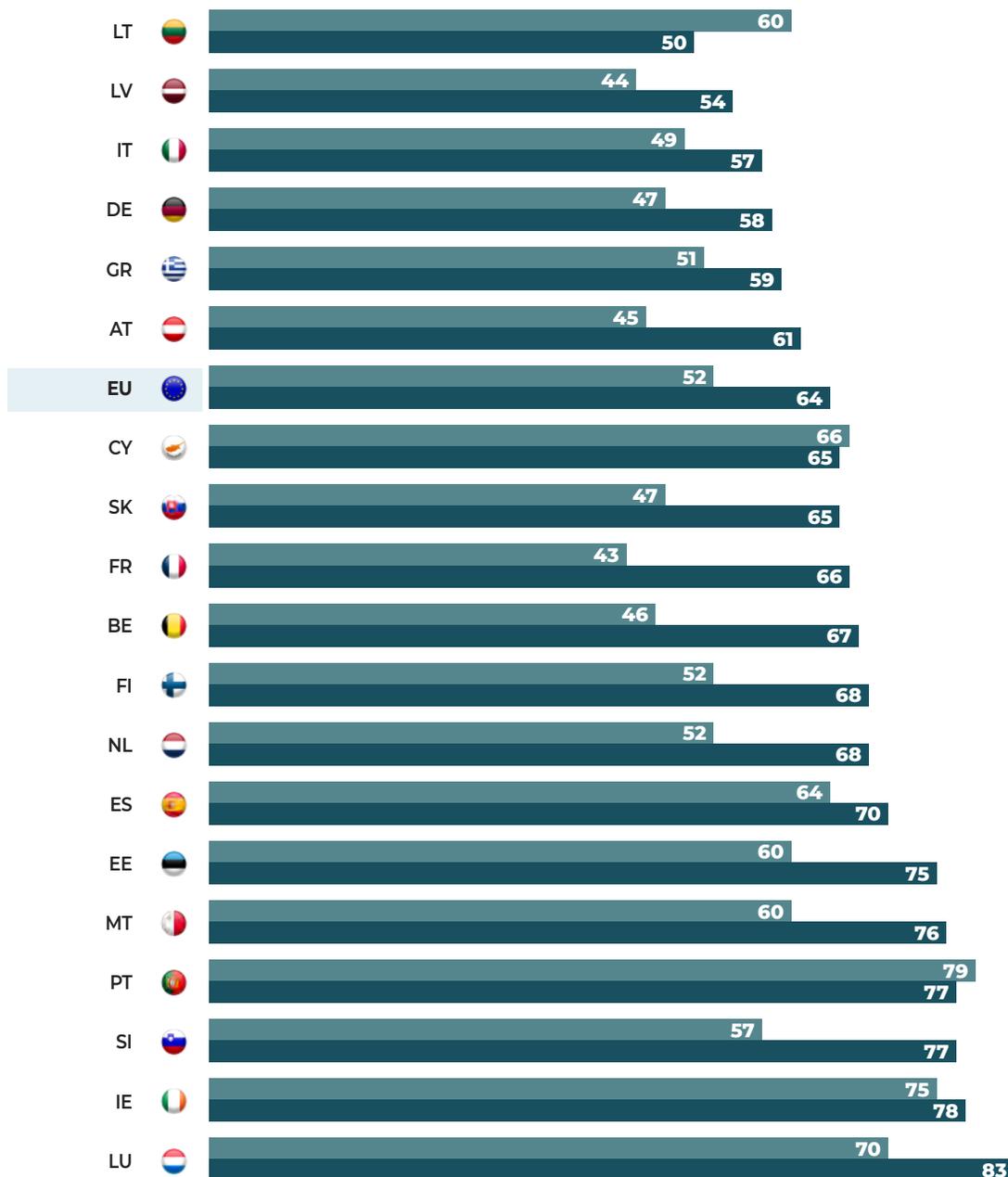
afirmam querer manter a moeda europeia. Um quarto (28%) gostaria de regressar à moeda nacional, mas acredita que isso não seja possível. Apenas uma pequena minoria (8%) considera desejável e possível abandonar o euro. Como já observamos nas nossas duas pesquisas anteriores, em 2017 e 2018, o apoio à moeda europeia é mais forte do que o apoio à União Europeia na maioria dos países da área do euro 2. Em 2021, apenas Chipre, Lituânia e Portugal têm um padrão de opinião inverso.

Embora o apoio ao euro seja mais forte entre as pessoas que sentem que sua vida melhorou (72%), continua sendo importante entre as pessoas que sentem que ela piorou (51%).

O apoio ao euro é mais forte do que o apoio à União Europeia (em %)

Perguntas: “De um modo geral, acha que o fato de o seu país pertencer à União Europeia é”;
“Em relação ao euro, com qual das seguintes opiniões se identifica mais?”

Base: países da área do euro



■ “De um modo geral, acha que o fato de o seu país pertencer à União Europeia é “positivo”

■ “Deseja que o seu país mantenha o euro como sua moeda”

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

2. Ibid.

A adesão ao euro continua a ser alta nos vários grupos sociodemográficos (em %)

Perguntas: “Em relação ao euro, com qual das seguintes opiniões se identifica mais?”

Base: países da área do euro

		“Deseja que o seu país mantenha o euro como sua moeda”	“Desejo que o meu país regresse à sua moeda nacional, mas acho que não é possível”	“Desejo que o meu país regresse à sua moeda nacional e acho que é possível”
Média da área do euro		64	28	8
Sexo	Homens	65	26	9
	Mulheres	62	30	8
Idade	18-34 anos	67	27	6
	35-59 anos	58	31	11
	60 anos ou mais	68	25	7
Categorias socioprofissionais	Executivo	72	21	7
	Profissões intelectuais e científicas	77	18	5
	Profissões intermédias assalariadas	70	24	6
	Pequenos empresários	61	31	8
	Trabalhadores especializados	62	31	7
	Operários especializados	53	35	12
	Pessoal dos serviços e trabalhadores comerciais, trabalhadores pouco especializados e trabalhadores manuais	49	42	9
	Aposentados	67	25	8
Desempregados	60	30	10	
Categoria de aglomeração	Cidades com menos de 15.000 habitantes	61	30	9
	Cidades de 15.001 a 100.000 habitantes	64	28	8
	Cidades de 100.001 a 500.000 habitantes	68	25	7
	Cidades com mais de 500.000 habitantes	65	25	10
Auto-posicionamento na escala esquerda-direita	Esquerda	75	21	4
	Centro	62	29	9
	Direita	59	31	10
Interesse pela política	Sim	66	26	8
	Não	59	32	9
Opinião sobre a globalização	A globalização é uma oportunidade	75	21	4
	A globalização é uma ameaça	49	37	14

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

Os europeus confiam mais nas instituições europeias do que nas nacionais

Na União Europeia, a confiança na Comissão Europeia (47%) e no Parlamento Europeu (47%) é relativamente elevada, tendo em conta o descrédito das instituições políticas. Este resultado é ainda mais notório quando comparado à avaliação das instituições nacionais dos Estados-Membros: em média,

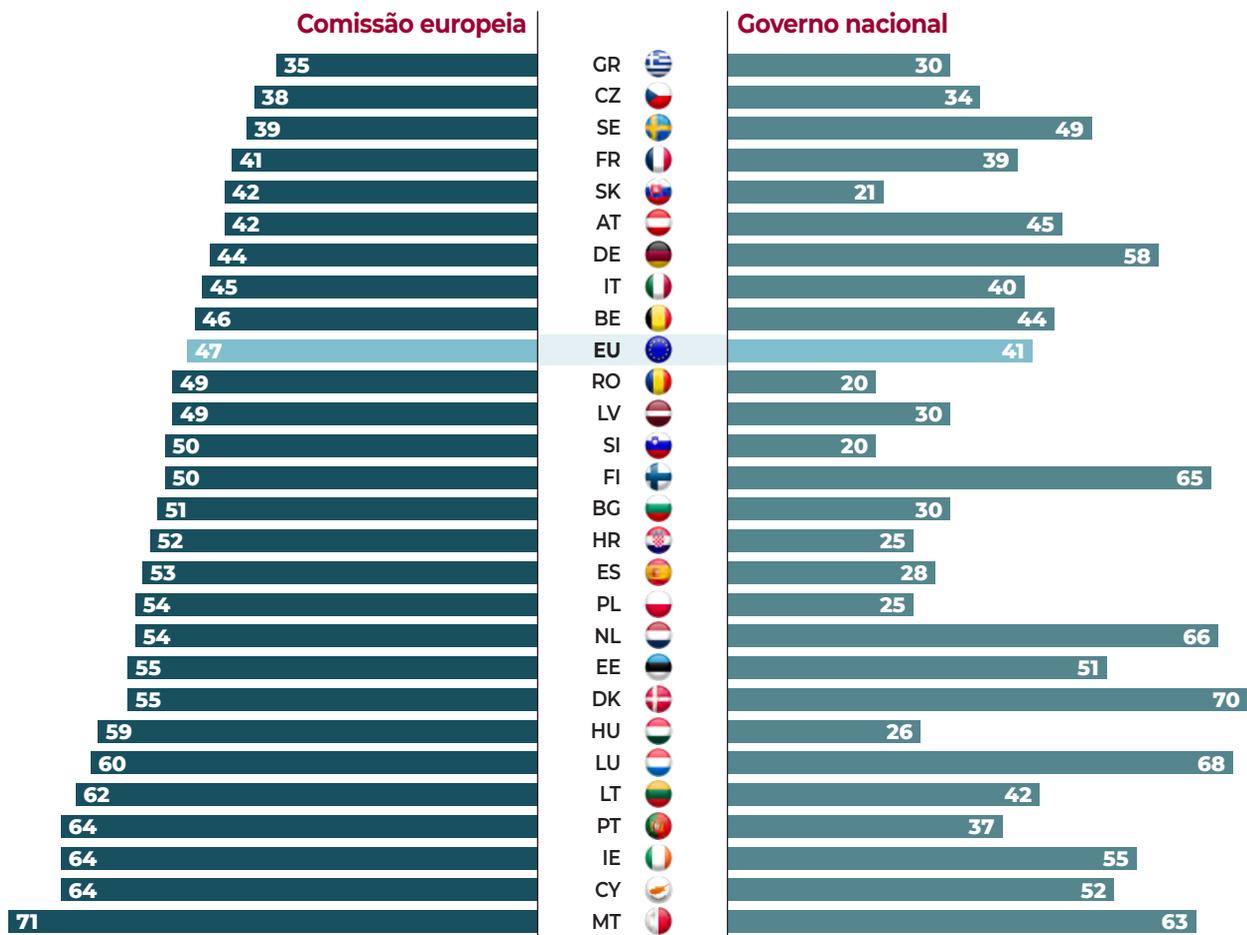
41% dos europeus (UE) afirmam ter confiança em seu governo nacional e 44% em seu parlamento nacional. Em cada país, temos níveis comparáveis de confiança na Comissão Europeia e no Parlamento Europeu. Na França, um dos países onde a confiança nas instituições europeias é a mais baixa, observa-se a mesma característica: 41% dos respondentes confiam na Comissão Europeia e no Parlamento Europeu.

A confiança na Comissão Europeia excede a confiança nos governos nacionais... (em %)

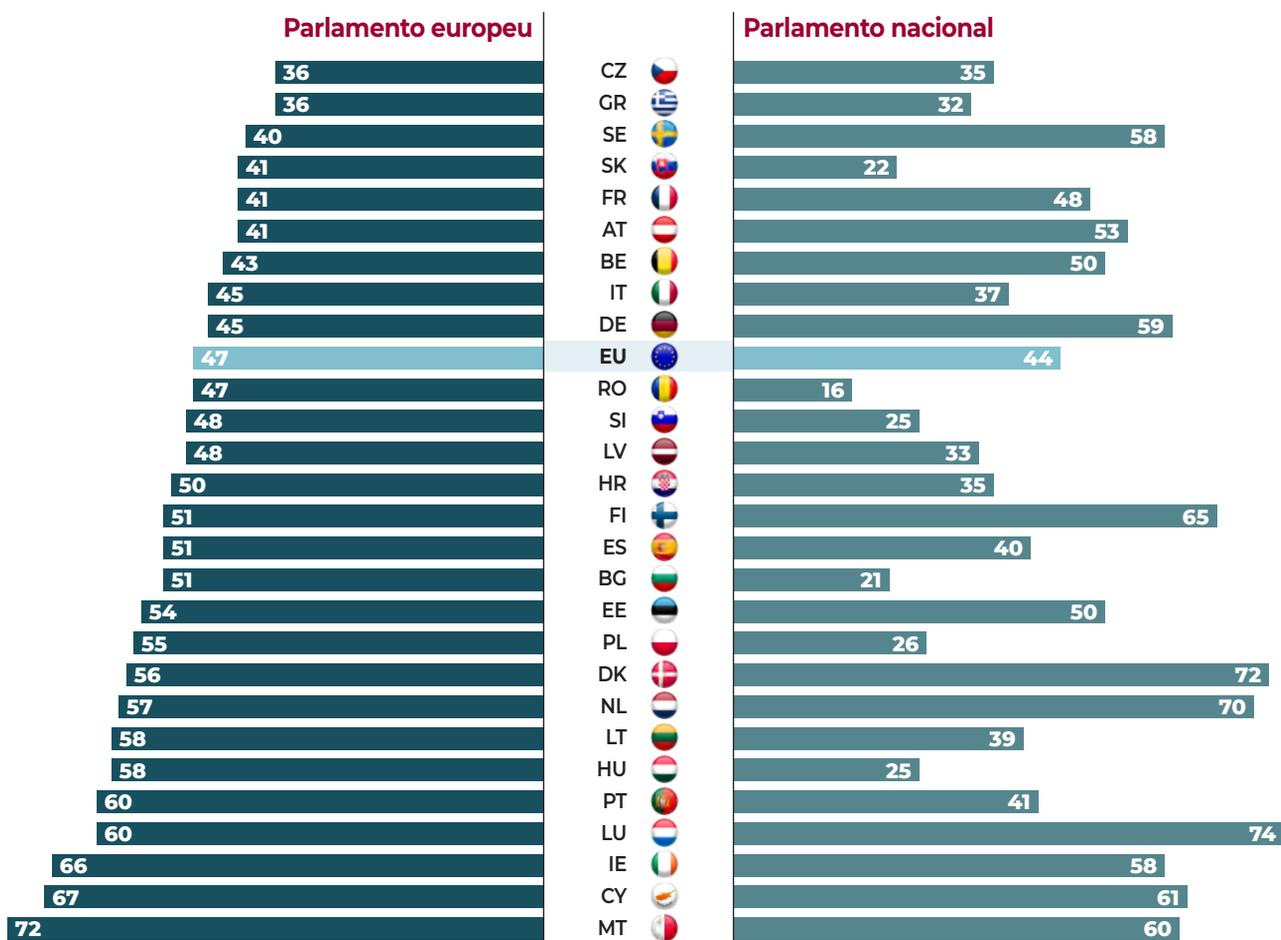
Pergunta: "Para cada instituição, diga-me se confia plenamente, confia bastante, não confia muito ou não confia de todo nelas."

Respostas: "confio plenamente" e "confio bastante"

Base: países da União Europeia



... tal como a confiança no Parlamento Europeu excede a confiança nos parlamentos nacionais (em %)



Na União Europeia, se os povos dos países do leste são os que mais confiam nas instituições europeias, são também os mais desconfiados das suas instituições nacionais. Esta desconfiança manifesta-se especialmente quando se questiona sobre as principais ameaças à democracia no país. Na verdade, no Ocidente, um quinto (18%) dos respondentes citam o seu

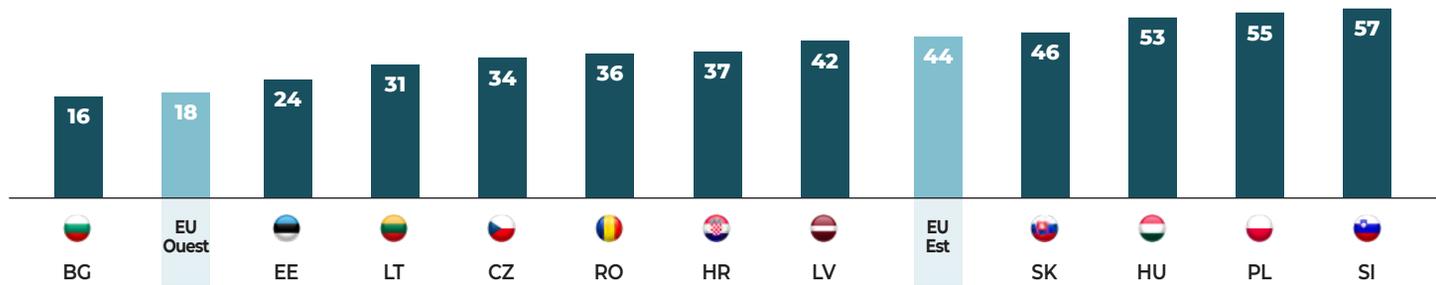
próprio governo; este número sobe para 44% nos países do leste. A confiança nas instituições europeias sugere que a União Europeia é vista por alguns dos cidadãos como uma forma de proteger a democracia da deriva autoritária do governo nacional.

Na Europa Oriental, o governo nacional é mais frequentemente visto como uma ameaça à democracia (em %)

Pergunta: “O que você acha que mais ameaça a democracia em seu país? Em primeiro lugar? Em segundo lugar?”

Resposta: “o atual governo” (em primeiro lugar e em segundo lugar)

Base: países da Europa do Leste

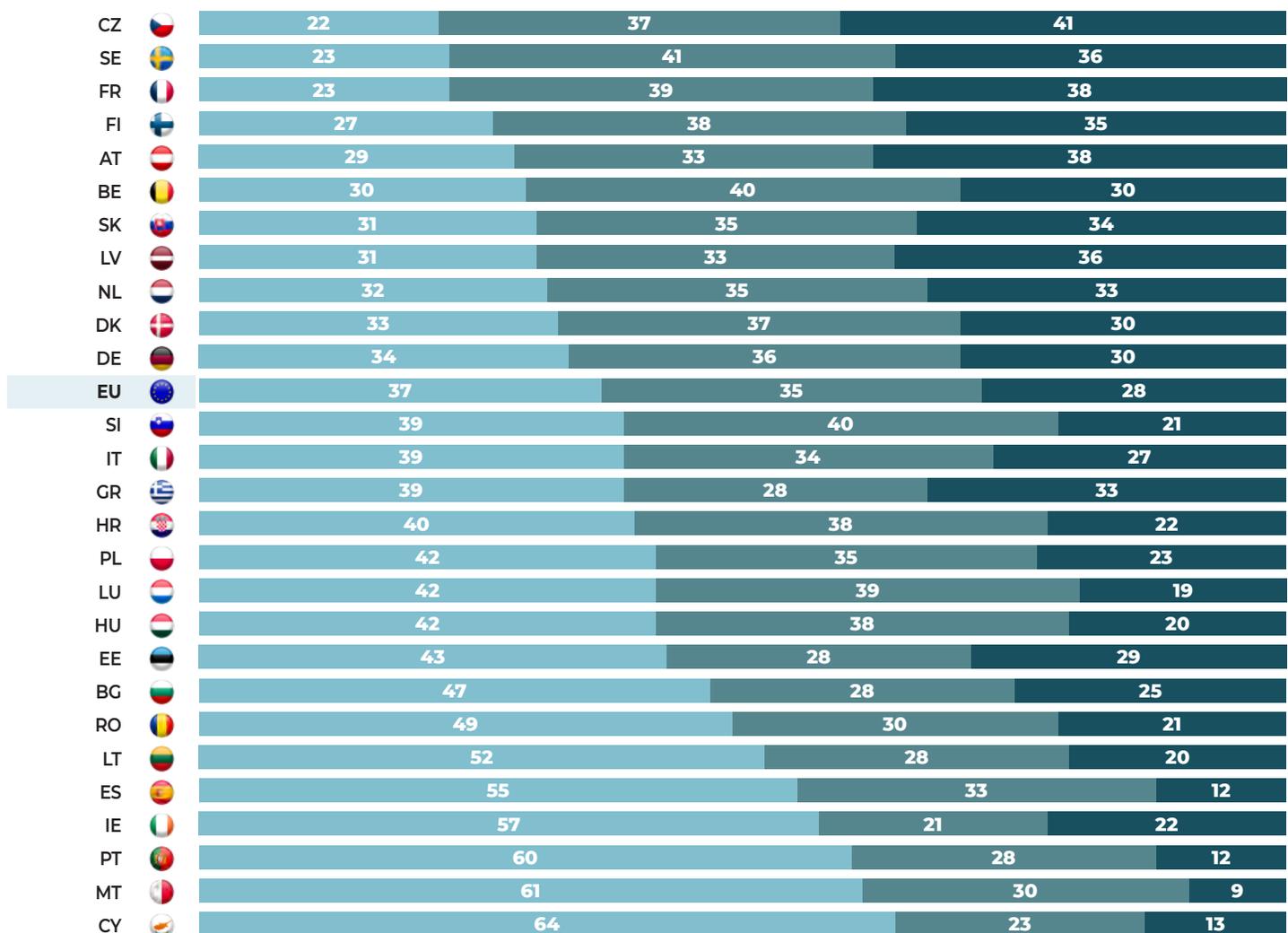


© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

A ideia europeia e a ideia democrática continuam em tensão (em %)

Pergunta: “acha que o fato de o seu país pertencer à União Europeia...”

Base: países da União Europeia



- “Pelo contrário, fortalecer a democracia em seu país”
- “Não tem efeito na democracia no seu país”
- “Enfraquece bastante a democracia no seu país”

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

2. Os Balcãs ocidentais: entre as aspirações europeias e o cansaço

O desejo de adesão à União Europeia é variado

Nos Balcãs ocidentais, a adesão à União Europeia é considerada positiva pela maioria dos entrevistados (54%). 29% deles pensam que não seria “nem positivo nem negativo”, e 17% pensam ser “negativo”. Os resultados por país são muito contrastantes. Se a maioria dos albaneses e kosovares veem

positivamente sua adesão à União Europeia, apenas um em cada dois macedônios e um em cada três sérvios partilham esta opinião. Na Bósnia e Herzegovina, a divisão étnica do país pode desempenhar um papel importante com os habitantes das regiões sérvias, tais como a Republika Srpska, julgando mais negativamente seu potencial de adesão à União Europeia: 40% deles pensam que seria “positivo”, 18% “negativo” e 42% deles “nem positivo nem negativo”..

A aspiração à União Europeia nos Balcãs ocidentais (em %)

Pergunta: “Em geral, considera que o fato de o seu país fazer parte da União Europeia seria um fato...”

Base: países dos Balcãs ocidentais

	AL 	BA 	ME 	MK 	RS 	XK 
“Positivo”	83	56	63	50	33	83
“Nem positivo, nem negativo”	14	33	21	28	41	8
“Negativo”	3	11	16	22	26	9

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

Os efeitos esperados da adesão sobre a democracia nos Balcãs ocidentais (em %)

Pergunta: “Acha que pertencer à União Europeia?..”

Base: países dos Balcãs ocidentais

	AL 	BA 	ME 	MK 	RS 	XK 
“Fortaleceria a democracia no seu país”	80	59	59	46	38	76
“Não teria qualquer efeito sobre a democracia no seu país”	16	30	28	34	47	8
“Enfraqueceria bastante a democracia no seu país”	4	11	13	20	15	16

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

Uma região cobiçada pelas potências autoritárias

A Sérvia é o país que vê a sua adesão à União Europeia mais negativamente, mesmo que ele seja um dos estados dos Balcãs ocidentais mais avançados nas negociações de adesão: 39% dos sérvios diz que eles estão preocupados com a atitude da União Europeia na cena internacional, reafirmando suas afinidades culturais e históricas com a Rússia, país do qual consideram em sua maioria uma potência tranquilizadora (56%).

A Turquia é considerada tranquilizadora por 40% dos albaneses, 45% dos montenegrinos, 48% dos bósnios, 54% dos macedônios e 69% dos kosovares. Os sérvios são os únicos que dizem estar mais preocupados (42%) do que tranquilizados (9%). Este sentimento de preocupação é partilhado apenas por uma minoria de kosovares (10%), macedônios (15%), montenegrinos (17%), bósnios (18%) e albaneses (23%). Por último, a maioria dos bósnios e montenegrinos (74%), macedônios (75%) e sérvios

(76%) e, em menor medida, os albaneses (63%) desejariam aprofundar as relações de seu país com a China, cuja influência nos Balcãs ocidentais tem se fortalecido nos últimos anos. Os Balcãs ocidentais são parte da iniciativa “17 + 1” lançada por Pequim em 2012, marcando o desejo de estabelecer uma cooperação estreita com os países do Leste. Note-se que, como a China exclui Kosovo destes projetos, país do qual não reconhece a independência, os kosovares se mostram hostis (55%) ao aprofundamento das relações de seu país com Pequim.

As relações dos Balcãs ocidentais com os Estados Unidos são mistas: a maioria dos kosovares (87%) e a maioria dos albaneses (65%) consideram a sua posição na cena internacional tranquilizadora. Esta avaliação é menos partilhada em Montenegro (46%) e na Macedônia do Norte (43%), bem como na Bósnia e Herzegovina (35%). Em contraste, apenas 11% dos sérvios dizem estar tranquilos com o poder dos EUA.

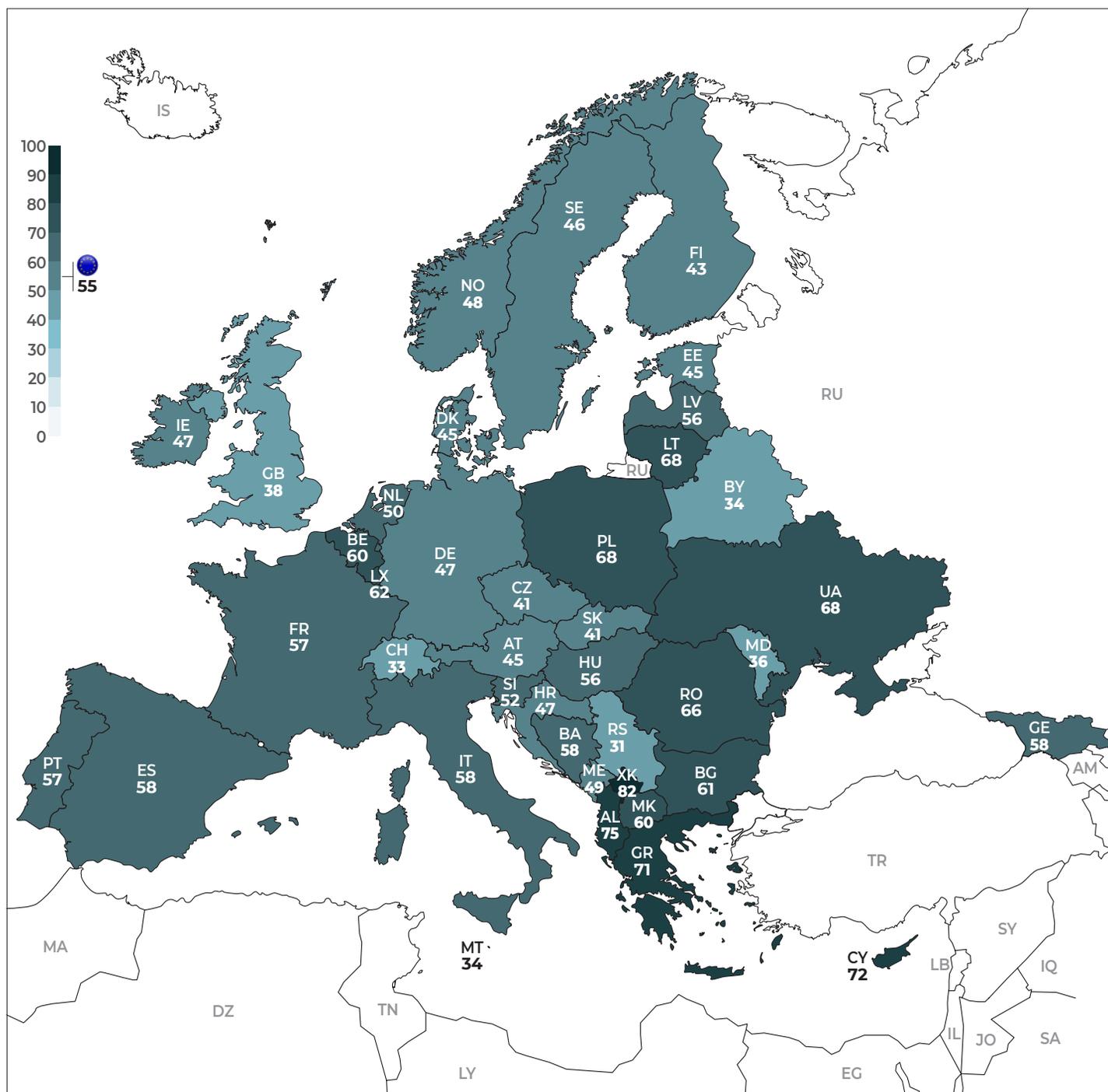
3. O desejo de um exército europeu ganha força

Apoio à criação de um exército europeu na Europa (em %)

Pergunta: “Gostaria que a União Europeia dispusesse de um exército comum a todos os Estados-membro, para além do exército de cada país?”

Respostas: “Sim, sem dúvida” e “sim, bastante”

Base: países do continente europeu



© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

A maioria dos europeus (55%) é a favor da criação de um exército comum

A ideia de um exército europeu remonta ao projeto da Comunidade Europeia de Defesa (CED), no final da Segunda Guerra Mundial. Esta ideia não se concretizou em 1954. Desde então, o projeto de uma defesa comum voltou regularmente à tona. Em 2017, o presidente francês Emmanuel Macron anunciou planos para lançar um projeto militar conjunto, seguido em 2018 pela chanceler Angela Merkel³. A criação de uma união entre segurança e defesa é também uma das prioridades declaradas da Comissão Europeia de Ursula von der Leyen⁴. Recentemente, várias iniciativas foram implementadas, como o lançamento em 2017 da cooperação estruturada permanente (PESCO)⁵, permitindo que alguns Estados-membros desenvolvam sua colaboração no campo da defesa, ou o Fundo Europeu de Defesa (FED), votado pelo Parlamento Europeu pela primeira vez em abril de 2021.

De acordo com os dados da nossa pesquisa, mais da metade (55%) dos europeus (UE) entrevistados são a favor da criação de um exército comum, além dos exércitos nacionais, apesar de haver uma diminuição de 4 pontos, em 2021, em comparação com o nível registrado em 2018 (59%), e de 2 pontos se comparado a 2017 (57%)⁶.

Na União Europeia, os resultados são incertos entre os países fundadores: luxemburgueses (62%), belgas (60%), italianos (58%) e franceses (57%) são a favor, a opinião holandesa está dividida (50%) e os alemães são contra (53%). Em 2018, apenas 6 dos 27 Estados-membros se opunham à criação de um exército europeu, número que sobe para 11 em 2021.

No norte da Europa, as populações são mais frequentemente contra, como os finlandeses (43%), os dinamarqueses (45%), os suecos (46%) e os irlandeses (47%). Constatamos que, entre estes países, a Finlândia, a Irlanda e a Suécia consagraram o princípio da neutralidade nas suas constituições e que o seu estatuto de estado neutro é reconhecido pela comunidade internacional⁷. A Dinamarca, por sua vez, é um país historicamente neutro⁸.

Em média, na União Europeia, a opinião pública nos países do Leste é mais favorável a um exército europeu (60%) do que nos países da Europa Ocidental (54%). Os países que aderiram à União desde 2004 dão provas de apoio, em especial a Romênia (66%) e a Bulgária (61%). Por outro lado, os entrevistados são muito menos favoráveis a esta situação

na República Tcheca e na Eslováquia (41%), na Estônia (45%) e na Croácia (47%).

Após a sua saída efetiva da União Europeia, os britânicos reafirmaram a sua desaprovação em relação a um exército europeu (62% em 2021, eram 65% em 2018). Os americanos, por outro lado, são a favor dele (52%). Do mesmo modo, a média dos respondentes nos países membros da OTAN (53% em 2021 e 52% em 2018) apoia a ideia de um exército europeu. Note-se que, entre os países da União Europeia que são membros da OTAN, o desejo de criação de um exército europeu é de 56%.

As populações mais favoráveis a um exército europeu habitam regiões onde as tensões geopolíticas estão crescendo

O apoio ao exército Europeu reúne quase três quartos dos cipriotas (72%) e gregos (71%). Em 2018, 54% e 68% deles aprovavam esta ideia, respectivamente. A evolução do conflito com a Turquia sobre os direitos de exploração de petróleo e gás no mediterrâneo pesa, obviamente, muito sobre este resultado⁹. A maioria dos cipriotas (95%) e gregos (85%) consideram preocupante a posição da Turquia na cena internacional (contra 37% para o conjunto dos países).

As relações dos estados da União Europeia com a Rússia são também um fator determinante do desejo de um exército europeu. Na verdade, mais de dois terços dos lituanos e polacos (68%) apoiam o projeto de um exército europeu, enquanto 70% dos lituanos e 75% dos polacos estão preocupados com a posição da Rússia na cena internacional. Estes dois países estão localizados em ambos os lados do enclave russo de Kaliningrado, que se tornou uma importante base militar.

Na opinião dos entrevistados, a percepção de uma ameaça russa não se limita às fronteiras da União Europeia. Os países envolvidos em disputas territoriais com a Rússia são esmagadoramente a favor da criação de um exército europeu. A Rússia é vista com preocupação pela maioria dos georgianos (82%), que também são a favor de um exército europeu (58%). Da mesma forma, a atitude da Rússia preocupa os ucranianos (69%), que apoiam a criação de um exército europeu (68%). Nos Balcãs ocidentais, os albaneses (58%) e os kosovares (77%), que consideram a Rússia particularmente preocupante são também os mais favoráveis a um exército europeu (75% dos albaneses e 82% dos kosovares).

3. Guy Chazan et Jim Brunsten, *Merkel backs Macron's call for creation of European army*, ft.com, 13 de novembro de 2018 (www.ft.com/content/3f5c6c74-e752-11e8-8a85-04b8afea6ea3).

4. Daniel Boffey, *Von der Leyen: EU must acquire 'political will' to build own military*, theguardian.com, 15 de setembro de 2021 (www.theguardian.com/world/2021/sep/15/von-der-leyen-eu-state-of-union-speech-political-will-build-own-military).

5. "Decisão (PESC) 2017/2315 do Conselho, de 11 de dezembro de 2017, que estabelece a cooperação estruturada permanente (CPS) e fixa a lista dos Estados-membros participantes", *Jornal Oficial da União Europeia*, n.º L331 de 14 de dezembro de 2017 (<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/PDF/?uri=CELEX:32017D2315&from=FR>).

6. A média da UE de 2017 não incluiu dados de Chipre, Irlanda, Luxemburgo, Malta e Eslovênia. As médias da UE para 2017, 2018 e 2021 não incluem o Reino Unido devido ao referendo de Brexit em junho de 2016.

7. Stanley R. Sloan, *NATO's 'neutral' European partners: valuable contributors or free riders?*, nato.int, 23 de abril de 2013 (www.nato.int/docu/review/articles/2013/04/23/natos-neutral-european-partners-valuable-contributors-or-free-riders/index.html).

8. Denmark and NATO, nato.int (www.nato.int/cps/en/natohq/declassified_162357.htm).

9. *A row between Turkey and Greece over gas is raising tension in the eastern Mediterranean*, economist.com, 20 de agosto de 2020 (www.economist.com/international/2020/08/20/a-row-between-turkey-and-greece-over-gas-is-raising-tension-in-the-eastern-mediterranean, en accès réservé).

4. Brexit: contrastes no julgamento de uma decisão histórica

Desde a histórica votação de junho de 2016 a favor da saída da União Europeia e da implementação desta decisão em 31 de janeiro de 2020, o Reino Unido tornou-se um país terceiro na União Europeia. Finalizado o divórcio, os britânicos, os europeus e, de um modo mais geral, todas as populações entrevistadas, podem ter um olhar retrospectivo sobre este referendo que mudou a face do Reino Unido e da União Europeia. No que se refere ao julgamento do povo britânico sobre o futuro do seu país, metade dos respondentes (48%) acreditam que o país se sairá pior fora da União Europeia; apenas um terço (33%) pensa que será melhor, e 19%

considera que não terá efeitos. Vale ressaltar que em 2016, o Brexit venceu com 51,9% dos votos (17,410,742 votos a favor, 16,141,241 votos contra), com uma participação de 72,2%.

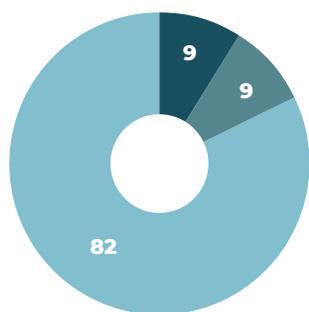
Em toda a União Europeia, metade dos cidadãos (47%) pensa que o Reino Unido se sairá pior fora da União Europeia. Observa-se que 61% das pessoas a favor do euro concordam com esta opinião. De igual modo, 66% dos cidadãos que consideram que a União Europeia reforça a democracia no seu país afirmam que o Reino Unido se sairá pior sem a União Europeia.

Brexit: um voto de protesto de direita (em %)

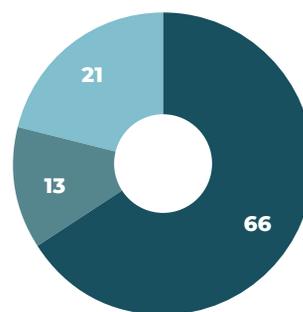
Pergunta: “Na sua opinião, o Reino Unido...”

Base: Reino Unido

Politicamente à esquerda



Politicamente à direita



- “Singrará melhor fora da União Europeia”
- “Singrará da mesma forma com ou sem a União Europeia”
- “Não singrará tão bem fora da União Europeia”

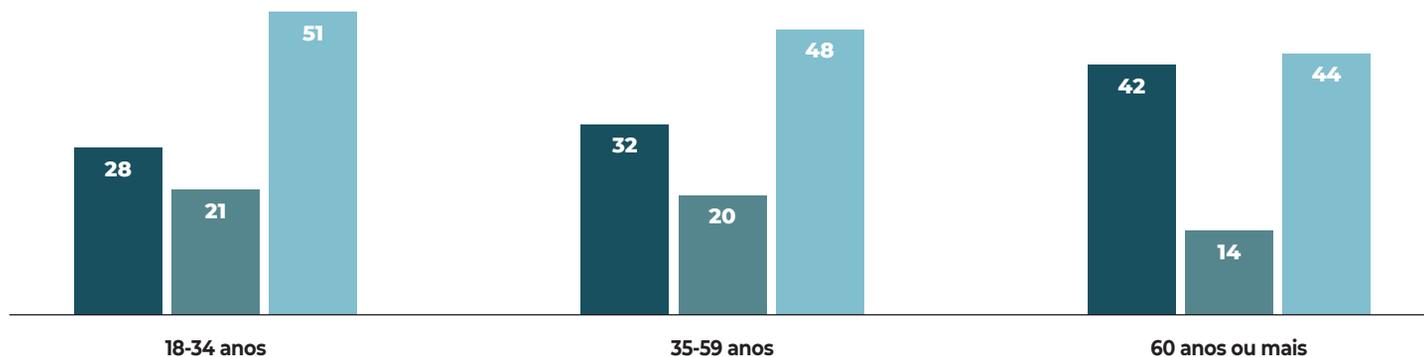
Esquema de leitura: no Reino Unido dois terços das pessoas (66%) que se identificam com a direita acreditam que o seu país vai “sair-se melhor fora da União Europeia”.

© Fondation pour l’innovation politique - Janeiro 2022

O Reino Unido fora da União Europeia: os jovens britânicos são os mais preocupados (em %)

Pergunta: “Na sua opinião, o Reino Unido...”

Base: Reino Unido



- “Singrará melhor fora da União Europeia”
- “Singrará da mesma forma com ou sem a União Europeia”
- “Não singrará tão bem fora da União Europeia”

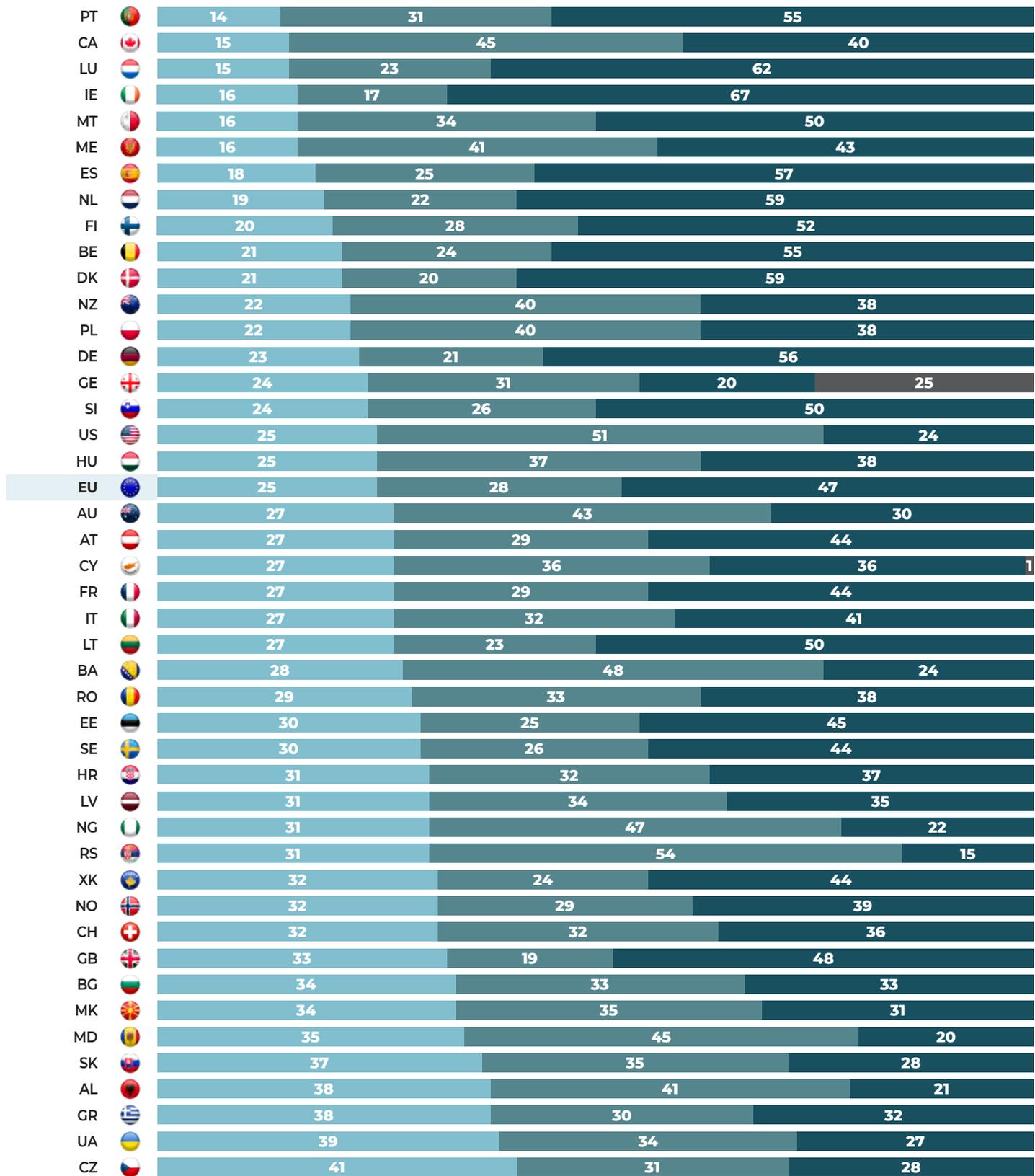
Esquema de leitura: no Reino Unido 51% dos jovens de 18-34 anos acreditam que o seu país vai “piorar fora da União Europeia”.

© Fondation pour l’innovation politique - Janeiro 2022

Apenas 47% dos europeus consideram que o Reino Unido “singrará pior fora da União Europeia” (em %)

Pergunta: “Na sua opinião, o Reino Unido ...”

Base: países da União Europeia, países dos Balcãs ocidentais, Austrália, Canadá, Estados Unidos, Geórgia, Moldávia, Nigéria, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido, Suíça, Ucrânia



■ "Singrará melhor fora da União Europeia"
 ■ "Singrará da mesma forma com ou sem a União Europeia"
 ■ "Não singrará tão bem fora da União Europeia"
 ■ Não exprime opinião

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

O que pensam os entrevistados sobre o Brexit? (em %)

Pergunta: “Na sua opinião, o Reino Unido...”

Base: países da União Europeia, países dos Balcãs ocidentais, Austrália, Canadá, Estados Unidos, Geórgia, Moldávia, Nigéria, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido, Suíça, Ucrânia

		“Singrará melhor fora da União Europeia”	“Singrará da mesma forma com ou sem a União Europeu”	“Não singrará tão bem fora da União Europeia”
Sexo	Homens	33	31	36
	Mulheres	21	47	32
Idade	18-34 anos	32	37	31
	35-59 anos	25	41	34
	60 anos ou mais	22	38	40
Categorias socioprofissionais	Executivo	45	22	33
	Profissões intelectuais e científicas	26	32	41
	Profissões intermédias assalariadas	28	32	40
	Pequenos empresários	30	44	26
	Trabalhadores especializados	23	37	40
	Operários especializados	28	45	27
	Pessoal dos serviços e trabalhadores comerciais, trabalhadores pouco especializados e trabalhadores manuais	28	47	25
	Aposentados	22	39	39
Categoria de aglomeração	Desempregados	25	45	30
	Cidades com menos de 15.000 habitantes	29	40	31
	Cidades de 15.001 a 100.000 habitantes	26	37	37
	Cidades de 100.001 a 500.000 habitantes	25	39	36
Idade da formatura	Cidades com mais de 500.000 habitantes	25	39	36
	Antes de 21 anos	28	40	32
	21 anos ou mais	26	38	36
Auto-posicionamento na escala esquerda-direita	Ainda estudante	27	42	31
	Esquerda	19	29	52
	Centro	23	42	35
Interesse pela política	Direita	37	36	27
	Sim	29	34	37
Opinião sobre a globalização	Não	22	48	30
	A globalização é uma oportunidade	23	38	39
Opinião sobre a situação do agregado familiar no final do mês	A globalização é uma ameaça	33	40	27
	Bastante difícil.	29	43	28
	Com bastante facilidade	28	36	36

Note: a diferença entre os totais e 100% representa as não-respostas.

O IDEAL DEMOCRÁTICO RESISTE

Sem esquecer a longa genealogia de ideias e experiências subjacentes à democracia, é possível admitir que ela foi estabelecida como um sistema parlamentar por volta da década de 1880. Os princípios e as instituições em que se baseiam a política democrática expandiram-se então durante o século XX, com a extensão do direito de voto, da multiplicação das liberdades, da diversificação das eleições, até conseguir atingir a forma que conhecemos nos dias atuais. As democracias permitiram aos povos nelas envolvidos o acesso à riqueza material, ao progresso humano e a uma condição existencial de qualidade e valor sem precedentes ou paralelos. Há uma estreita ligação entre este progresso e o enraizamento do regime, entre o vínculo ao regime e o desempenho prático de que se mostrou capaz. A sua legitimação política é também, e talvez mesmo principalmente, o resultado destas proezas econômicas e sociais. Coloca-se, portanto, a questão de saber em que condições as democracias de hoje conseguiriam manter um tal nível de conforto material e, a fortiori, manteriam o ritmo de progresso que os povos democráticos conhecem há cem anos. Perante estes grandes desafios, as sociedades democráticas conservam, no entanto, um trunfo importante, que os resultados do nosso estudo fazem aparecer. Os cidadãos entrevistados afirmam seu compromisso com as liberdades e a democracia. Quando exprimem um juízo negativo, os nossos dados mostram que, na maioria das vezes, é a forma como a democracia funciona no seu país que é objeto das suas críticas, e não a própria ideia de democracia. Isto revela a realidade de uma aspiração antropológica pela liberdade, que é a força capaz de garantir a sustentabilidade da democracia no século XXI.

1. Uma ampla aprovação da democracia representativa	59
2. Uma crítica democrática de como a democracia funciona	62
Para metade dos entrevistados, a democracia não funciona bem em seus países	62
A corrupção é vista como a principal ameaça à democracia	64
3. A eficácia do voto posta em questão	66
Um terço dos entrevistados questiona a utilidade do voto	66
A transparência do processo eleitoral suscita dúvidas.....	66
Existe um apoio significativo à ideia de condicionar o direito de voto às competências	68
Praticamente metade das pessoas com menos de 35 anos (46%) acreditam que o processo eleitoral em seu país não é transparente.....	68
4. A política e os meios de comunicação social: a dupla crise de representação	70
5. Liberdade de opinião e pluralismo no centro da democracia	73
Mais de metade dos entrevistados (57%) são a favor da pena de morte	73
O direito ao aborto é questionado.....	75
O Estado deve dar mais liberdade às empresas	78
6. Diante da Covid-19, os cidadãos reivindicam seu compromisso com a liberdade	80
Apenas uma minoria de indivíduos está disposta a reduzir suas liberdades em troca de uma maior eficiência	80
O compromisso com a liberdade é quase unânime.....	82

1. Um ampla aprovação da democracia representativa

No nosso estudo, seis formas diferentes de regime ¹ foram apresentadas aos entrevistados. As pessoas deveriam então responder qual dos regimes achavam que seria uma forma boa ou má de governar. Entre essas seis opções, o modelo de democracia representativa (“ter um sistema político democrático, com um parlamento eleito, que controla o governo”) tem o maior apoio (81%), seguido pelo modelo de democracia direta (70%), formulado da seguinte maneira: “serem os cidadãos e não um governo a decidirem o melhor para o país”

Existe também um apoio significativo ao sistema político baseado em especialistas (62%). A pandemia Covid-19 trouxe de volta à moda a ideia de tecnocracia, uma forma de governo em que os especialistas tomam as decisões. No entanto, constatamos que o desejo de “especialistas e não um governo que decide o que lhes parece melhor para o país” não aumentou com a pandemia. Em 2018, nos 42 países da pesquisa, 57% dos entrevistados consideraram esta forma de governo uma boa maneira de governar; em 2021, a média desses mesmos 42 estados atingiu 58%.

Apoio aos vários sistemas políticos (em %)

Pergunta: “Vamos descrever na tabela seguinte diferentes tipos de sistemas políticos e perguntar-lhe o que você pensa sobre eles para governar este país. Para todos, por favor, diga se esta forma de governar o país é / seria muito bom, bastante bom, bastante mau, muito mau”

Respostas: “muito bom” e “bastante bom”

Base: conjunto da amostra

		“Ter um sistema político democrático com um parlamento eleito que controla o governo”	“Que sejam os cidadãos e não um governo a decidirem o melhor para o país”	“Serem especialistas e não um governo a decidirem o melhor para o país”	“Serem apenas os cidadãos com um nível de conhecimento suficiente a poderem votar”	“Ter na liderança um homem forte que não se preocupe com o parlamento nem com as eleições”	“Ser o exército a dirigir o país”
	Global	81	70	62	43	36	25
Sexo	Homens	84	71	62	47	38	27
	Mulheres	79	69	61	39	35	24
Idade	18-34 anos	82	75	72	52	44	36
	35-59 anos	81	69	60	41	35	24
	60 anos ou mais	83	64	46	31	25	11
Categorias socioprofissionais	Categorias modestas	78	74	63	46	41	29
	Categorias intermediárias	83	68	65	45	37	28
	Categorias superiores	84	71	64	50	38	30
Auto-posicionamento na escala esquerda-direita	Esquerda	86	70	61	36	28	20
	Centro	82	70	61	42	36	23
	Direita	82	69	60	49	41	32
Opinião sobre a globalização	A globalização é uma oportunidade	84	70	63	43	35	24
	A globalização é uma ameaça	77	72	60	43	39	28
“No seu país, diria que a democracia funciona...”	Muito bem” e “Bastante bem	85	68	58	43	38	29
	“Bastante mal” e “Muito mal”	78	73	65	43	34	22
“Por favor indicar se está muito preocupado, bastante preocupado, pouco preocupado ou de todo preocupado sobre [a guerra]?”	“Muito preocupado” e “Bastante preocupado”	82	73	63	45	39	28
	“Pouco preocupado” e “De todo preocupado”	79	63	56	36	28	18

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

1. “Ter na liderança um homem forte que não se preocupe com o parlamento nem com as eleições”, “Serem especialistas e não um governo a decidirem o melhor para o país”, “Ser o exército a dirigir o país”, “Ter um sistema político democrático com um parlamento eleito a controlar o governo”, “Serem os cidadãos e não um governo a decidirem o melhor para o país”, “Serem apenas os cidadãos com um nível de conhecimento suficiente a poderem votar”.

Na mesma linha lógica, os entrevistados que escolhem a opção “ter um homem forte no comando que não tem que se preocupar com o parlamento ou eleições”, ou a opção “que o exército governe o país” são mais numerosos do que a média a se dizerem seguros nos regimes autoritários. Assim, os entrevistados que apoiam a opção de um líder forte são 25% dos que se avaliam seguros com a atitude da

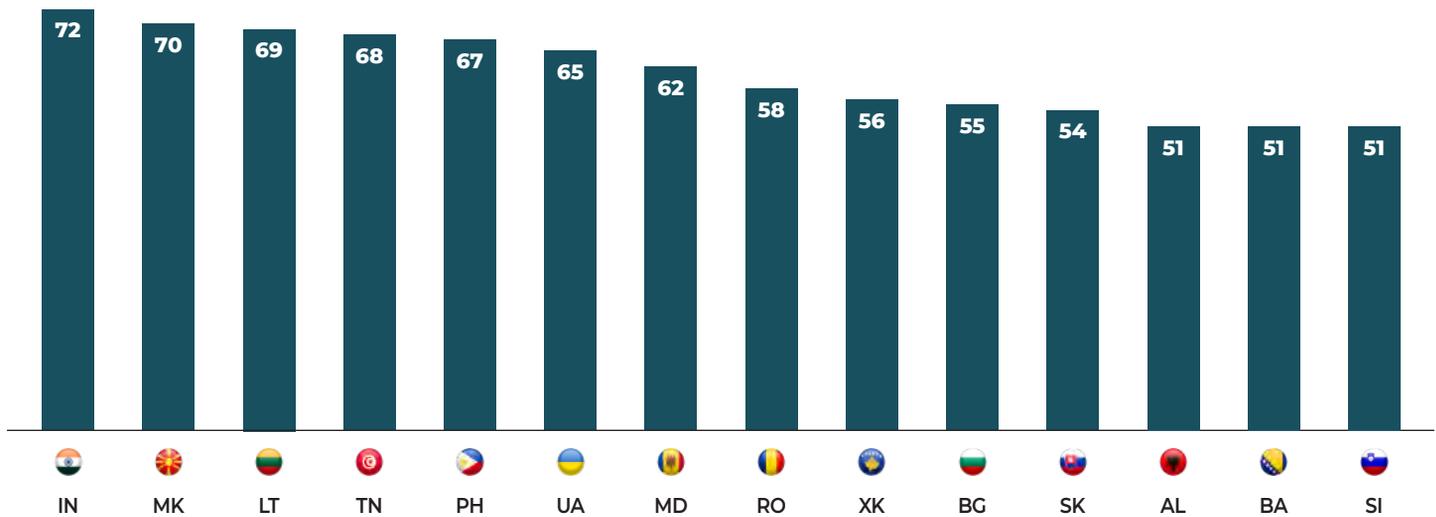
China no cenário internacional (contra 18% na média), 28% a entender a atitude da Rússia da mesma forma (contra 20% da média) e 28% a considerar tranquilizadora a atitude da Turquia (contra 19% da média geral). Além disso, entre aqueles que consideram que seria positivo se o exército governasse o país, 28% se sentem tranquilizados pela China, 32% pela Rússia e 34% pela Turquia.

A ideia de um sistema político baseado em “um homem forte que não tem que se preocupar nem com o parlamento nem com as eleições” reúne uma maioria em 14 países (em %)

Pergunta: “Para um sistema político baseado em [um homem forte que não tem que se preocupar nem com o parlamento nem com eleições], diga se esta forma de governar o país é / seria muito bom, bastante bom, bastante mau, muito mau”

Respostas: “muito bom” e “bastante bom”

Base: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Índia, Kosovo, Lituânia, Macedônia Do Norte, Moldávia, Filipinas, Romênia, Eslováquia, Eslovênia, Tunísia, Ucrânia



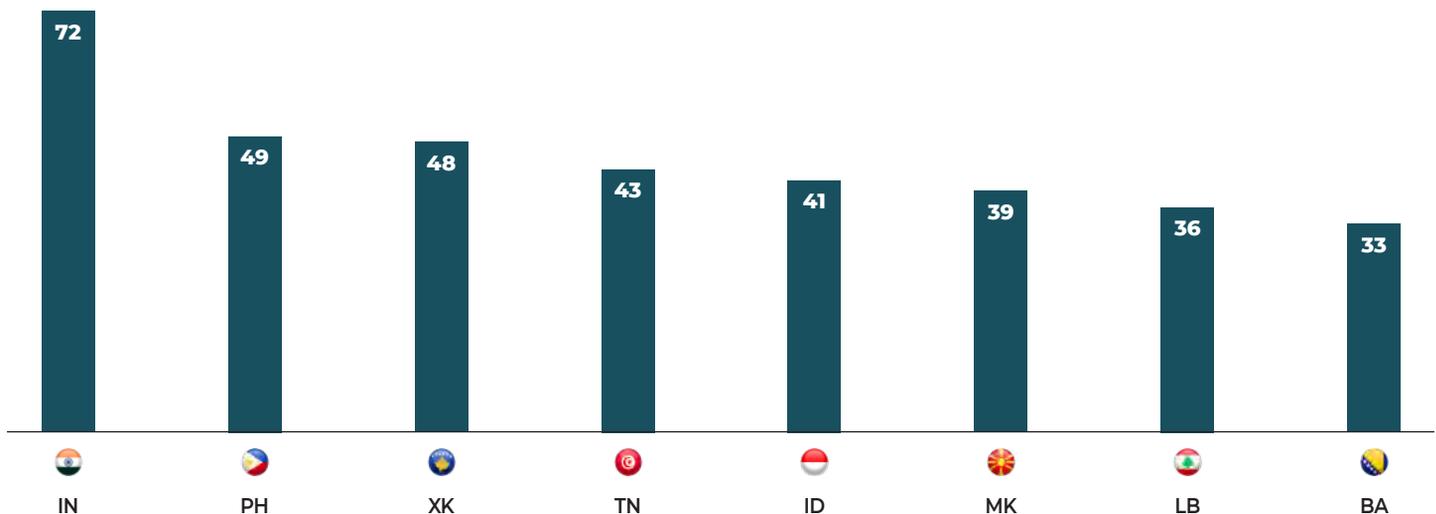
© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

A ideia de um sistema político onde o “exército governa o país” une pelo menos um terço dos respondentes em 8 países (em %)

Pergunta: “Para um sistema político onde [o exército dirige o país], por favor, diga se este modo de governar o país é / seria muito bom, bastante bom, bastante mau, muito mau”

Respostas: “muito bom” e “bastante bom”

Base: Bósnia e Herzegovina, Índia, Indonésia, Kosovo, Líbano, Macedonia do Norte, Filipinas, Tunísia



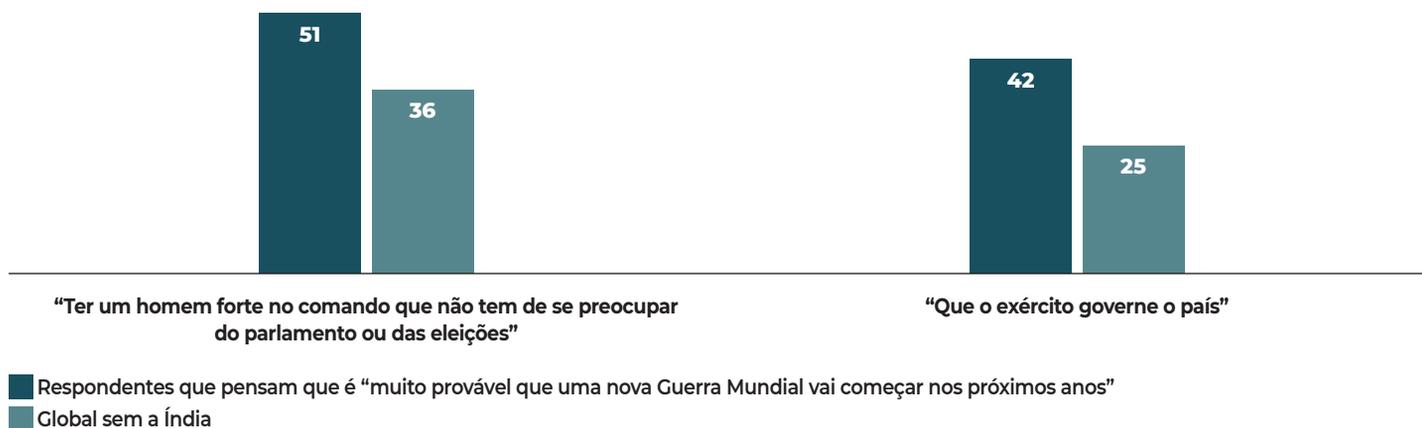
© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

Medo da guerra e tentação autoritária (em %)

Pergunta: “Acha que é muito provável, bastante provável, bastante improvável ou muito improvável que outra guerra mundial rebente nos próximos anos?”

Resposta: “muito provável”

Base: conjunto da amostra



© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

Indignação, raiva e pessimismo dos libaneses

Desde a *thawra*¹ iniciada em outubro de 2019, o Líbano é presa de uma das piores crises sócio-econômicas do século XXI². Após a saída do governo Hariri, em 2019, a instabilidade política aumentou, atingindo o seu ápice em 2020, depois da trágica explosão no porto de Beirute, em agosto, que matou centenas de pessoas e levou à queda do governo Diab. A indignação, a raiva e a desconfiança refletem-se nos resultados da pesquisa, que são muito acima da média. Mas estes resultados também indicam um forte desejo de mudança dos libaneses.

Em primeiro lugar, do ponto de vista político, 90% dos libaneses consideram que a sua democracia não está funcionando bem, o que é a marca percentual mais alta de nossa pesquisa. A corrupção é percebida como onipresente: para 95% dos entrevistados, “a maioria” ou “todas as pessoas que nos governam” são corruptas. A desconfiança das instituições democráticas não tem precedentes: 93% expressam desconfiança do governo (contra 57% da média), 90% do parlamento (contra 58% da média), 91% dos partidos políticos (contra 73% da média) e 93% das autoridades religiosas, essenciais ao funcionamento político do regime confessional do país (contra 50% da média). Para os libaneses, as duas maiores ameaças à democracia em seu país são a corrupção (75%) e o atual governo (35%). Esta crise política e desconfiança também são o corolário de uma crise de representação: 81% dos libaneses diz que eles não se sentem representados por “qualquer partido político” (contra 44%, da média) e quase metade dos entrevistados (44%) consideram que “votar não tem grande utilidade, pois os políticos não consideram a opinião do povo” (contra 29% da média). Note-se que neste país comprometido com suas liberdades, mas gangrenado pela corrupção, 86% dos entrevistados dizem que são a favor de um governo liderado por especialistas.

Do ponto de vista econômico, a crise esmagadora, a desvalorização da libra libanesa e o aumento vertiginoso da taxa de endividamento do país causam grande preocupação entre os entrevistados. A queda do nível de vida e a inflação refletem-se claramente nas respostas: apenas 1% dos libaneses dizem que “seu nível de vida melhorou nos últimos anos” e 2% que permaneceu no mesmo nível. Quase todos os participantes da pesquisa dizem estar preocupados com a crise econômica (97%), (97%) com o desemprego, (96%) com a perda de poder de compra e os défices e (94%) dizem estar preocupados com a dívida pública. Estes receios relacionados com a situação econômica do país estão misturados com outras preocupações decorrentes da elevada instabilidade, como a desigualdade social (que preocupa 95% dos entrevistados), mas também o terrorismo (92%), num país profundamente marcado pelos efeitos da guerra civil.

Esta situação certamente explica por que os libaneses estão entre os mais pessimistas. À pergunta: “relativamente ao seu país, como acha que o mesmo será no futuro?“, apenas 10% responderam que seu país será “melhor do que é atualmente”. De acordo com 76% dos entrevistados, “os cidadãos deixarão de ser capazes de resolver o seu problema de forma pacífica e recorrerão mais frequentemente à violência” (em comparação com uma média de 44%). Mais da metade dos libaneses (53%) também dizem que apoiam o direito de ter uma arma em casa (47% em média).

Finalmente, deve-se notar que a maioria dos libaneses (68%) se sentem livres para criticar seu governo nas redes sociais (18 pontos a mais do que a média). É importante lembrar que o *thawra* de outubro de 2019 foi iniciado pela oposição à introdução de uma taxa em ligações pelo WhatsApp³. As redes sociais, vetor e ferramenta revolucionária por excelência no Líbano desde a Primavera Árabe, são percebidas de forma positiva: 93% acreditam que as redes digitais são úteis porque permitem que as pessoas se informem e 88% dos libaneses acham que elas são úteis porque permitem que as pessoas se expressem livremente (em comparação com 83% e 79%, respectivamente, da média).

1. Em árabe, a palavra *thawra* significa “revolução” e refere-se ao movimento de oposição ao governo libanês iniciado em outubro de 2019.

2. The World Bank, *Lebanon Sinking into One of the Most Severe Global Crises Episodes, amidst Deliberate Inaction*, worldbank.org, 1 de junho de 2021 (www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/05/01/lebanon-sinking-into-one-of-the-most-severe-global-crises-episodes).

3. *Lebanon protests erupt over proposed Government tax on WhatsApp*, abc.net.au, 18 de outubro de 2019 (www.abc.net.au/news/2019-10-18/lebanon-protests-erupt-over-whatsapp-tax/11615892).

2. Uma crítica democrática de como a democracia funciona

Para a metade dos respondentes, a democracia não funciona bem em seus países

Em média, sem a Índia, metade dos cidadãos (50%) acredita que a democracia funciona mal em seus países. A situação obviamente varia bastante a depender do caso. Em alguns países, a maioria dos entrevistados acredita que sua democracia está funcionando bem, como os suíços, noruegueses, dinamarqueses, luxemburgueses, canadenses, neozelandeses e australianos. De um modo geral, na União Europeia, as avaliações do funcionamento da democracia refletem um enfraquecimento: em média, 49% dos europeus entrevistados não consideram satisfatório o funcionamento da democracia nos seus países. Nos estados orientais, o mau funcionamento é apontado por mais de dois terços (66%) dos entrevistados. Em democracias “iliberais”², onde os cidadãos vêem o estado de direito questionado por líderes eleitos, aqueles que acreditam que a democracia está funcionando mal em seu país são uma maioria na Hungria, Eslovênia e Polônia. À pergunta “o que mais ameaça a democracia em seu país”, o atual governo³ é a resposta mais citada pelos eslovenos (57%), poloneses (55%) e húngaros (53%).

Mas esta percepção negativa em relação ao funcionamento da democracia em seus países também é amplamente difundida na França, na Espanha e na Itália.

No Reino Unido, um país à parte da União Europeia desde 31 de dezembro de 2020, 41% dos entrevistados consideram que a democracia funciona mal. Esta proporção parece ser mais importante na medida em que o referendo de 23 de junho de 2016 poderia ter levado os britânicos a considerar que as decisões fundamentais para o seu futuro eram, de fato, de sua própria competência.

Nos Balcãs ocidentais, mais de dois terços (67%) dos respondentes consideram que a democracia não funciona bem em seus países. O mesmo se aplica nos casos em que a democracia não só está frágil e seriamente ameaçada, mas massacrada: a democracia não funciona bem para uma maioria significativa de moldavos, bielorrussos, ucranianos e georgianos.

Quando o país é liderado por líderes populistas, a avaliação de como a democracia funciona varia. Nas Filipinas, onde a presidência de Rodrigo Duterte cristaliza a recente ascensão do autoritarismo no Sudeste Asiático, 70% dos entrevistados acreditam que a democracia

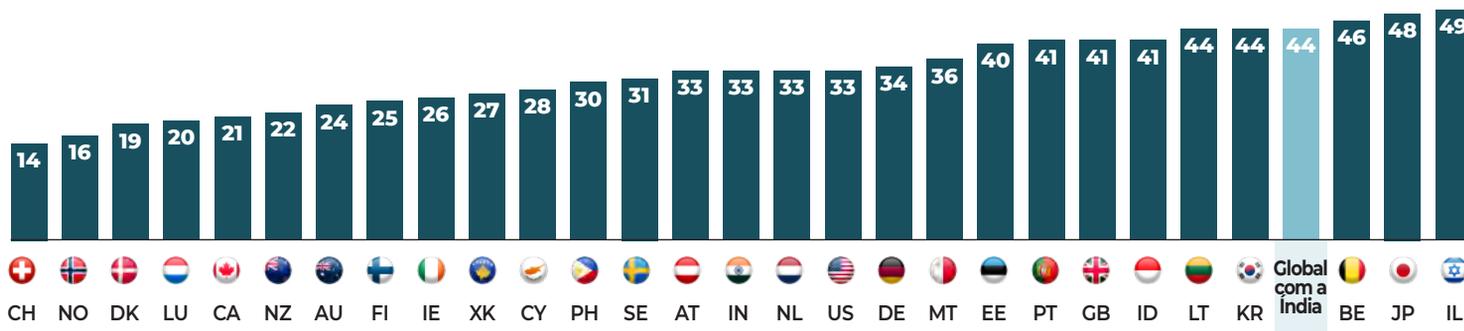
“funciona bem” no seu país. O mesmo se aplica a dois terços dos indianos. Por outro lado, os brasileiros se mostram severos na sua condenação do funcionamento da sua democracia, tal como os tunisianos, tomados por uma profunda crise política.

Metade dos respondentes acredita que a sua democracia funciona mal (em %)

Pergunta: “No seu país, diria que a democracia funciona...”

Respostas: “bastante mal” e “muito mal”

Base: conjunto da amostra



© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

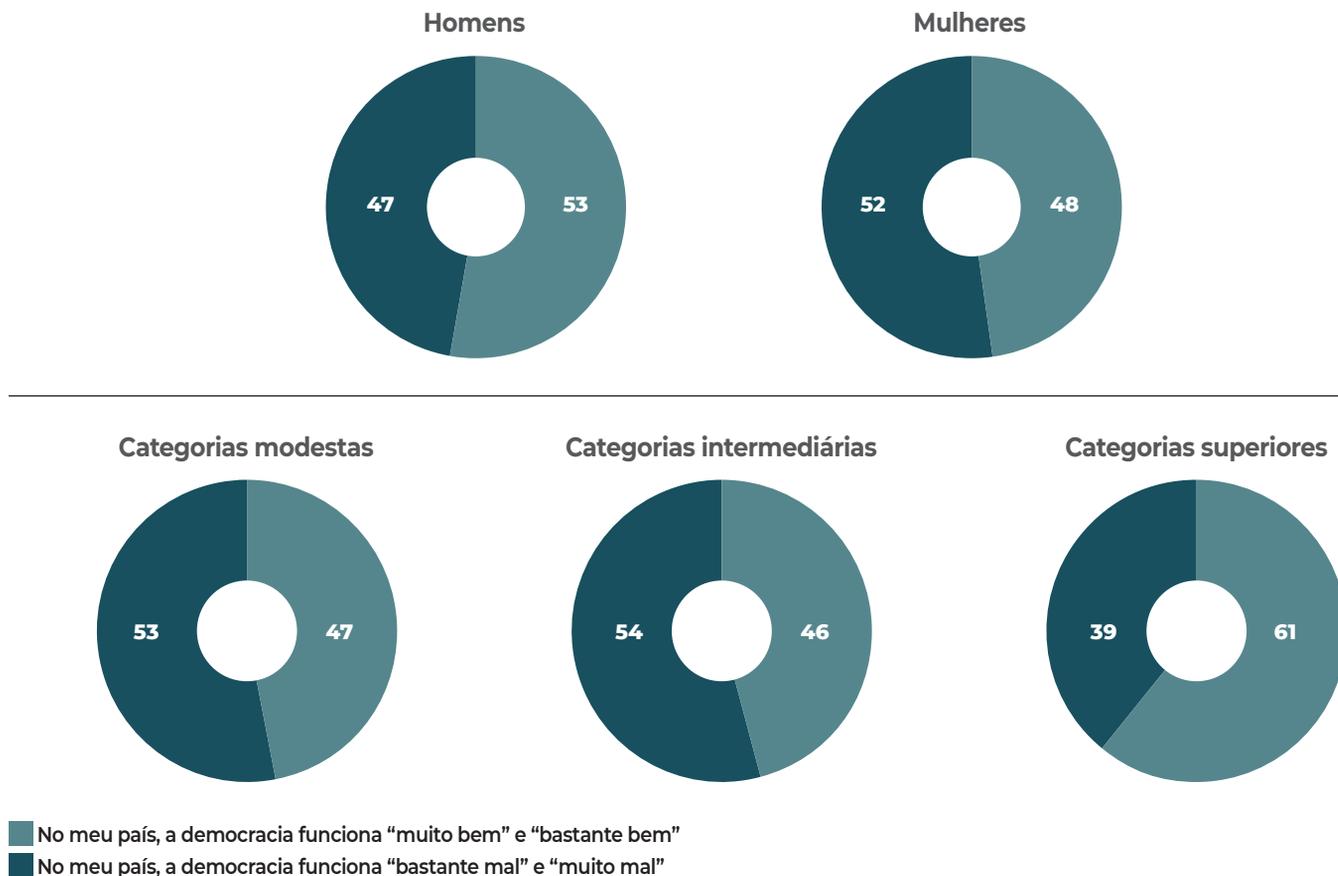
2. Yves Bertoni et Dominique Reynié, “The illiberal challenge in the European Union”, in András Sajó, Renáta Uitz, et Stephen Holmes (dir.), *Routledge Handbook of Illiberalism*, 2021, p. 822-839.

3. Os entrevistados foram convidados a escolher entre os seguintes tópicos: guerra civil, terrorismo, imigração, racismo, sexismo, desigualdade social e econômica, países autoritários, como China, Rússia, Turquia ou Irã, redes sociais, desinteresse dos cidadãos na política, o atual governo e, finalmente, a corrupção.

As mulheres e as categorias populares e de classe média são as mais críticas ao funcionamento da democracia (em %)

Pergunta: “No seu país, diria que a democracia funciona...”

Base: conjunto da amostra



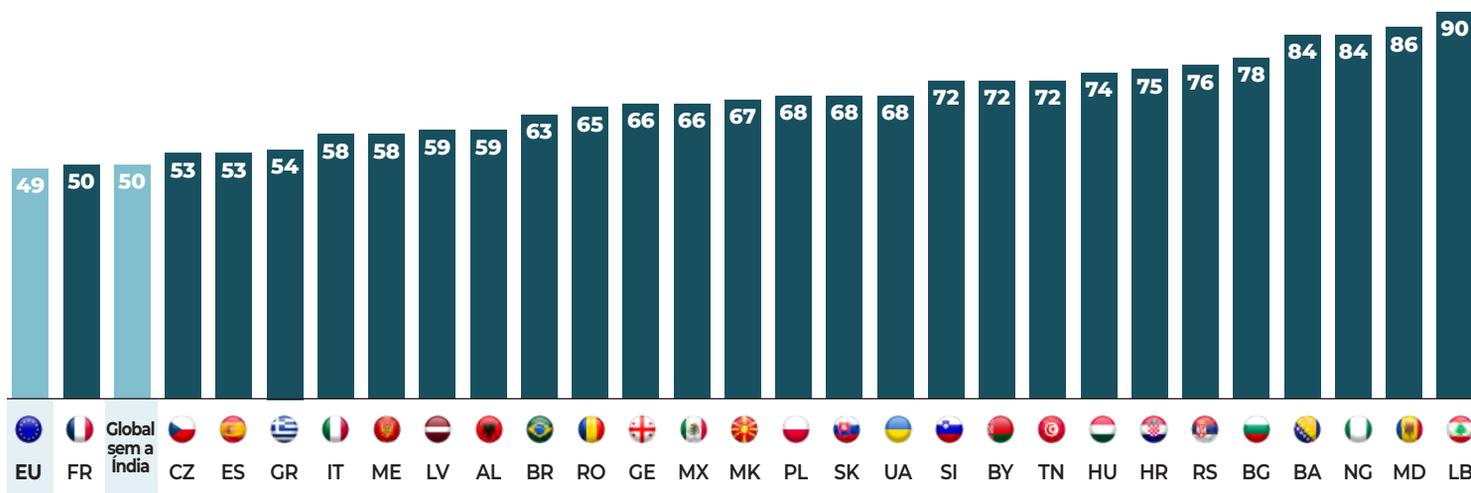
© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

Metade dos respondentes acredita que a sua democracia funciona mal (em %) - Segue

Pergunta: “No seu país, diria que a democracia funciona...”

Respostas: “bastante mal” e “muito mal”

Base: conjunto da amostra



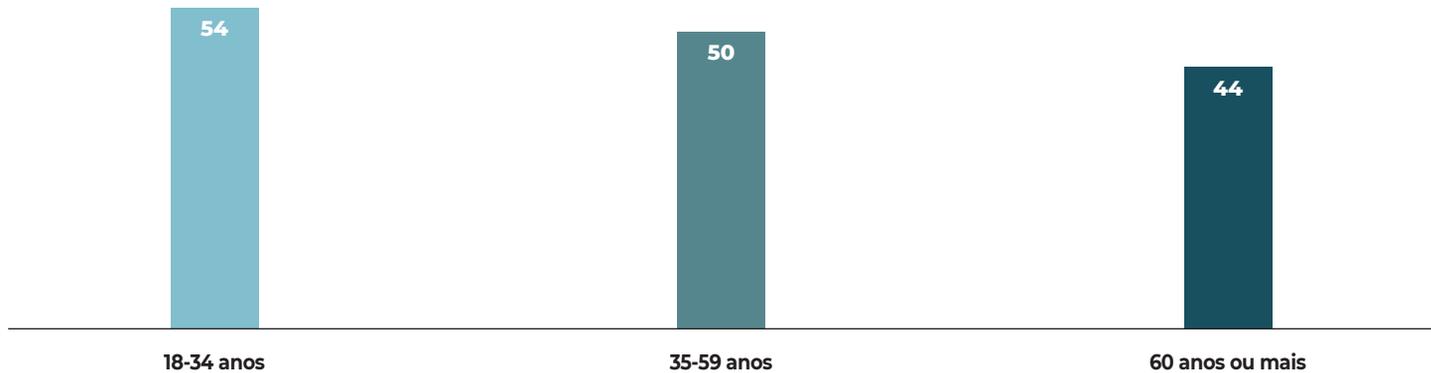
© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

As gerações mais jovens julgam a sua democracia de forma mais dura (em %)

Pergunta: “Em seu país, você diria que a democracia funciona...”

Respostas: “bastante mal” e “muito mal”

Base: conjunto da amostra



© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

A corrupção é vista como a principal ameaça à democracia

Convidamos os entrevistados a responder a seguinte pergunta: “o que você acha que mais ameaça a democracia em seu país?”. Um passo seguinte era classificar “em primeiro lugar” ou “em segundo lugar” duas problemáticas entre onze propostas⁴. Na análise dos resultados, retemos aqui o total das respostas “em primeiro lugar” ou “em segundo lugar”. Entre os onze itens, a corrupção aparece no topo, tendo 47% de respostas, quase um em cada dois entrevistados⁵. Os menores de 35 anos são mais sensíveis à corrupção como perigo para as democracias e representam 53% das respostas, comparados aos 36% entre 60 anos ou mais. Já as classes trabalhadoras (52%) e as classes médias (51%) estão mais preocupadas com a corrupção do que as classes altas (43%), assim como as

peças que indicam que têm dificuldades financeiras (57%), em comparação com as que declaram que não têm dificuldades (43%). Finalmente, deve-se notar que mais pessoas de direita (48%) que de esquerda (42%) citam a corrupção como a primeira ou segunda ameaça à democracia. Um flagelo em muitos aspectos, a corrupção produz efeitos particularmente perniciosos nos regimes democráticos, uma vez que não podem funcionar sem a confiança dos cidadãos. As crises relacionadas com a corrupção minam as democracias. Eles fomentam a insegurança e eventualmente geram desconfiança generalizada: 16% dos entrevistados pensam que “todas as pessoas que governam em nosso país são corruptas” e metade (50%) que “a maioria das pessoas que governam em nosso país são corruptas”. Apenas um terço (33%) considera que se trata apenas de uma “minoria”.

Corrupção e percepção do funcionamento da democracia (em %)

Base: conjunto da amostra

	No meu país, diria que a democracia funciona “muito bem” e “bastante bem”	No meu país, diria que a democracia funciona “bastante mal” e “muito mal”
“A corrupção” é uma das ameaças mais importantes à democracia no meu país	40	54
“A maioria” ou “todas as pessoas” que nos governam são corruptas	50	82
“Nenhum” ou “uma minoria” das pessoas que nos governa são corruptas	50	18

Esquema de leitura: entre os entrevistados que consideram que a democracia funciona bem em seu país, 40% acreditam que a corrupção é uma das mais importantes ameaças à sua democracia.

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

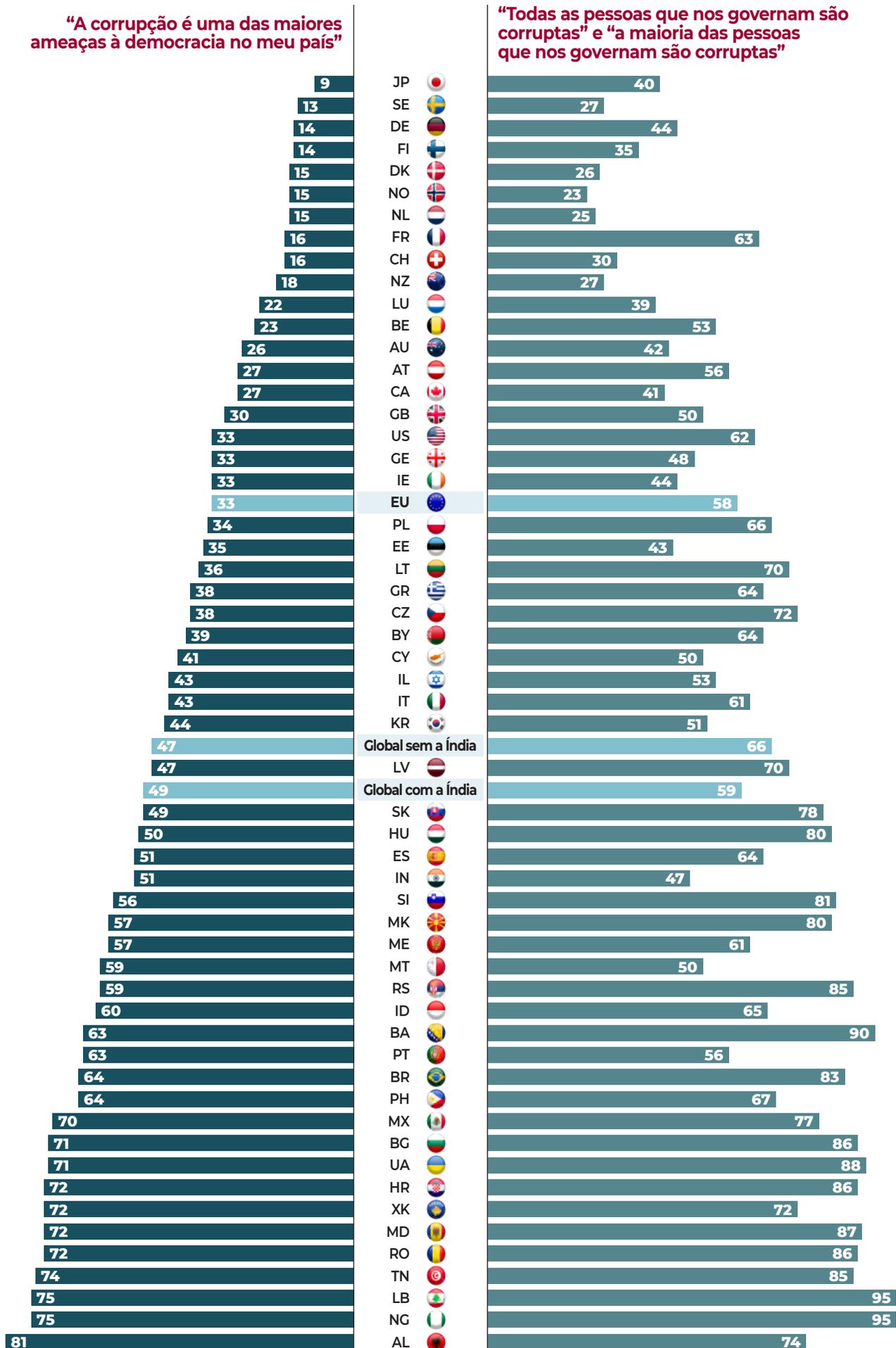
4. A guerra civil, o terrorismo, a imigração, o racismo, o sexismo, as desigualdades sociais e económicas, os países autoritários, como a China, a Rússia, a Turquia ou o Irã, as redes sociais, o desinteresse dos cidadãos pela política, o atual governo e, por último, a corrupção.

5. O questionário desta pesquisa foi aplicado entre junho e agosto de 2021, ou seja, antes da publicação dos documentos Pandora que, no início de outubro de 2021, revelaram as contas bancárias secretas de muitos líderes mundiais.

A luta contra a corrupção, uma questão importante (em %)

Perguntas: “Na sua opinião, até que ponto as pessoas que governam no seu país são corruptas?” ;
 “O que você acha que mais ameaça a democracia em seu país? (Em primeiro lugar, em segundo lugar)”

Base: conjunto da amostra



3. A eficácia do voto posta em questão

Um terço dos entrevistados questiona a utilidade do voto

Se o apreço ao voto é massivo, sua utilidade é discutida por uma minoria de 29% que considera que “votar não tem grande utilidade, pois os políticos não consideram a opinião do povo” (contra 71% que acreditam que é “útil votar, pois é graças às eleições que podemos fazer evoluir as coisas”). Esta visão depreciativa da utilidade do voto, e não do voto como princípio e mecanismo, não está ausente em alguns países da UE e é partilhada pela maioria dos letões, belgas e romenos, mas também por uma proporção significativa de croatas, búlgaros, franceses e espanhóis.

De todos os países estudados, são os sul-coreanos que respondem de forma mais volumosa que é “útil votar, pois é graças às eleições que podemos fazer evoluir as coisas”. Deve-se lembrar que em 15 de abril de 2020 eleições parlamentares foram realizadas na Coreia do Sul apesar da difusão da crise sanitária. O presidente sul-coreano Moon Jae-in considerou por um instante adiá-las por algum tempo, mas finalmente quis mostrar que a epidemia não deveria impedir o bom funcionamento da democracia. A participação eleitoral foi de 66,2%, a mais alta desde 1992.

Aqueles que vêem a globalização como uma ameaça estão mais propensos (36%) a considerar que votar é inútil do que aqueles que vêem a globalização como uma oportunidade (25%). Do mesmo modo, a ideia da inutilidade do voto é paradoxalmente mais difundida em cidades com menos de 15.000 habitantes (33%), que são aquelas onde mais se vota, do que em cidades com mais de 500.000 habitantes (26%), que são aquelas onde menos se vota.

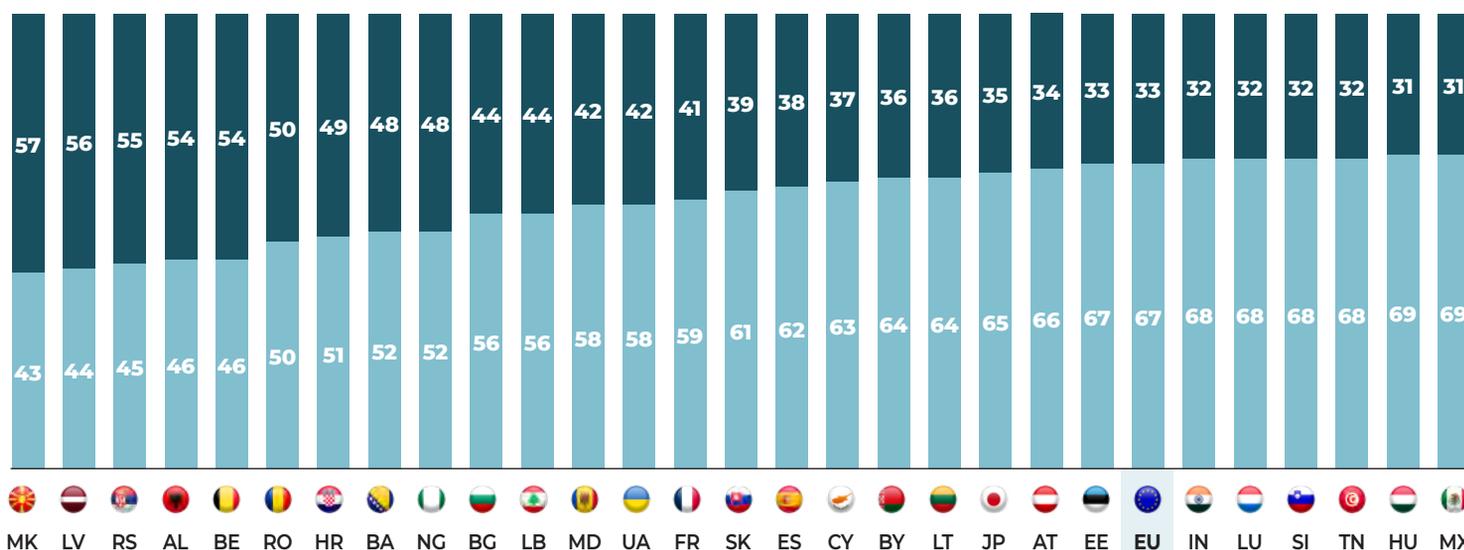
A transparência do processo eleitoral suscita dúvidas

Em termos globais, 43% dos respondentes consideram que o processo eleitoral não é transparente em seu país. Existem grandes disparidades entre países. Nos países do norte da Europa, a maioria dos noruegueses (87%), finlandeses (86%), dinamarqueses (84%) e suecos (83%) consideram o funcionamento das eleições no seu país transparente. Marcadores mais importantes são encontrados na Suíça (85%), Nova Zelândia (82%), Chipre e Canadá (81%), mas também na Austrália (79%), Israel (77%), Coreia do Sul (75%), nas Filipinas e no Reino Unido (72%). A Nigéria tem a média mais baixa (21%) de todos os países estudados.

Quase um terço dos respondentes (29%) considera que “não tem grande utilidade, pois os políticos não consideram a opinião do povo” (em %)

Pergunta: “De qual das seguintes opiniões você se sente mais próximo?”

Base: conjunto da amostra



■ “Votar não tem grande utilidade, pois os políticos não consideram a opinião do povo”
 ■ “É útil votar, pois é graças às eleições que podemos fazer evoluir as coisas”

Na União Europeia, a maioria dos húngaros (65%) e dos búlgaros (54%) consideram que as eleições se realizam de forma pouco transparente; o mesmo se aplica a metade dos italianos entrevistados (51%).

Essas avaliações são ainda mais difundidas nos Balcãs ocidentais, especialmente na Bósnia e Herzegovina (69%) e na Sérvia (65%), com exceção do Kosovo, onde 85% dos

entrevistados considera o processo eleitoral transparente. As eleições parlamentares de fevereiro de 2021 e, em seguida, as presidenciais de 3 e 4 de abril de 2021, trouxeram ares de mudança, uma vez que, pela primeira vez desde o final da guerra de 1999, os antigos comandantes do exército de libertação (UCK) já não dirigem o país⁶.

Revolta dos bielorrussos contra um processo eleitoral achincalhado

A eleição presidencial de agosto de 2020 foi marcada pela prisão de candidatos da oposição, urnas opacas, mesas de voto sem cortinas, escrutinadores espancados e presos, e jornalistas estrangeiros proibidos. Resultado: menos de um terço dos entrevistados (28%) considera o processo eleitoral transparente¹. A instrumentalização de uma crise migratória pelo regime de Lukashenko na fronteira polaca desde o verão de 2021 é um novo marco na crise que separa a Bielorrússia da União Europeia. 72% dos bielorrussos acreditam que a democracia não funciona bem no seu país.

No entanto, os dados recolhidos em nossa pesquisa revelam uma forte aspiração democrática por parte da população bielorrussa. Isso é evidenciado pelo compromisso com os ideais democráticos: 95% consideram importante “poder votar em um candidato de sua escolha” e 94% apoiam o “direito de dizer o que se pensa”. Os bielorrussos são 87% a favor da liberdade de imprensa, apesar de, em junho de 2021, o seu Governo ter forçado a aterragem do voo comercial da Ryanair 4978 (Atenas-Vilnius) no seu solo para prender o jornalista bielorrusso e adversário do regime Romano Protasevich.² A opção “ter um sistema político democrático com um parlamento eleito que controle o governo” é favorecida por 85% dos bielorrussos, enquanto 63% dizem que se opõem a “ter à sua frente um homem forte que não tem que se preocupar com o parlamento ou eleições”. Registramos que metade dos bielorrussos (49%) consideram a atitude da Rússia na cena internacional tranquilizadora (em comparação com uma média de 20%). E 32% que a consideram preocupante (contra 52%).

A população bielorrussa parece confiante no seu futuro: uma maioria (52%) pensa que o seu país será “melhor no futuro do que é hoje” (contra 36% para a média global).

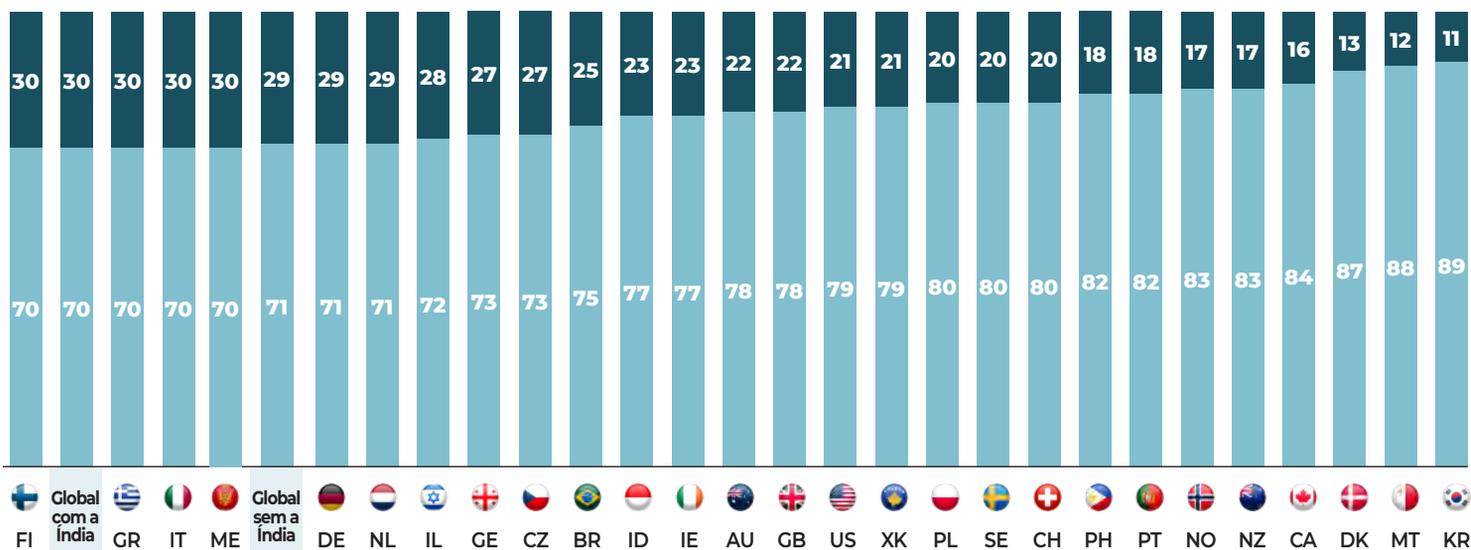
1. Mary Ilyushina, Helen Regan et Tara John, Protests in Belarus as disputed early election results give President Lukashenko an overwhelming victory, cnn.com, 10 de agosto de 2020 (<https://edition.cnn.com/2020/08/10/europe/belarus-election-protests-lukashenko-intl-hnk/index.html>).

2. Belarus plane: What we know and what we don't, bbc.com, 25 de junho de 2021 (www.bbc.com/news/world-europe-57239521).

Quase um terço dos respondentes (29%) considera que “não tem grande utilidade, pois os políticos não consideram a opinião do povo” (em %) - Segue

Pergunta: “De qual das seguintes opiniões você se sente mais próximo?”

Base: conjunto da amostra



■ “Votar não tem grande utilidade, pois os políticos não consideram a opinião do povo”
 ■ “É útil votar, pois é graças às eleições que podemos fazer evoluir as coisas”

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

6. Daniel Braun et Granit J. Tërnavá, *Parliamentary Election in Kosovo: Will the Victor also Become Prime Minister?*, Konrad-Adenauer-Stiftung, fevereiro de 2021 (www.kas.de/documents/252038/10987758/Parliamentary+Election+in+Kosovo+-+Will+the+Victor+also+Become+Prime+Minister.pdf/7588eadc-720b-1431-8a79-0153dd1ec530?version=1.0&t=1614094268879).

Existe um apoio significativo à ideia de condicionar o direito de voto às competências

A ideia de condicionar o acesso ao voto a determinadas competências intelectuais, ou seja, à instituição de um voto restrito à capacidade cognitiva, implica deixar de o conceder a todos. No entanto, a iniciativa tem um apoio público significativo: 43% dos entrevistados em todos os países afirmam que seria uma boa ideia “que apenas os cidadãos com um nível de conhecimento suficiente pudessem votar”.

Na União Europeia, esta ideia é partilhada por mais de um terço dos inquiridos (36%).

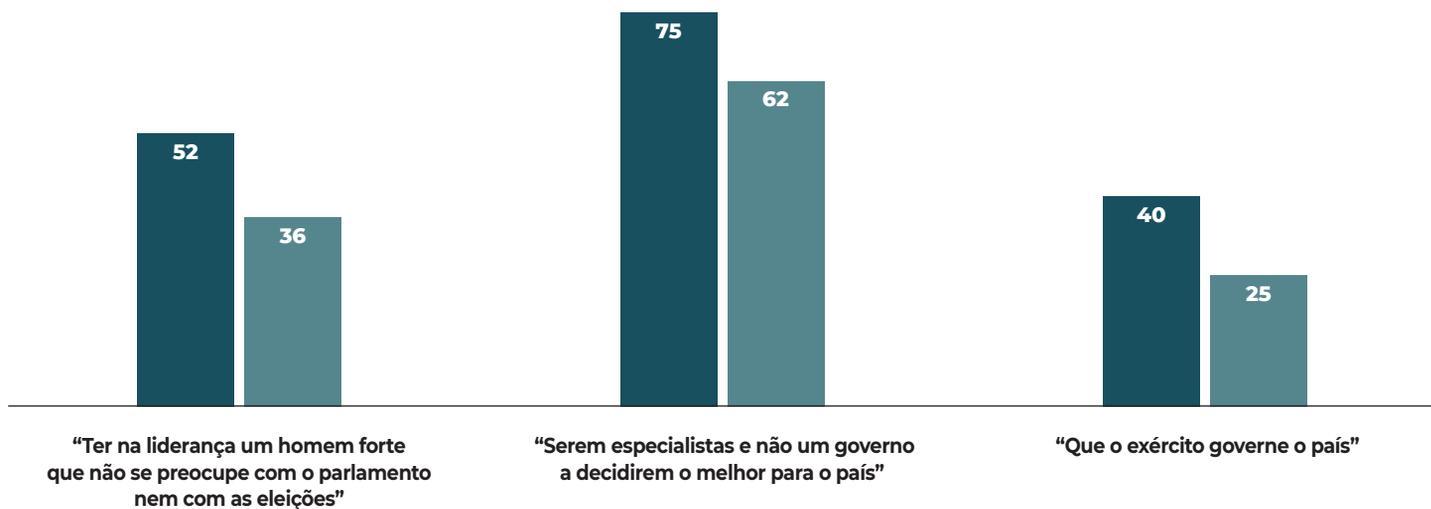
Mais importante ainda, são os jovens os mais favoráveis à ideia de uma votação baseada nas competências. Assim, metade das pessoas com menos de 35 anos (52%) aprovam esta ideia, contra 31% das pessoas com mais de 60 anos. Esta concepção elitista da participação eleitoral é ainda mais difundida entre as categorias socioprofissionais mais elevadas; são os executivos da empresa (63%) que mais aderem a este tipo de sufrágio de capacidade, à frente do pessoal de serviço e dos empregados comerciais (39%).

Os indivíduos favoráveis ao voto por habilidade são mais inclinados pelo “homem forte”, o governo dos “especialistas” e do “exército” (em %)

Pergunta: “Para cada sistema político seguinte, por favor diga se este modo de governar o país é / seria muito bom, bastante bom, bastante mau, ou muito mau”

Respostas: “Muito bom” e “bastante bom”

Base: conjunto da amostra



■ “Que só os cidadãos que têm um nível suficiente de conhecimento podem votar é / seria uma boa e muito boa maneira de governar o país”
 ■ Global sem a Índia

Esquema de leitura: dos entrevistados a favor de um voto capacitário, 52% acreditam que “ter um homem forte no comando que não tem que se preocupar com o parlamento ou as eleições” é/seria uma boa maneira de governar.

© Fondation pour l’innovation politique - Janeiro 2022

Praticamente metade das pessoas com menos de 35 anos (46%) consideram que o processo eleitoral no seu país não é transparente

As novas gerações estão comprometidas com as liberdades coletivas⁷: 93% dos jovens de 18-34 anos respondem que é importante poder participar no processo de tomada de decisão, 95% de poder votar nos candidatos de sua escolha e 95% de ter o direito de dizer o que você pensa. Mas, mais uma vez, a expressão desse apego encontra seu fundamento no sentimento de ameaças e perdas dessas mesmas liberdades. De fato, 44% dos jovens de 18-34 anos dizem que não se sentem livres para se expressarem, contra 31% dos 60 anos

de idade e mais velhos. Do mesmo modo, mais de metade dos jovens entre os 18 e os 34 anos (54%) consideram que a democracia não funciona bem no seu país, em comparação com 44% dos que têm 60 anos ou mais. À pergunta: “diria que o processo eleitoral no seu país é transparente?”, 46% dos menores de 35 anos respondem negativamente, em comparação com 37% daqueles com 60 anos ou mais.

A sensibilidade demonstrada em relação à ordem e à autoridade decorre também de uma pergunta sobre a eficácia do regime democrático. Assim, mais de um terço (35%) dos menores de 35 anos escolhem a opção “eu não me importaria se minhas liberdades fossem reduzidas um pouco se isso permitisse que o governo fosse mais eficaz”, em comparação com 28% para aqueles com mais de 60 anos.

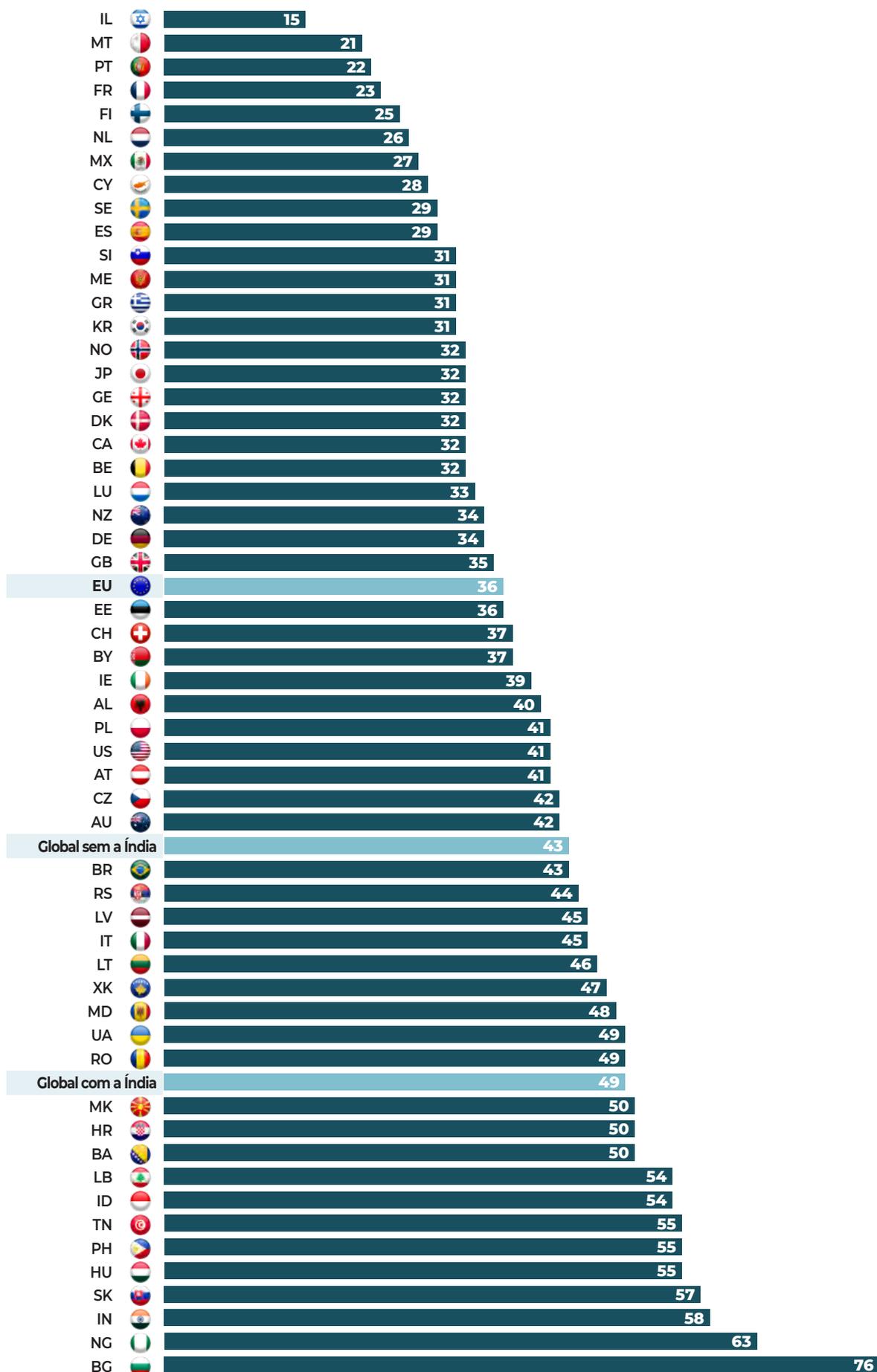
7. *The Role of Youth in Democratic Resilience. Resumo. Side-event held in the margins of the 73rd UNGA organized by the CoD and hosted by Romania, Community of Democracies*, outubro de 2018 (<https://community-democracies.org/app/uploads/2018/11/Summary-Report-on-The-Role-of-Youth-in-Democratic-Resilience.pdf>).

Para 43% dos cidadãos, o voto deve ser reservado para aqueles que têm “um nível suficiente de conhecimento” (em %)

Pergunta: “Para [que só os cidadãos com um nível suficiente de conhecimento possam votar], por favor diga se esta forma de governar o país é / seria muito bom, bastante com, bastante mau, muito mau”

Respostas: “muito bom” e “bastante bom”

Base: conjunto da amostra

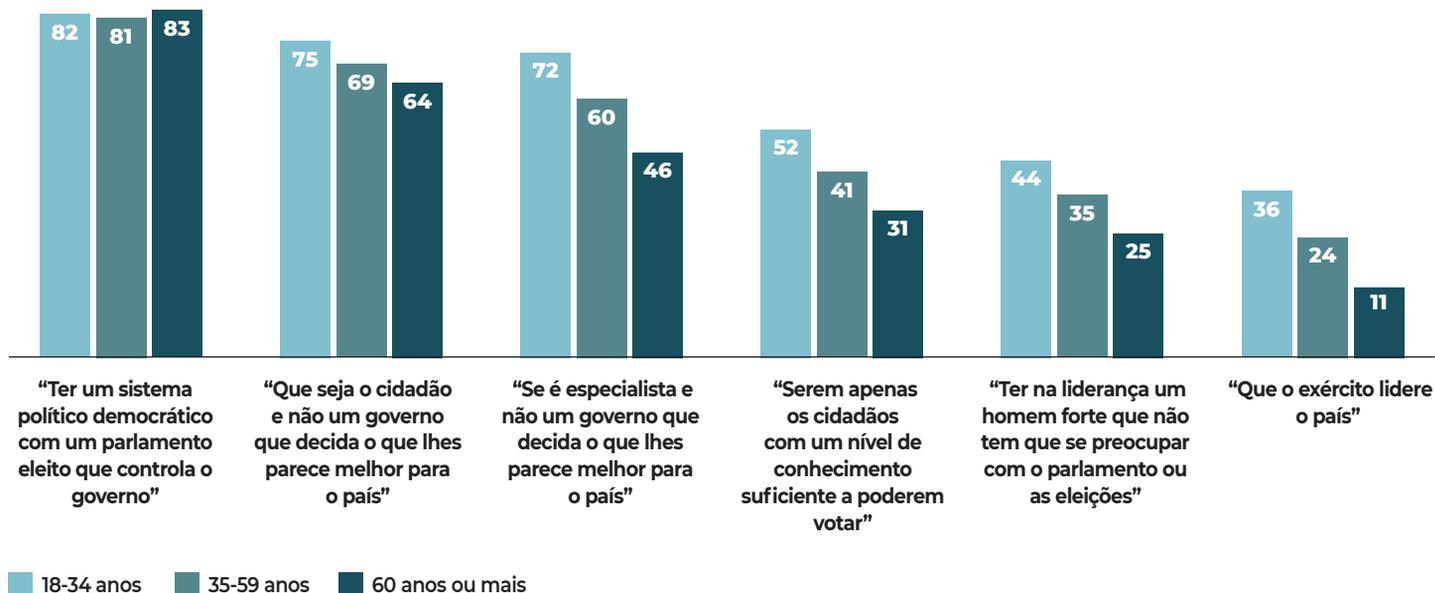


Convencidos pela democracia representativa, os mais jovens são também os mais sensíveis a outros sistemas políticos (em %)

Pergunta: “Para cada sistema político seguinte, por favor diga se este modo de governar o país é / seria muito bom, bastante bom, bastante mau, ou muito mau”

Respostas: “muito bom” e “bastante bom”

Base: conjunto da amostra



Esquema de leitura: 82% dos entre 18-34 anos de idade pensam que “ter um sistema político democrático com um parlamento eleito que controla o governo” “é/seria uma boa maneira de governar.

© Fondation pour l’innovation politique - Janeiro 2022

4. A política e os meios de comunicação social: a dupla crise de representação

Os entrevistados expressam uma forte desconfiança em relação às instituições políticas, especialmente aos partidos, ao parlamento, ao governo e aos sindicatos. Em comparação, a confiança aparece como maioria em relação a hospitais, profissões médicas, escolas, exército e polícia.

A insatisfação com a ação pública não é a única razão para esta desconfiança. O discurso político também é questionado. À pergunta: “você diria que suas ideias são representadas pelos partidos políticos de seu país?“, mais de quatro em cada dez pessoas (44%) respondem que não se sentem representadas por nenhum partido, enquanto menos de um terço (29%) acreditam que são representadas por um partido e um quarto (27%) por vários partidos. A maioria (60%) dos entrevistados escolhe a resposta:

“Na maioria das vezes, quando os políticos falam, fico com a impressão de que eles estão falando sobre temas que não me dizem respeito.”

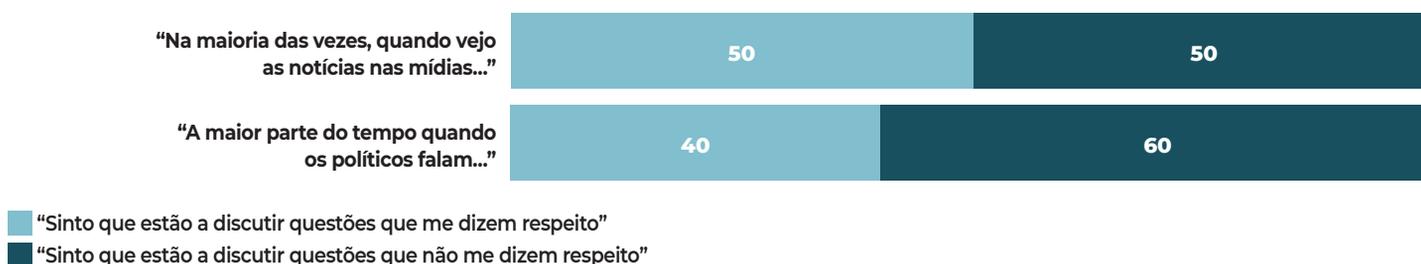
Mas esta crise do discurso político deve estar ligada a uma crise do mesmo tipo e magnitude: a do discurso midiático. Se a maioria dos cidadãos (56%) expressa sua desconfiança em relação aos meios de comunicação, metade (50%) também escolhe a resposta: “na maioria das vezes, quando vejo as notícias nos meios de comunicação, fico com a impressão de que eles estão falando sobre temas que não me preocupam.”

Esta dupla crise de representação contribui para os problemas do mundo democrático. Este sentimento de distância entre os cidadãos e seus representantes pode explicar, pelo menos em parte, por que muitos eleitores se afastam das urnas ou votam a favor dos populistas⁸. O alto nível de insatisfação com a representação política muitas vezes coincide com um nível significativo de insatisfação relativa à representação dos meios de comunicação.

8. Ver Dominique Reynié (dir.), 2022, *le risque populiste en France, vagues 1 à 6, 2022, the populist risk in France, waves 1 to 6*, Fondation pour l’innovation politique, 2019-2022 (disponível em www.fondapol.org e www.fondapol.org/en).

A crise da representação política se duplica com uma crise da representação dos meios de comunicação (em%)

Base: conjunto da amostra



■ "Sinto que estão a discutir questões que me dizem respeito"

■ "Sinto que estão a discutir questões que não me dizem respeito"

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

"Sinto que estão a discutir questões que não me dizem respeito" (em %)

Base: conjunto da amostra

		"A maior parte do tempo quando os políticos falam..."		"A maior parte do tempo, quando olho para as notícias nos meios de comunicação social..."	
		"Sinto que estão a discutir questões que não me dizem respeito"	"Sinto que estão a falar de temas que não me dizem respeito"	"Sinto que estão a discutir questões que não me dizem respeito"	"Sinto que estão a falar de temas que não me dizem respeito"
	Global	40	60	50	50
Sexo	Homens	39	61	48	52
	Mulheres	40	60	52	48
Idade	18-34 anos	41	59	49	51
	35-59 anos	38	62	50	50
	60 anos ou mais	41	59	53	47
Categorias socioprofissionais	Categorias modestas	35	65	45	55
	Categorias intermediárias	40	60	51	49
	Categorias superiores	47	53	53	47
Categoria de aglomeração	Cidades com menos de 15.000 habitantes	39	61	47	53
	Cidades de 15 001 a 100.000 habitantes	40	60	50	50
	Cidades de 100 001 a 500.000 habitantes	40	60	51	49
	Cidades com mais de 500.000 habitantes	40	60	53	47
Idade de formatura	Antes de 21 anos	38	62	47	53
	21 anos ou mais	40	60	51	49
	Ainda estudante	41	58	54	46
Auto-posicionamento na escala esquerda-direita	Esquerda	45	55	58	42
	Centro	39	61	52	48
	Direita	42	58	49	51
Interesse pela política	Sim	47	53	56	44
	Não	30	70	41	59
No seu país, diria que a democracia funciona...	"Muito bem" e "Bastante bem"	46	54	54	46
	"Bastante mal" e "Muito mal"	33	67	46	54
Opinião sobre a globalização	A globalização é uma oportunidade	44	56	56	44
	A globalização é uma ameaça	32	68	38	62
Opinião sobre a situação do agregado familiar no final do mês	Bastante difícil	37	63	50	50
	Bastante fácil	43	57	51	49

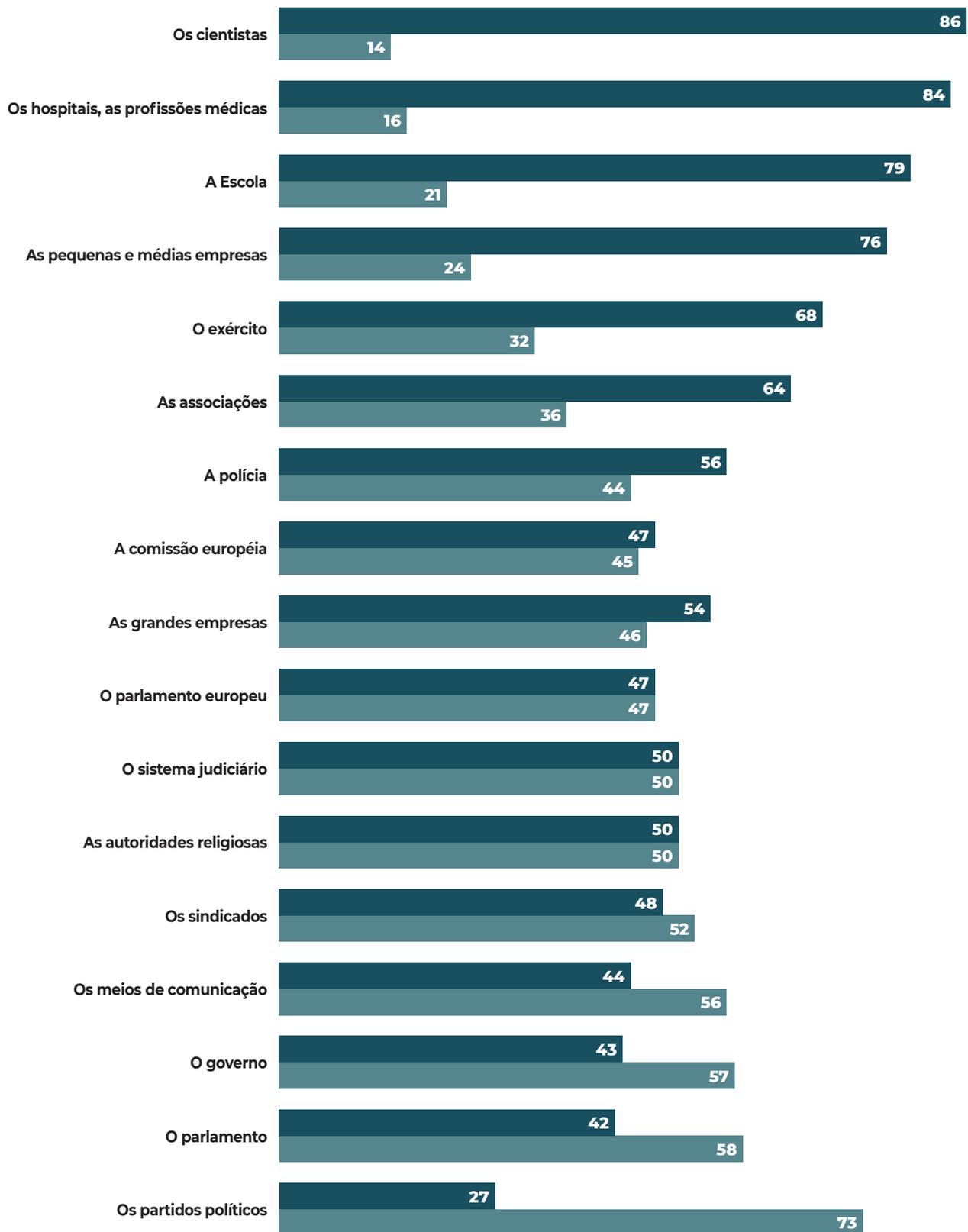
Note: a diferença entre os totais e 100% representa as não-respostas

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

Indispensáveis à democracia, os partidos são no entanto rejeitados (em %)

Pergunta: “Para cada instituição, diga-me se confia plenamente, confia bastante, não confia muito ou não confia de todo nelas.”

Base: conjunto da amostra



■ “Confio plenamente” e “confio bastante” ■ “Não confio muito” e “não confio de todo”

Note: a diferença entre os totais e 100% representa as não-respostas

© Fondation pour l’innovation politique - Janeiro 2022

5. Liberdade de opinião e pluralismo no centro da democracia

Mais de metade dos entrevistados (57%) são a favor da pena de morte

Ano após ano, observa-se uma tendência de queda no número de condenações à morte e execuções em todo o mundo. No início de 2022, mais de dois terços dos países já não aplicavam a pena de morte, nem na lei nem prática.⁹ Entre os países da nossa pesquisa, a Bielorrússia, os Estados Unidos, a Índia, a Indonésia, o Japão e a Nigéria estão entre os países que ainda a praticam. A Coreia do Sul, o Líbano e a Tunísia respeitam uma moratória sobre as execuções, enquanto o Brasil e Israel aboliram a pena de morte por crimes comuns.

No entanto, a maioria dos entrevistados (57% em todos os países) continua a ser a favor da pena de morte. Nos países que não a aboliram, o apoio é forte: 74% dos sul-coreanos e japoneses, 73% dos tunisianos, 70% dos indonésios, 67% dos americanos, 58% dos indianos e libaneses. No entanto, a proporção de nigerianos (50%) e bielorrussos (51%) que apoiam a pena de morte está abaixo da média (57%), embora ela ainda seja praticada nesses países. O mesmo se aplica aos estados que se tornaram abolicionistas, para além dos chamados crimes excepcionais.

(50% dos brasileiros e israelenses). Nos países da região Ásia-Pacífico incluídos na nossa pesquisa, a pena capital é apoiada na Austrália, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, Japão, Nova Zelândia e Filipinas¹⁰. Na União Europeia, a situação é diferente, assim como as posições da opinião pública. A luta contra a pena de morte é descrita como uma “grande prioridade da política da União Europeia em matéria de direitos humanos”, ela deixou de existir em seu território e sua abolição passou a ser uma das condições de entrada para os países candidatos. No âmbito da Presidência do Conselho da União Europeia, de 1 janeiro a 30 de junho de 2022, o presidente francês Emmanuel Macron anunciou que queria convencer os líderes dos países que ainda praticam a pena capital a aboli-la. No entanto, em 10 países da União Europeia, a opinião pública continua a ser a favor da pena de morte; este é o caso dos tchecos (59%), búlgaros e húngaros (54%), lituanos (52%), franceses e poloneses (51%), os estonios (50%), letões (49%), belgas e croatas (48%). Nos Balcãs ocidentais, o apoio à pena de morte alcança 68% na Sérvia e 53% na Albânia, mas é minoritário na Bósnia E Herzegovina e no Montenegro (47%), bem como no norte da Macedônia (38%) e no Kosovo (25%).

Países da pesquisa onde a pena de morte foi abolida: Albânia, Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Canadá, Croácia, Chipre, República Tcheca, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Geórgia, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Kosovo, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, México, Moldávia, Montenegro, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Filipinas, Polónia, Portugal, Romênia, Sérvia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suécia, Suíça, Ucrânia, Reino Unido e Ucrânia

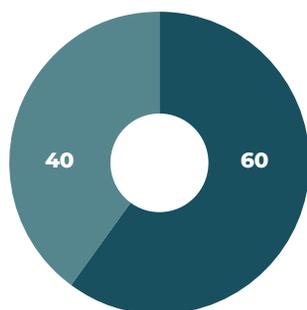
Países da pesquisa onde a pena de morte não foi abolida: Bielorrússia, Brasil, Coreia do Sul, USA, Índia, Indonésia, Israel, Japão, Líbano, Nigéria e Tunísia.

A opinião nos países e a legislação em matéria de pena de morte estão de acordo (em %)

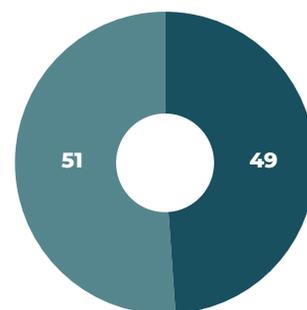
Pergunta: “Apoia ou opõe-se à pena de morte?”

Base: conjunto da amostra

Média dos 11 países da pesquisa onde a pena de morte ainda existe



Média dos 44 países da pesquisa onde a pena de morte foi abolida



■ “Totalmente a favor” e “a favor” ■ “Bastante contra” e “totalmente contra”

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

9. A partir de setembro de 2021, a situação era a seguinte: “106 Estados aboliram a pena de morte para todos os crimes, 8 aboliram-na para crimes comuns, 50 estão a observar uma moratória sobre as execuções na lei ou na prática, ou seja, um total de 164 Estados. Por outro lado, a pena de morte ainda é aplicada em 54 estados e territórios” (França diplomática, “abolição da pena de morte”, atualizado em setembro de 2021, www.diplomatie.gouv.fr/fr/politique-etrangere-de-la-france/droits-de-l-homme/abolition-de-la-peine-de-mort).

10. Em 2 de Março de 2021, a Câmara dos Representantes das Filipinas aprovou a Lei nº7814 para a reintrodução da pena de morte em virtude da lei geral sobre as drogas perigosas de 2002. Este projeto de lei é o culminar da pressão do presidente Rodrigo Duterte para restaurar a pena de morte abolida em 2006. Ver *Statement of Commissioner Karen Gomez-Dumpit on the Passage of House Bill No. 7814, providing for the “Presumption of Guilt” and Reintroduction of the Death Penalty as amendments to the Comprehensive Dangerous Drugs Act of 2002*, 3 de março de 2021.

A pena de morte, quem é a favor, quem é contra? (em %)

Pergunta: “Apoia ou opõe-se à pena de morte?”

Base: conjunto da amostra

		“Totalmente a favor” e “bastante favorável”	“Bastante contra” e “totalmente contra”
	Global	57	43
Sexo	Homens	59	41
	Mulheres	55	45
Idade	18-34 anos	58	42
	35-59 anos	58	42
	60 anos ou mais	53	47
Categorias socioprofissionais	Categorias modestas	61	39
	Categorias intermediárias	57	43
	Categorias superiores	57	43
Auto-posicionamento na escala esquerda-direita	Esquerda	40	60
	Centro	58	42
	Direita	66	34
Interesse pela política	Sim	56	44
	Não	59	41
Opinião sobre a globalização	A globalização é uma oportunidade	55	45
	A globalização é uma ameaça	61	39
Categoria de aglomeração	Cidades com menos de 15.000 habitantes	55	45
	Cidades de 15.001 a 100.000 habitantes	55	45
	Cidades de 100.001 a 500.000 habitantes	59	41
	Cidades com mais de 500.000 habitantes	59	41
Idade de formatura	Antes de 21 anos	60	40
	21 anos ou mais	57	43
	Ainda estudante	50	50

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

O direito ao aborto, quem é a favor, quem é contra? (em %)

Pergunta: “Você apoia ou se opõe ao direito ao aborto?”

Base: conjunto da amostra

		“Totalmente a favor” e “bastante favorável”	“Bastante contra” e “totalmente contra”
	Global	55	45
Sexo	Homens	54	46
	Mulheres	56	44
Idade	18-34 anos	50	50
	35-59 anos	54	46
	60 anos ou mais	67	33
Categorias socioprofissionais	Categorias modestas	49	51
	Categorias intermediárias	50	50
	Categorias superiores	62	38
Auto-posicionamento na escala esquerda-direita	Esquerda	75	25
	Centro	55	45
	Direita	45	55
Interesse pela política	Sim	58	42
	Não	52	48
Opinião sobre a globalização	A globalização é uma oportunidade	55	45
	A globalização é uma ameaça	55	45
Categoria de aglomeração	Cidades com menos de 15.000 habitantes	52	48
	Cidades de 15.001 a 100.000 habitantes	62	38
	Cidades de 100.001 a 500.000 habitantes	60	40
	Cidades com mais de 500.000 habitantes	49	51
Idade de formatura	Antes de 21 anos	58	42
	21 anos ou mais	54	46
	Ainda estudante	52	48

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

O direito ao aborto é questionado

A tolerância da opinião em relação ao aborto varia de acordo com os contextos políticos, sociais e culturais dos países. Do mesmo modo, de acordo com as suas crenças, os entrevistados adotam posições progressistas ou conservadoras em relação ao aborto, ao passo que todas as religiões monoteístas se opõem.

Em geral, 45% dos entrevistados afirmam que se opõem ao direito ao aborto. Embora a maioria (55%) seja a favor, a transmissão geracional deste direito não parece garantida: de fato, metade dos jovens de 18-34 anos (50%) são contra o aborto, comparados aos 33% dos de 60 anos ou mais. As diferenças de gênero são muito pequenas para serem significativas, mas observamos homens parecem ser mais contrários ao aborto (46%) do que mulheres (44%). Note-se também que entre as categorias populares (51%) e intermediárias (50%), a hostilidade aos direitos ao aborto é muito maior do que a registrada entre as categorias mais elevadas (38%). O estado civil é outro indicador: as pessoas casadas opõem-se mais fortemente (47%) ao direito ao aborto do que as pessoas divorciadas ou separadas (33%). Do mesmo modo, a maioria (56%) das pessoas entrevistadas com três ou mais filhos não são a favor, em comparação com 41% dos entrevistados sem filhos. A percepção do futuro oferece outra linha de leitura: os indivíduos que pensam que o seu país estará pior amanhã do que hoje são menos numerosos (41%) a ser contrários ao aborto do que aqueles que acreditam que o seu país estará melhor amanhã em comparação a hoje (55%).

Sabe-se que as leis diferem muito em função dos países: em alguns deles o aborto é permitido sem reserva, a pedido da mulher. Em outros, é estritamente proibido e punido. Entre estes dois casos, existem ainda aqueles que permitem o aborto sob determinadas condições, mais ou menos restritivas, por exemplo, quando a gravidez é consequência de violação ou incesto, no caso de malformações do feto, risco para a saúde física ou mental da mulher grávida, etc.

Dos países estudados em nossa pesquisa, apenas Malta e as Filipinas proíbem qualquer tipo de aborto, para satisfação de sua população, já que 87% dos malteses e três quartos de Filipinos (76%) são hostis ao direito ao aborto. Malta, cujos cidadãos são quase todos católicos, continua a ser o único país da União Europeia onde o aborto é estritamente proibido: mulheres que interrompem voluntariamente uma gravidez, assim como os envolvidos no ato, enfrentam até três anos de prisão.

Em outros países, o aborto não é permitido a menos que haja condição de risco de vida da mulher grávida. É o caso do Brasil, Indonésia, Líbano, México e Nigéria. Nestes países, as pessoas opõem-se fortemente ao direito ao aborto. Desde janeiro de 2021, a Polônia, na sequência de uma decisão de sua suprema corte, enrijeceu as condições jurídicas que permitem o acesso ao aborto. A partir de agora, o aborto só é permitido em casos de violação, incesto ou pondo em perigo a vida de mulheres grávidas. Esta legislação suscitou muitos protestos. Mais de metade dos poloneses apoiam o direito ao aborto.

É interessante notar que nos países de nosso estudo onde o aborto é disponível por decisão da mulher grávida, a hostilidade para com o direito ao aborto é a maioria entre os georgianos (74%), albaneses (70%), montenegrinos (69%), kosovares (66%), moldavos (61%), os tunisianos (58%) e os cipriotas (51%)¹¹.

Nos Estados Unidos, dois terços dos entrevistados (67%) apoiam o direito ao aborto, um nível comparável ao registrado em 2018 (68%) e em 2017 (64%). Neste país, o direito ao aborto sempre opôs democratas e republicanos, e os nossos dados mostram que apenas 9% dos americanos que se definem à esquerda na escala política são contra os direitos ao aborto, em comparação com 49% dos que se dizem de direita.

Se a União Europeia se distingue do resto do mundo no que se refere à pena de morte e ao direito ao aborto... (em %)

Perguntas: “você apoia ou se opõe [à pena de morte; ao direito ao aborto]?”

Base: conjunto da amostra

	EU	Global sem a Índia
“Totalmente a favor” e “a favor” da pena de morte	41	57
“Totalmente a favor” e “a favor” do direito ao aborto	83	55

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

... persistem diferenças entre os Estados-Membros do Ocidente e os do Leste (em %)

Perguntas: “você apoia ou se opõe [à pena de morte; ao direito ao aborto]?”

Base: países da União Europeia

	UE Oeste	UE Leste
“Totalmente a favor” e “a favor” da pena de morte	38	51
“Totalmente a favor” e “a favor” do direito ao aborto	86	73

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

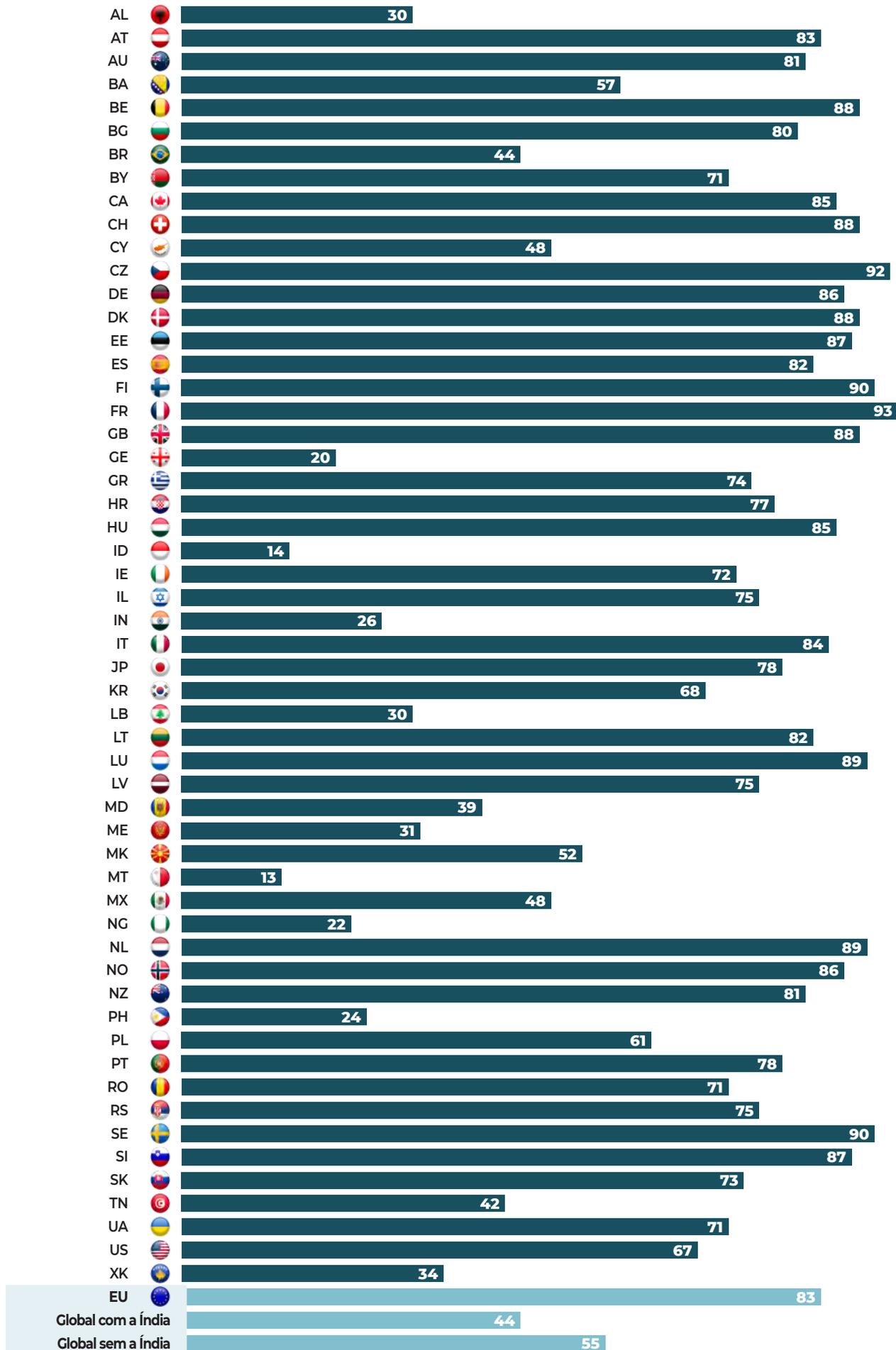
11. Ver Center for Reproductive Rights, “The World’s Abortion Laws”, [reproductiverights.org](https://maps.reproductiverights.org/worldabortionlaws), 2021 (<https://maps.reproductiverights.org/worldabortionlaws>).

Nível de apoio ao direito ao aborto (em %)

Pergunta: "Você é a favor ou contra [o direito ao aborto]?"

Respostas: "Totalmente a favor" e "a favor"

Base: conjunto da amostra

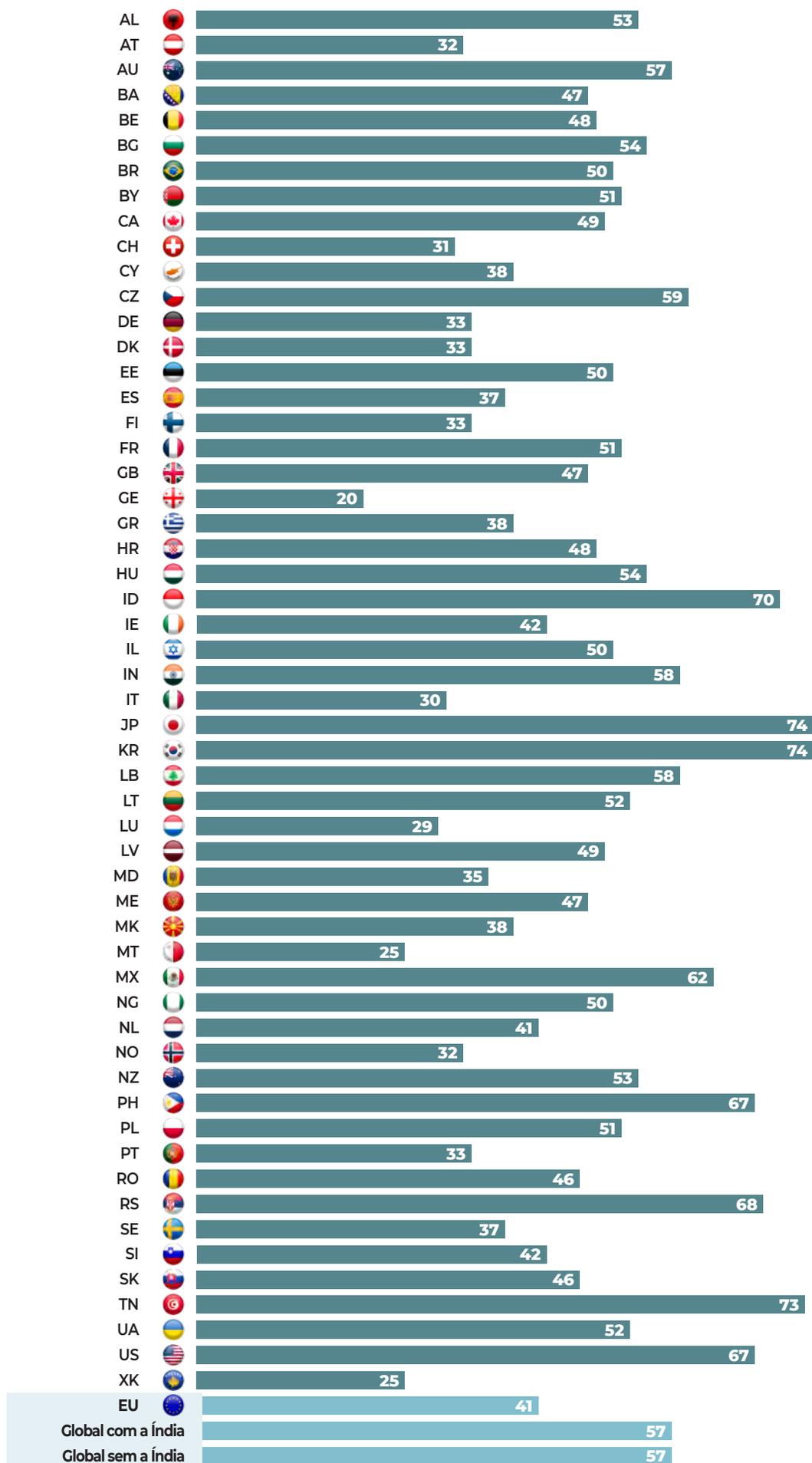


Nível de apoio à pena de morte (em %)

Pergunta: “É a favor ou contra à pena de morte?”

Respostas: “Totalmente a favor” e “a favor”

Base: conjunto da amostra



O Estado deve dar mais liberdade às empresas

O mundo democrático tem um olhar positivo sobre a globalização. Quase dois terços dos entrevistados consideram-na uma “oportunidade” (65%) mais do que uma ameaça (35%). Do mesmo modo, há um apreço ao liberalismo económico aqui

definido como limitação do papel do estado na economia e o fortalecimento da liberdade de negócios: 58% considera que “o papel do governo na economia deve ser limitado e a liberdade das empresas deve ser reforçada”, enquanto os restantes 42% querem um papel mais forte do estado e maior controle do negócio.

A liberdade das empresas é desejada por todas as categorias socioprofissionais (em %)

Pergunta: “Em termos de política económica, diria que:”

Base: conjunto da amostra

	“É necessário reforçar o papel do Estado na economia e limitar a liberdade das empresas”	“É necessário limitar o papel do Estado na economia e fortalecer a liberdade das empresas”
Global	42	58
Executivos	40	60
Profissões intelectuais ou científicas	41	59
Profissões intermédias assalariadas	45	55
Pequenos empresários	46	54
Trabalhadores especializados	46	54
Operários especializados	45	55
Pessoal dos serviços e trabalhadores comerciais, trabalhadores pouco especializados e trabalhadores manuais	41	59
Aposentados	36	63
Desempregados	42	58

Note: a diferença entre os totais e 100% representa as não-respostas

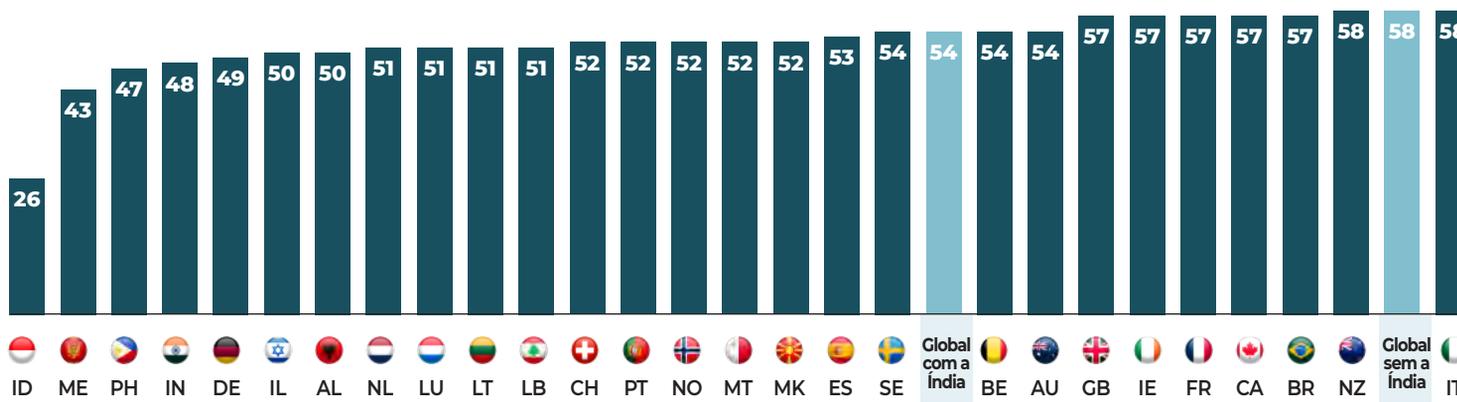
© Fondation pour l’innovation politique - Janeiro 2022

O estado deveria dar mais liberdade às empresas? (em %)

Pergunta: “Em termos de política económica, diria que:”

Resposta: “É necessário limitar o papel do Estado na economia e fortalecer a liberdade das empresas”

Base: conjunto da amostra



© Fondation pour l’innovation politique - Janeiro 2022

O liberalismo econômico e o liberalismo político na Europa central

“Juntamente com esta recomposição do campo intelectual e político favorável a uma redescoberta do liberalismo político, a decomposição da economia socialista e o fracasso das reformas favoreceram a redescoberta do liberalismo econômico. Assim, especialmente na Polônia e na Hungria, e depois na Tchecoslovaquia, o pensamento econômico liberal foi mostrado como uma alternativa ao fracasso do estatismo. Os autores conheciam muito bem os bloqueios da economia administrada, mas muito pouco sobre o funcionamento do “capitalismo real” no Ocidente. Depois de quarenta anos de estatismo, o estado mínimo, que parecia ser a resposta adequada à crise e no contexto da década de 1980, marcada pela influência de “neo-liberalismo” no Ocidente, os liberais do socialismo findaram por se inclinar de bom grado na direção dos teóricos do mercado livre da Escola de Chicago que - retorno às origens, tiveram sua origem na Europa Central! O historiador Tony Judt fala, sobre o neoliberalismo dos anos Reagan-Thatcher, “da vingança dos Austríacos”: Hayek, von Mises, Schumpeter, Popper, Drucker, nascidos nos quatro cantos do Império Austro-húngaro, todos marcados pela catástrofe austríaca e a pergunta: por que e como é que uma democracia liberal sucumbiu, entre fevereiro de 1934 e o Anschluss de 1938, com a tentação totalitária. A melhor garantia para preservar uma “sociedade aberta”, concluiu, foi minimizar a interferência do Estado na economia e na sociedade. Esta mensagem foi retomada pelos economistas liberais que desenvolveram as reformas econômicas para a saída do comunismo depois de 1989.”

Jacques Rupnik, “La crise du libéralisme en Europe centrale”, *Commentaire*, nº 160, hiver 2017.

Em um mundo de desconfiança, as empresas ainda despertam confiança (em %)

Pergunta: “para [PME (Pequenas e Médias Empresas) ; as grandes empresas], diga-me se confia plenamente, confia bastante, não confia muito ou não confia de todo nelas.”

Base: conjunto da amostra



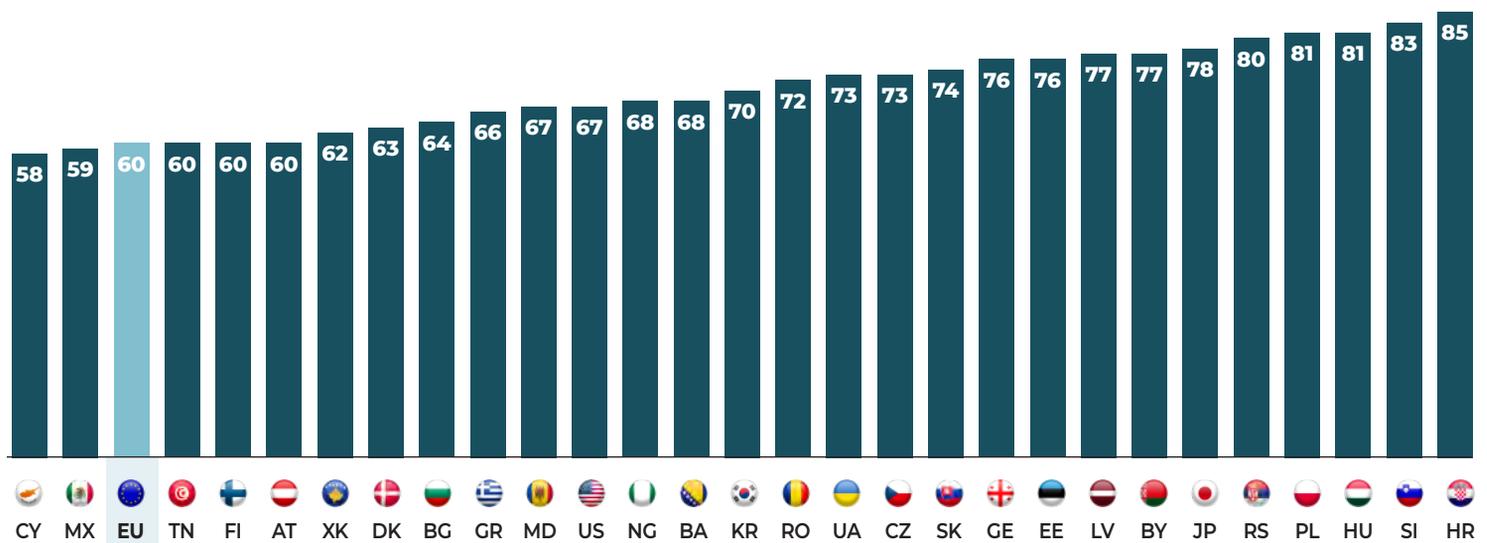
© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

O estado deveria dar mais liberdade às empresas? (em %) - Segue

Pergunta: “Em termos de política econômica, diria que:”

Resposta: “É necessário limitar o papel do Estado na economia e fortalecer a liberdade das empresas”

Base: conjunto da amostra



© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

6. Diante da Covid-19, os cidadãos reivindicam o seu compromisso com a liberdade

Apenas uma minoria de indivíduos está disposta a reduzir suas liberdades em troca de uma maior eficiência

No mundo democrático, dois terços (67%) dos entrevistados escolhem a resposta “mesmo que isso tornasse o governo mais eficiente, não aceitaria ter menos liberdades”. No entanto, parte das pessoas entrevistadas estariam dispostas a reduzir as liberdades, admitida em nome de uma suposta maior eficiência. A forma como a China lidou com a pandemia da Covid-19 tem sido capaz de reforçar a aceitabilidade do regime autoritário entre alguns cidadãos. Metade dos entrevistados no nosso estudo (51%) concorda com a ideia de que “os governos autoritários são mais eficazes do que os governos democráticos em derrotar as pandemias, como a de Covid-19”, a outra metade (49%) não concorda com esta declaração.

Um terço dos entrevistados (33%) optaram pela resposta “não me importaria de ter menos liberdades se isso tornasse o governo mais eficiente”. Se considerarmos a idade dos respondentes, esta opinião pode ter um certo futuro: 35% dos entre 18 e 34 anos, 34% dos entre 35 e 59 anos e 28% dos que tem 60 e mais velhos concordaram em reduzir as suas liberdades. As pessoas com menos de 35 anos (61%) também pensam que os regimes autoritários são mais eficazes no tratamento de pandemias (36% entre as pessoas com mais de 60 anos).

Entre os entrevistados que consideram que “ter um homem forte à frente do Estado” é algo positivo, dois terços (66%) acreditam que os governos autoritários são os mais eficazes em lidar com uma pandemia. Esta ideia também é amplamente compartilhada (71%) entre aqueles que são a favor que o exército dirija o país.

Entre as pessoas que concordam em reduzir “um pouco de suas liberdades, se isso permitir que o governo seja mais eficaz”, 62% dizem concordar com o fato de que “os governos autoritários são mais eficazes do que os governos democráticos para derrotar as pandemias, como a de Covid-19” (em %)

Base: conjunto da amostra

		“Não me importaria de ter menos liberdades se isso tornasse o governo mais eficiente”	“Mesmo que isso tornasse o governo mais eficiente, não aceitaria ter menos liberdades”
“Determinadas pessoas argumentam que os governos autoritários são mais eficazes do que os governos democráticos para vencer as pandemias, como a da Covid-19. Até que ponto concorda ou discorda com esta afirmação? Concorde plenamente, discordo bastante exprime opinião?”	“Concordo plenamente” e “concordo bastante”	62	45
	“Discordo bastante plenamente e “não bastante”	38	55

© Fondation pour l’innovation politique - Janeiro 2022

Entre as pessoas que pensam que “os governos autoritários são mais eficazes do que os governos democráticos para derrotar pandemias como Covid-19”, 60% dizem que não aceitariam que suas liberdades fossem reduzidas nem “um pouco mesmo que isso permitisse que o governo fosse mais eficaz” (em %)

		“Determinadas pessoas argumentam que os governos autoritários são mais eficientes do que os governos democráticos na superação de pandemias como a crise da COVID-19. Até que ponto concorda ou discorda com esta afirmação?”	
		“Concordo plenamente” e “concordo bastante”	“Discordo bastante” e “discordo plenamente”
“Não me importaria de ter menos liberdades se isso tornasse o governo mais eficiente”		40	26
“Mesmo que isso tornasse o governo mais eficiente, não aceitaria ter menos liberdades”		60	74

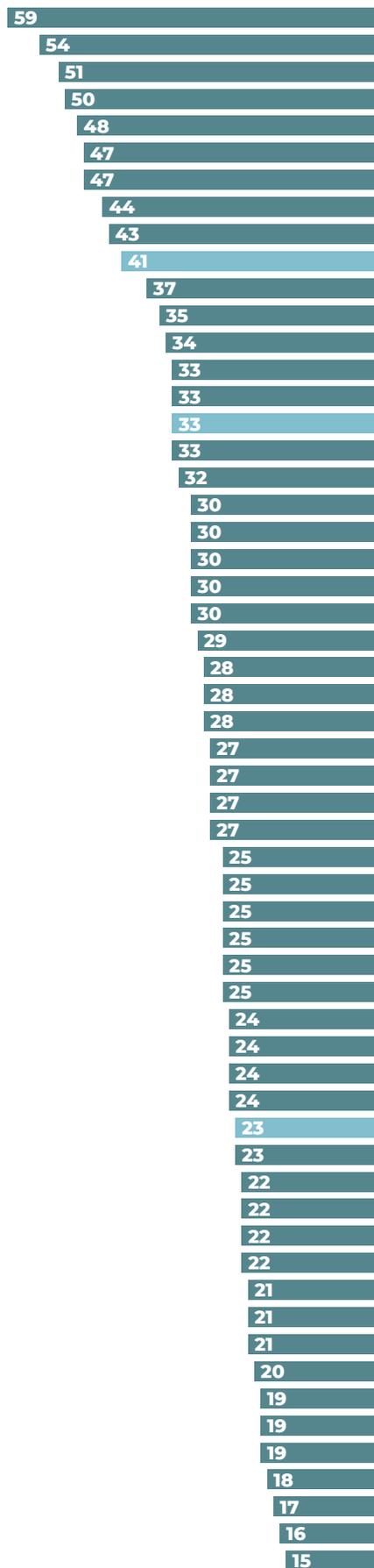
© Fondation pour l’innovation politique - Janeiro 2022

Redução das liberdades, eficácia dos governos e pandemias (em %)

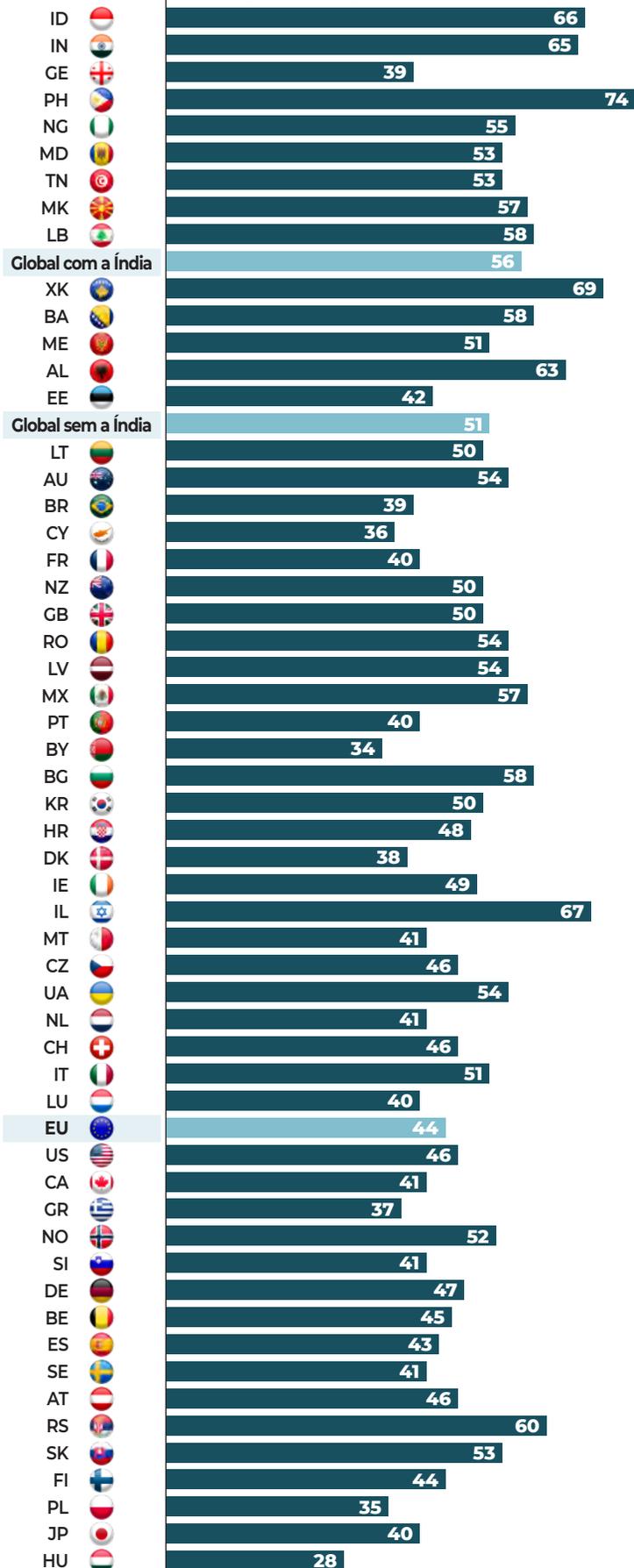
Perguntas: “De qual das seguintes opiniões você se sente mais próximo? “; “Algumas pessoas argumentam que os governos autoritários são mais eficazes do que os governos democráticos na luta contra pandemias, como a de Covid-19. Até que ponto concorda ou discorda com esta afirmação?”

Base: conjunto da amostra

“Eu não me importaria se as minhas liberdades fossem reduzidas um pouco se isso permitisse ao governo para ser mais eficiente”



“Concordo plenamente” e “concordo bastante” com a afirmação segundo a qual “os governos autoritários são mais eficazes do que os governos democráticos na luta contra pandemias, como a de Covid-19”



O compromisso com a liberdade é quase unânime

Os respondentes consideram importante poder se manifestar politicamente (83%), poder participar no processo de tomada

de decisão (95%), poder votar nos candidatos de sua escolha (96%), ter o direito de dizer o que se pensa (96%) e de gozar de liberdade de imprensa (94%).

Regimes híbridos e autoritários em busca da democracia e das liberdades (em %)

Base: Bielorrússia, Bósnia E Herzegovina, Geórgia, Líbano, Macedônia Do Norte, Moldávia, Montenegro, Nigéria, Ucrânia

	BY 	BA 	GE 	LB 	MD 	ME 	MK 	NG 	UA 
No meu país, diria que a democracia funciona "muito bem" e "bastante bem"	28	16	31	10	14	42	33	16	32
Considero que posso me expressar "sem dúvida" e "bastante" livremente na sociedade de hoje	31	50	61	47	55	57	52	29	64
O processo eleitoral do meu país é "sem dúvida" e "bastante transparente"	28	31	46	24	35	55	46	21	49
"Indique, para cada uma das seguintes afirmações, se é importante ou não para o correto funcionamento da democracia?"									
"Poder manifestar, sair à rua, contestar"	71	86	68	88	57	80	77	87	87
"Poder participar pessoalmente na tomada de decisão"	92	91	93	95	90	94	84	94	97
"Poder votar nos candidatos da sua escolha"	95	92	95	94	93	98	94	96	96
"Ter o direito de dizer o que se pensa"	94	93	98	95	94	98	91	95	97
"Ter liberdade de imprensa"	87	88	96	93	89	93	90	95	93

© Fondation pour l'innovation politique - Janeiro 2022

É surpreendente que, em países cujos regimes são menos democráticos ou lutam para se democratizar, os entrevistados aspirem por mais liberdades. O *Democracy Index 2020* classifica o estado dos regimes no mundo em quatro categorias¹²: democracias plenas, democracias imperfeitas, regimes híbridos¹³ e os regimes autoritários¹⁴. A classificação se baseia em vários critérios relacionados com a qualidade do processo eleitoral, o pluralismo, o funcionamento do governo, a participação política, a cultura política, as liberdades civis, etc. Entre os

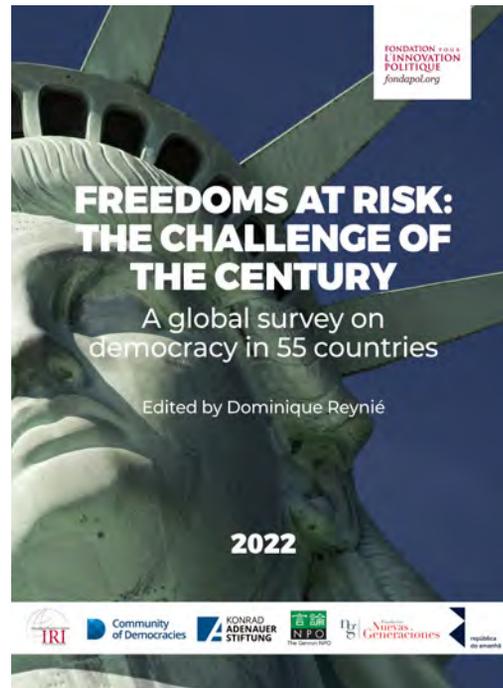
países estudados em nossa pesquisa¹⁵, oito são considerados como regimes "híbridos" (Bósnia e Herzegovina, Geórgia, Líbano, Macedônia do Norte, Moldávia, Montenegro, Nigéria e Ucrânia), enquanto a Bielorrússia é classificada como "regime autoritário". Nestes nove países, os nossos dados mostram que uma avaliação negativa do funcionamento da democracia e do estado de direito é acompanhada de um desejo de mais liberdades e democracia.

12. Democracy Index 2020: *In sickness and in health?*, The Economist Intelligence Unit, 2021, p. 3 (disponível em www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2020).

13. "Regimes híbridos: as eleições envolvem irregularidades substanciais que muitas vezes impedem que eles sejam livres e justos. A pressão do governo sobre os partidos e candidatos da oposição pode ser comum. As graves debilidades são mais generalizadas do que nas democracias imperfeitas - na cultura política, no funcionamento do governo e na participação política. A corrupção tende a generalizar-se e o estado de direito é fraco. A sociedade civil é fraca. Regra geral, os jornalistas são assediados e pressionados, e o judiciário não é independente" ("regimes híbridos: as eleições têm irregularidades substanciais que muitas vezes impedem que eles sejam livres e justos. A pressão do governo sobre os partidos e candidatos da oposição pode ser comum. *Serious weaknesses are more prevalent than in flawed democracies—in political culture, functioning of government and political participation. Corruption tends to be widespread and the rule of law is weak. Civil society is weak. Typically, there is harassment of and pressure on journalists, and the judiciary is not independent, ibid., p. 57*).

14. "Regimes autoritários: o pluralismo político do Estado está ausente ou fortemente circunscrito. [...] Algumas instituições formais da democracia podem existir, mas têm pouca importância. As eleições, se forem realizadas, não são livres nem justas. Há desprezo por abusos e violações das liberdades civis. Os meios de comunicação social são geralmente propriedade do estado ou controlados por grupos ligados ao regime atual. Há uma repressão contra os críticos do governo e censura generalizada. Não existe justiça independente." (*Authoritarian regimes: In these states, state political pluralism is absent or heavily circumscribed. [...] Some formal institutions of democracy may exist, but these have little substance. Elections, if they do occur, are not free and fair. There is disregard for abuses and infringements of civil liberties. Media are typically state-owned or controlled by groups connected to the ruling regime. There is repression of criticism of the government and pervasive censorship. There is no independent judiciary, ibid.*).

15. O Kosovo não é estudado no *Democracy Index 2020* e, portanto, não está incluído aqui.



Órgãos dirigentes da Fondation pour l'innovation politique

Conselho de fiscalização

Nicolas BAZIRE, presidente, diretor-geral do Grupo Arnault

Grégoire CHERTOK, vice-presidente, sócio de Rothschild & Cie.

Valérie BERNIS, administradora independente nos Conselhos de Atos, France Télévision et L'Occitane

Michel BETTAN, vice-presidente executivo de Havas Paris

Aldo CARDOSO, presidente do Conselho do Bureau Veritas e de Smeg, além de administrador de diversas sociedades

Geneviève FERONE CREUZET, presidente de Casabee

Pierre GIACOMETTI, cofundador do gabinete de conselho estratégico de opinião e comunicação No Com

Changjian JIANG, professor associado de Relações Internacionais da Universidade de Fudan (China)

Olivier LABESSE, diretor-geral do Conselho da DGM

Anne LEVADE, professor de Direito público na Universidade Paris-I Panthéon-Sorbonne, e presidente da Associação francesa de direito constitucional

Francis MER, presidente do Conselho de outubro de 2004 a junho de 2005, Ministro da Economia, das Finanças e da Indústria de 2002 a 2004

Blanche LOCHMANN, membro do grupo MGEN

Tobie NATHAN, doutor em Psicologia e em Lettres e Ciências Humanas, professor emérito de psicologia clínica e de psicopatologia na Universidade Paris -VIII

Jean-Claude PAYE, presidente da *Fondation pour l'innovation politique* de 2005 a 2009, ex-secretário geral da 'OCDE, advogado-geral

Sébastien PROTO, diretor-geral adjunto da Société générale, encarregado da Société générale en France et Crédit du Nord, e de sua direção, inovação, tecnologia e informática

Salima SAA, prefeita do Departamento de Corrèze

Diretoria

Dominique REYNIÉ, diretor geral, professor universitário na Sciences Po

Anne FLAMBERT, responsável do setor administrativo e financeiro

Comitê de auditoria

Jean-Daniel LÉVY, presidente, contador juramentado e licenciado do *Institut d'études politiques de Paris*

Jacques PRADON, Doutor em direito e advogado honorário no Conselho de Estado e no Tribunal de cassação

Comitê de ética

Hélène GISSEROT, Presidente, procuradora-geral honorária do Tribunal de Contas

Hugues HOURDIN, conselheiro honorário de estado e advogado no foro de Paris

Dominique LATOURNERIE, membro honorário do Conselho de Estado

Conselho científico e de avaliação

Christophe de VOOGD, presidente

Bruno Bensasson, **Élisabeth De Castex**, **Stéphane Courtois**, **Julien Damon**, **Laurence Daziano**, **Marc Fornacciari**, **Emmanuel Goldstein**, **Erwan Le Noan**, **Pascal Perrineau**, **Xavier Quérat-Hément**, **Robin Rivaton**, **Alain-Gérard Slama**, **Luuk Van Middelaar**

Órgãos dirigentes da International Republican Institute

Conselho de fiscalização

Sen. Dan Sullivan, presidente, senador dos Estados Unidos (Alasca)
Randy SCHEUNEMANN, vice-presidente, conselheiro estratégico do *Halifax International Security Forum*
Alec L. POITEVIN II, secretário-tesoureiro, empresário e presidente da Convenção republicana de 2012
Kelly AYOTTE, ex-senadora dos Estados Unidos (New Hampshire)
Judy A. BLACK, diretora de política Brownstein Hyatt Farber Schreck
Gahl Hodges BURT, vice-presidente da Academia Americana de Berlim
Tom COTTON, senador dos Estados Unidos (Arkansas)
Joni ERNST, senadora dos Estados Unidos Da América (Iowa)
Frank J. FAHRENKOPF Jr., co-presidente da Comissão dos debates presidenciais
Alison B. FORTIER, vice-presidente para sistemas estratégicos e defesa antimísseis, Lockheed Martin
Christopher J. FUSSNER, proprietário e fundador da *TransTechnology Pte Ltd.*
Lindsey GRAHAM, senador dos Estados Unidos (Carolina Do Sul)
Kay GRANGER, eleito para Câmara dos representantes dos Estados Unidos (Texas, 12.º Distrito)
Cheryl F. HALPERN, associado da *HQ Creative LLC*
William J. HYBL, presidente da Comissão de Diplomacia Pública dos Estados Unidos
Mark KIRK., ex-senador dos Estados Unidos (Illinois)
James T. KOLBE, ex-eleito na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos (Arizona, 5º Distrito)
David KRAMER, diretor-conselheiro sênior para os direitos humanos e as liberdades humanas no *Instituto McCain*
Tami LONGABERGER, empresária
Peter T. MADIGAN, membro do Conselho, escola de assuntos públicos e internacionais da Universidade do Maine.
General H. R. MCMASTER, ex-conselheiro de segurança nacional
Constance Berry NEWMAN, ex-secretário de Estado adjunto para os assuntos africanos
Mitt ROMNEY, senador dos Estados Unidos (Utah)
Marco RUBIO, senador dos Estados Unidos (Flórida)
Joseph R. SCHMUCKLER, membro do Conselho de administração do *London Center for Policy Research*
Kristen SILVERBERG, ex-embaixadora dos Estados Unidos na União Europeia
Frances TOWNSEND, presidente do *Counter Extremism Project*
Gaddi VASQUEZ, ex diretor dos Peace Corps
John A. WETHERINGTON, fundador e presidente da *WETHINGTON International LLC*
Dana W. White, ex-assistente do secretário da defesa dos assuntos públicos

Comitê executivo

Dr. Daniel TWINING, presidente
Kimber SHEARER, conselho de administração, vice-presidente de estratégia e de desenvolvimento
Daniel W. FISK, chefe de operações
Scott PUTTY, vice-presidente de programas

Estados-membros do Conselho de Administração

Community of Democracies

A Community of Democracies é uma coligação intergovernamental global composta pelos seguintes Estados-Membros do Conselho administrativo:

Argentina
Canadá
Chile
Costa Rica
El Salvador
Estônia
Estados Unidos
Finlândia
Geórgia
Guatemala
Hungria
Índia
Itália
Japão
Lituânia
Macedonia Do Norte
México
Mongólia
Marrocos
Nigéria
Noruega
Polónia
Portugal
República da Coreia
Romênia (atual Presidente da Community of Democracies)
Reino Unido
Suécia
Uruguai.

Thomas E. Garrett - Secretário-geral do secretariado permanente da *Community of Democracies*.

Órgãos dirigentes da Konrad-Adenauer-Stiftung

Dieter Althaus - Ministro-Presidente (aposentado), Vice-Presidente dos Assuntos Governamentais MAGNA Europe

Deputado Ralph Brinkhaus, escolhido - Presidente do Grupo Parlamentar CDU/CSU no Bundestag alemão

Doutor. Christopher Brand - Tesoureiro do Konrad-Adenauer-Stiftung e. V.

Tanja Gönner - Presidente do Conselho de administração da Associação Alemã de Cooperação Internacional (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit, GIZ)

Deputado Hermann Gröhe - Ministro Federal (aposentado), vice-presidente do Grupo Parlamentar CDU/CSU, vice-presidente do Konrad-Adenauer-Stiftung E. V.

Deputado Michael Grosse-Brömer, escolhido - Líder do grupo parlamentar CDU/CSU no Bundestag alemão

Professor, doutor Hans Walter Hütter - Presidente da Fundação Haus der Geschichte der Bundesrepublik Deutschland

Annegret Kramp-Karrenbauer - Ministro Federal da Defesa (aposentado)

Professor, Dr. Norbert Lammert - Presidente do Bundestag alemão (aposentado). Presidente do Konrad-Adenauer-Stiftung E. V.

Deputado Armin Laschet - Ministro-Presidente (aposentado), Presidente da CDU

Dra. Angela Merkel - Chanceler Federal da República Federal da Alemanha (aposentada)

Hildegard Müller - Secretário de Estado (aposentado), presidente da Associação Alemã da indústria automobilística (Verband der Automobilindustrie, VDA)

Professor, doutor Beate Neuss - Vice-Presidente da Konrad-Adenauer-Stiftung E. V.

Professor, doutor. Andreas Rödder - Titular da cadeira de história moderna e contemporânea na Johannes Gutenberg University Mainz.

Professor, doutor. Jürgen Rüttgers - Ministro-Presidente (aposentado)

Doutor Wolfgang Schüssel, eleito - Chanceler Federal da República da Áustria (aposentado) - Presidente do Conselho de Administração de Konrad-Adenauer-Stiftung E. V..

Professor, doutor Thomas Sternberg, - Ex-presidente do Comité Central de católicos alemães (Zentralkomitee der deutschen Katholiken, ZdK)

Doutor. Sabine Sütterlin-Waack - Ministro do Interior, das zonas rurais, da integração e da igualdade entre homens e mulheres de Schleswig-Holstein e presidente da Hermann Ehlers Stiftung e. V.

Michael Thielen - Secretário geral do Konrad-Adenauer-Stiftung e. V. - Professor, doutor Bernhard Vogel - Ministro-Presidente (aposentado) Presidente honorário do Konrad-Adenauer-Stiftung e. V.

Klaus Welle - Secretário-Geral do Parlamento Europeu

Professora, doutora Birgitta Wolff - Professor de administração de empresas, presidente da Universidade de Goethe, Frankfurt sobre o Main (aposentado)

Conselho Consultivo da Genron NPO

Yasushi Akashi - Presidente do Centro Internacional de Conferências de Kyoto; Ex-Subsecretário-Geral das Nações Unidas

Ichiro Fujisaki - Presidente da sociedade América-Japão; ex-embaixador nos Estados Unidos da América

Yasuchika Hasegawa - Ex-presidente da Associação Japonesa de executivos de empresas

Yoriko Kawaguchi - Professor Visitante na Faculdade de “Estudos Globais” da Universidade de Musashino; Ex-ministro dos Negócios Estrangeiros e ex-ministro do meio ambiente

Hiroya Masuda - Conselheiro do Nomura Research Institute; Ex-ministro do interior e das Comunicações

Takashi Matsumoto - Presidente da Federation of National Public Service Personnel Mutual Aid Associations

Yuji Miyamoto - Presidente do Miyamoto Institute of Asian Research; Ex-embaixador na República Popular da China

Toshiro Muto - Presidente honorário do Daiwa Institute of Research ; Ex-vice-governador do Banco do Japão

Yuzaburo Mogi - CEO e Presidente honorário do Conselho de Administração, Kikkoman Corporation

Mistuo Ohashi - Conselheiro honorário, Showa Denko K. K.

Kazuo Ogura - Conselheiro sênior da Japan Foundation ; ex-embaixador na República da Coreia

Takeshi Sasaki - Professor emérito na Universidade de Tóquio

Shinsuke Sugiyama - Ex-embaixador nos Estados Unidos da América, ex-Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros

Akihiko Tanaka - Presidente do National Graduate Institute for Policy Studies (GRIPS) ; Ex-presidente da Japan International Cooperation Agency (JICA)

Osamu Watanabe - Diretor e Presidente da Japan Petroleum Exploration Co., Ltd. (JAPEX)

Presidente do Conselho de Administração:

Yasushi Kudo - Fundador e presidente do Genron NPO

Diretores

Yaichiro Aizawa - Ex-presidente nacional da Junior Chamber International Japan

Akihiko Kawashima - Diretor da DMG MORI B.U.G.Co., Ltd

Kyoko Kawanishi - Presidente do K&S Accounting Office

Seiichi Kondo - Diretor, Kondo Institute for Culture & Diplomacy; Ex-comissário, Agência dos Assuntos Culturais

Shigeaki Okamoto - Ex-vice-ministro das Finanças, Ministério das Finanças

Tatsuo Tanaka - Conselheiro sênior do Citigroup Global Markets Japan Inc.

Tomomichi Tomiie - Diretor executivo do departamento de operações e de sistemas de estratégia empresarial da Sumitomo Mitsui Asset Management Co., Ltd.

Auditor:

Manabu Matsuda - Ex- membro da Câmara dos Representantes ; Professor convidado na Universidade de Tóquio

Diretoria

Fundación Nuevas Generaciones

Alfredo Atanasof, Paula Bertol, Carlos Brown, Gustavo Ferrari, Mariano Gerván, Diego Guelar, Eduardo Menem, Federico Pinedo, Claudio Poggi, Ramón Puerta, Laura Rodríguez Machado, Leonardo Sarquís, Cornelia Schmidt Liermann, Jorge Srodek, Enrique Thomas, Pablo Tonelli, Pablo Torello, Norberto Zingoni

The New Generations

Manuel Abella Nazar Carlos Aguinaga (h), Valeria Arata, Cesira Arcando, Miguel Braun, Gustavo Cairo, Mariano Caucino, Juan de Dios Cincunegui, Omar de Marchi, Alejandro De Oto Gilotaux, Francisco De Santibañes, Soher El Sukaria, Ezequiel Fernández Langan, Gustavo Ferri, Christian Gribaudo, Marcos Hilding Ohlsson, Joaquín La Madrid, Luciano Laspina, Leandro López Koenig, Cecilia Lucca, Gonzalo Mansilla de Souza, Ana Laura Martínez, Germán Mastrocola, Nicolás Mattiauda, Adrián Menem, Victoria Morales Gorleri, Diego Carlos Naveira Julián, Martín Obiglio Francisco, Quintana Shunko Rojas, Damián Specter, Ramiro Trezza, José Urtubey

Diretor executivo

Julián Martín Obiglio

República do Amanhã

Conselho de fiscalização

Cleide ALMEIDA - filósofa, professora universitária

Liliana SEGNINI - socióloga, professora universitária (UNICAMP)

Valeria PEREIRA DA SILVA - educadora e consultora na área de educação

Ana BARUFI - economista, especialista em inovação tecnológica

Comitê Executivo

Octavio DE BARROS - presidente, economista e vice-presidente da Câmara de Comércio França-Brasil

Vasco CALDEIRA - vice-presidente, arquiteto-urbanista

Thomás DE BARROS - coordenador temático, professor universitário na Sciences Po

Renée ZICMAN - coordenadora temática, diretora executiva da FAUBAI

Laerte SZNELVAR - coordenador temático, professor da escola politécnica da USP

Anthony TAÏEB - chefe das operações, cientista político



FONDATION POUR
L'INNOVATION
POLITIQUE
fondapol.org

Apoie a nossa Fundação

Enviar para:
Fondation pour
l'innovation politique
11, rue de Grenelle
75007 Paris

Contato:
Anne Flambert
Responsable
administratif
et financier
+33 (0)147536709

O debate público precisa da Fondation pour l'innovation politique e a Fondation precisa de você !

Eu ajudo a Fondation pour l'innovation politique com uma contribuição de:

100 € 500 € 1 000 € 5 000 €
 10 000 € 50 000 € Outro valor.....€

Eu faço uma doação:

- Como pessoa física
 Como pessoa jurídica (nome da pessoa jurídica):

Destinatário do recibo:

Endereço completo:

CEP: Cidade:

Cheque para a Fondation pour l'innovation politique
Transferência bancária em { data}:

para a conta bancária da Fondation pour l'innovation politique, no banco *Caisse des dépôts et consignations*: IBAN: FR77 4003 1000 0100 0029 9345 Z16
BIC: CDCGFRPPXXX

Regime fiscal de doações feitas por pessoas físicas ou jurídicas com residência fiscal na França

Reconhecida como entidade de utilidade pública por decreto datado de 14 de Abril de 2004, a Fondation pour l'innovation politique pode receber doações de indivíduos e empresas.

Relativamente aos pagamentos efetuados:

- Os contribuintes beneficiam-se de uma redução do imposto de renda de 66%, no limite de 20% da renda tributável (art. 200-1 do CGI) e/ou, em função do IFI, de uma redução de 75% até um máximo de 50 000 euros.

- As empresas sujeitas ao imposto de renda ou ao imposto sobre as sociedades beneficiam-se de uma redução de imposto de 60% dentro do limite de 10.000 euros ou 0,5% do faturamento líquido quando este último for superior (art. 238bis do CGI), com possibilidade de extensão para os cinco anos seguintes caso a dedução ultrapasse o limiar.

anne.flambert@fondapol.org



LIBERDADES: O DESAFIO DO SÉCULO

Uma pesquisa planetária sobre
a democracia em 55 países

A queda do Muro de Berlim marcou o triunfo da democracia. Trinta anos depois, este mesmo regime se encontra numa situação crítica. A nível de política exterior, as tensões com regimes autoritários estabelecidas em países como China, Rússia e Turquia lembram a Guerra Fria. Por outro lado, conflitos identitários, populismo, autoritarismo, racismo e anti-semitismo estão abalando as sociedades liberais como não tinha se visto desde a década de 1930. A combinação de ameaças externas e internas coloca o mundo democrático diante de um perigo real.

No entanto, as democracias ainda contam com uma grande vantagem, revelada pela pesquisa aqui apresentada: os cidadãos afirmam seu apego às liberdades. Quando os entrevistados expressam uma opinião negativa em relação à democracia, trata-se na maioria das vezes de uma crítica contra o funcionamento da democracia em seu país, não contra a ideia democrática em si.

A pesquisa global *Liberdades: o desafio do século* foi pensada para poder se debruçar sobre este contexto problemático. Este trabalho é o resultado de uma estreita cooperação entre a Fondation pour l'innovation politique (França), o International Republican Institute (Estados Unidos), Community of Democracies (Estados Unidos), a Konrad-Adenauer-Stiftung (Alemanha), a Genron NPO (Japão), a Fundación Nuevas Generaciones (Argentina) e o think tank República do Amanhã (Brasil).

Trata-se de uma pesquisa sem precedentes, devido ao tamanho de seu escopo: o questionário foi respondido por 47.408 pessoas, nos 45 idiomas dos 55 países contemplados: Albânia, Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Bielorrússia, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Bulgária, Canadá, Chipre, Coreia do Sul, Croácia, Dinamarca, Espanha, Estônia, Estados Unidos, Finlândia, França, Geórgia, Grécia, Hungria, Índia, Indonésia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Kosovo, Letônia, Líbano, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia do Norte, Malta, México, Moldávia, Montenegro, Nigéria, Noruega, Nova Zelândia, Holanda, Filipinas, Polónia, Portugal, República Tcheca, Romênia, Reino Unido, Sérvia, Eslováquia, Eslovênia, Suécia, Suíça, Tunísia, Ucrânia.

Após nossas pesquisas *Où va la démocratie ?* realizada em 26 países e publicada em 2017, e *Democracias sob tensão*, realizada em 42 países e publicada em 2019, apresentamos *Liberdades: o desafio do século*.



978 2 36408 279 3

ISBN : 978-2-36408-279-3